



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

702
PROPOSTA N.º ✓ /2016

Emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste por cisão do sistema multimunicipal de saneamento de águas de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a criação da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão e designar o representante do município de Lisboa na Assembleia Geral Extraordinária da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., para votar favoravelmente e submeter à Assembleia Municipal a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Pelouros: Vereadores Manuel Salgado e João Paulo Saraiva

Considerando que:

A) Em 2015 foram criadas novas entidades gestoras por agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento existentes, tendo, no caso concreto do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, procedido à extinção do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril e de saneamento do Tejo e Trancão, bem como das respetivas entidades gestoras com a oposição generalizada dos municípios utilizadores e acionistas.

B) Em sequência foi interposta ação de declaração de nulidade da fusão da SIMTEJO operada através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 20 de maio, com fundamento na violação das normas legais aplicáveis às fusões (em especial a obrigatoriedade de deliberação da assembleia de acionistas) constantes do Código das Sociedades Comerciais, na qual o Município de Lisboa é co-autor com os Municípios de Loures,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Odivelas e Vila Franca de Xira, bem como corre os seus termos no Supremo Tribunal Administrativo um processo de impugnação de ato administrativo do Governo, contido no referido Decreto-Lei n.º 94/2015, que procedeu à fusão das empresas de saneamento, no qual somos igualmente co-autores conjuntamente com os restantes municípios.

C) Por ofício do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, datado de 31 de Outubro de 2016, foi proposto ao Município de Lisboa a criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e a constituição da Sociedade anónima concessionária do mesmo;

D) Conforme resulta, em síntese, do citado ofício o Governo vai, através de Decreto-Lei, criar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo referido Decreto-Lei n.º 94/2015 (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo”).

E) O sistema tem o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, apenas na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

F) Pelo mesmo decreto-lei, propõe-se a constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão.

G) O capital social da sociedade é de (euro) 113.527.680,00, nos termos definidos no projeto de decreto-lei, detendo nela o Município a participação acionista que figura no Anexo I ao projeto de decreto-lei, em anexo.

H) Neste sentido, foi convocada para o passado dia 12 de Dezembro, pelas 15.00 na sede social da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. uma Assembleia Geral, cujo ponto único da ordem de trabalhos se destinava a deliberar sobre o acordo da sociedade à cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e à cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

I) Nessa Assembleia, o Município de Lisboa foi representado pelo Vereador João Paulo Saraiva, com os pelouros dos recursos humanos e financeiros que votou favoravelmente o ponto único da ordem de trabalhos acima referido.

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos do artigo 61.º do DL n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local:

- I) Emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste que, após cisão passa a adotar a denominação “sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo”, bem como a criação da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão, com adotará a denominação Águas do Tejo Atlântico, S.A., e à celebração com esta de um contrato de recolha, nos termos dos considerandos supra expostos e da deliberação

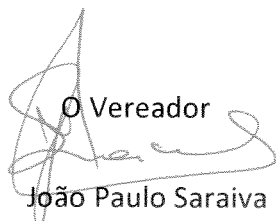


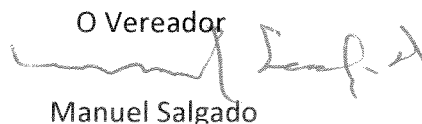
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

tomada na reunião de Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., a 12 de Dezembro de 2016, que se encontra em anexo à presente proposta;

- II) Deliberar que, uma vez publicado o decreto-lei em referido no ponto I, o município desista dos pedidos dos processos judiciais em curso, uma vez que neles não mantém, a partir daí, qualquer interesse, tendo os Municípios co-autores dos referidos processos manifestado idêntica intenção;
- III) Ratificar, nos termos da alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do DL n.º 75/2013, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a designação do Vereador João Paulo Saraiva para representar o Município de Lisboa na Assembleia Geral Extraordinária da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., e o voto favorável ao ponto único da ordem de trabalhos da convocatória, que se encontre em anexo à presente proposta.
- IV) Submeter à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., cujo capital social de (euro) 113.527.680,00, se encontra definido no projeto de decreto-lei, detendo nela o Município a participação acionista que figura no Anexo I ao projeto de decreto-lei, constante da referida deliberação da Assembleia Geral da Águas de Portugal e vale do tejo, S.A.

Lisboa, 30 de novembro de 2016.


O Vereador
João Paulo Saraiva


O Vereador
Manuel Salgado

CONTRATO DE CONCESSÃO
ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

Entre

PRIMEIRO: O Estado Português, neste ato representado por Suas Excelências o Ministro das Finanças, Mário José Gomes de Freitas Centeno, e o Ministro do Ambiente, João Pedro Soeiro de Matos Fernandes, doravante designado “concedente”,

e

SEGUNDO: A Águas do Tejo Atlântico, S.A., com sede em Lisboa, na ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, 1300-254 LISBOA, na freguesia de Campo de Ourique, do concelho de Lisboa, com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva [...], com o capital social de 113.527.680,00 EUR, neste ato representada pelos Presidente e Vogal do Conselho de Administração, [...] e [...], respetivamente, doravante designada “concessionária” ou “sociedade”;

é mutuamente aceite e reciprocamente acordado o Contrato de Concessão, doravante designado por “contrato”, constante das cláusulas e anexos seguintes.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS

Cláusula 1.ª

(Conteúdo)

1 - O concedente atribuiu à concessionária, nos termos do presente contrato e do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...], a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste (adiante designado por sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de

[...] de [...], que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas no presente contrato.

2 - Por efeito da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., operada nos termos e pelo Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...], (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), são transferidos para a concessionária todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, incluindo as posições contratuais de que era titular a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., e que para ela tinham sido transferidas mediante a transferência do património global das sociedades SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., e Águas do Oeste, S.A., (neste último caso, apenas, no respeitante à atividade de saneamento), com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

3 - A concessionária sucede ainda em todos os novos direitos e obrigações de que a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., é titular desde a data da sua constituição, que não resultaram da transferência prevista no número anterior, e que dizem respeito ao sistema, sendo, de um modo geral, transferidos todos os elementos patrimoniais que correspondem à universalidade de bens, direitos e obrigações relacionados, direta ou indiretamente, com as infraestruturas do sistema e que à data da cisão se encontram na esfera da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., e que por efeitos da cisão são transferidos para a concessionária, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares na área territorial abrangida pelo sistema agregado e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de trabalho, contratos de cedência de pessoal, contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...], quaisquer contratos de recolha celebrados.

4 - O sistema tem a configuração constante do projeto global que constitui o Anexo I ao presente contrato, designado por projeto global do sistema.

5 - O sistema pode ter as adaptações técnicas que o seu desenvolvimento aconselhar e pode ser desenvolvido por fases, nos termos previstos no presente contrato.

6 - As áreas abrangidas pelo projeto global do sistema encontram-se definidas no Anexo II ao presente contrato, designado por áreas abrangidas pelo sistema.

7 - Nas áreas abrangidas pelo sistema, pode o concedente, com fundamento em razões ponderosas de natureza técnica e ou económica, autorizar a manutenção de sistemas alternativos de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, para utilizadores de áreas geográficas delimitadas, de pequena dimensão, estando o município utilizador obrigado à imediata desativação dos sistemas alternativos logo que ultrapassadas as razões justificativas da sua manutenção.

8 - A alteração do âmbito subjetivo ou territorial do sistema que altere significativamente as condições de exploração da concessão apenas produz efeitos após a efetiva reposição do equilíbrio económico e financeiro da concessão, nos termos do disposto nas cláusulas 45.ª, 46.ª e 47.ª, a que haja lugar.

9 - No caso de a alteração prevista no número anterior determinar a exclusão de um ou mais municípios utilizadores da atividade concessionada, a reposição do equilíbrio económico e financeiro da concessão opera, nos termos do disposto na cláusula 47.ª, mediante o pagamento de compensação direta à concessionária pelo concedente, se aquela redução for da iniciativa deste, ou pelo município que a tenha solicitado fundamentadamente, sem prejuízo do pagamento dos valores devidos pelos municípios utilizadores, conforme disposto na mesma cláusula.

Cláusula 2.ª

(Objeto da concessão)

1 - A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e de efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas e o respetivo tratamento e rejeição, que cumpram o disposto no regulamento de exploração relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

2 - O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

a) A conceção, a construção, a instalação, a aquisição ou outro meio previsto para a afetação e a extensão, nos termos do projeto global constante do Anexo I, das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos, urbanos e industriais canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;

b) A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;

c) A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;

d) O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

3 - Para efeitos do presente contrato, são utilizadores do sistema, enquanto utilizadores municipais, os municípios servidos pelo sistema, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...], ou as entidades gestoras do respetivo sistema municipal, quando existam, sem prejuízo da responsabilidade do próprio município utilizador regulada na cláusula 40.ª.

4 - São também utilizadores do sistema quaisquer pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que já se encontram ligadas ao sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, ao sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, na vertente de saneamento de águas residuais, ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estando abrangidos pelo Anexo I ao presente contrato e pelo estudo de

viabilidade económica e financeira, também designado por EVEF, que constitui o Anexo III ao presente contrato.

5 - São também utilizadores do sistema, integrando-o enquanto utilizadores finais, quaisquer outras pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, localizadas no âmbito geográfico da concessão e relativamente às quais, por acordo entre a concessionária, a entidade gestora do sistema municipal e a entidade titular do sistema municipal, se diferentes, se reconheça que a sua integração no sistema, para efeitos da recolha direta de efluentes domésticos e urbanos ou da receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, constitui a melhor solução do ponto de vista técnico e económico, nomeadamente por razões de proximidade e de acessibilidade às infraestruturas do sistema.

6. – A atribuição da concessão em regime de exclusivo à concessionária não prejudica os direitos reconhecidos aos utilizadores nos contratos de concessão relativos aos sistemas extintos, a que se refere o n.º 2 da cláusula 1.ª, e nos contratos de recolha celebrados com as respetivas concessionárias.

Cláusula 3.ª

(Atividades acessórias ou complementares)

A concessionária pode exercer outras atividades que sejam consideradas acessórias ou complementares da atividade concessionada, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...].

Cláusula 4.ª

(Clientes da concessionária)

No âmbito das atividades acessórias ou complementares a que se refere a cláusula anterior, podem ligar-se ao sistema, enquanto clientes da concessionária, quaisquer pessoas coletivas, públicas ou privadas, mediante a celebração de contrato com a concessionária.

Cláusula 5.ª

(Prazo)

- 1 - A concessão tem a duração de 30 (trinta) anos a contar da data de produção de efeitos do presente contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 - O contrato de concessão caduca no último dia do ano civil correspondente ao último ano da concessão.

Cláusula 6.ª

(Características dos efluentes)

- 1 - A concessionária deve, sem prejuízo do n.º 7 da cláusula 1.ª e do n.º 4 da presente cláusula, recolher os efluentes domésticos e urbanos provenientes dos utilizadores do sistema, mediante o respeito dos limites estabelecidos no Anexo I ao presente contrato e nos contratos de recolha, relacionados com a capacidade do sistema, e do disposto no n.º 3.
- 2 - A concessionária é responsável pela qualidade do tratamento dos efluentes por si recolhidos e rejeitados, sem prejuízo de os efluentes descarregados pelos utilizadores no sistema deverem cumprir as condições de rejeição previstas no regulamento de exploração do serviço público de saneamento de águas residuais do sistema em vigor.
- 3 - O tratamento que a concessionária se obriga a realizar nos efluentes recolhidos obedece às condições estabelecidas na legislação e nas licenças de descarga vigentes descritas no Anexo I ao presente contrato.
- 4 - A concessionária não está obrigada a recolher os efluentes provenientes dos utilizadores do sistema que, pela sua natureza ou por razões ponderosas de ordem técnica e ou económica, ponham em causa a gestão e a exploração do próprio sistema, o cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis ou dos limites e condicionamentos daí decorrentes, sem prejuízo das situações que, venham a ser acordadas entre a concessionária e o utilizador em causa, salvaguardados a equidade de tratamento e os encargos adicionais decorrentes, nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 da cláusula 17.ª.
- 5 - A concessionária pode também recolher, nos termos que vierem a ser fixados nos contratos de recolha, os caudais de efluentes já devidamente tratados pelos

utilizadores, cujas condições de descarga no sistema observem os parâmetros legais para a respetiva rejeição.

Cláusula 7.ª

(Serviço público)

1 - A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

2 - A concessionária deve garantir durante todo o prazo da concessão o cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental, que reflitam os pressupostos do EVEF em vigor, quando aplicável.

3 - Os objetivos a que se refere o número anterior são aprovados pelo concedente após parecer da entidade reguladora do setor, materializados em indicadores que incluam no mínimo os utilizados no sistema de avaliação da qualidade de serviço da entidade reguladora do setor.

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, a concessionária apresenta uma proposta de definição de metas à entidade reguladora do setor para os primeiros cinco anos, no prazo de 6 (seis) meses contados da assinatura do presente contrato, e para cada período de 5 (cinco) anos subsequente, até seis meses antes do seu início.

5 - A entidade reguladora do setor remete o seu parecer ao concedente.

Cláusula 8.ª

(Princípios aplicáveis às relações com os utilizadores)

1 - Sem prejuízo dos limites estabelecidos no Anexo I, a concessionária é obrigada a assegurar aos utilizadores, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha ou receção, o tratamento e a rejeição dos efluentes domésticos, urbanos, industriais ou provenientes de limpeza de fossas sépticas que estes lhe entreguem, devendo tratá-los

sem outras discriminações ou diferenças para além das que resultem do disposto no projeto global do sistema, de critérios ou de condicionalismos legais ou regulamentares, da diversidade manifesta das próprias características e condições técnicas de exploração do sistema ou, ainda, do disposto no presente contrato.

2 - Os utilizadores encontram-se obrigados a efetuar a ligação ao sistema, nos termos previstos no Capítulo VI do presente contrato.

CAPÍTULO II

DOS BENS, MEIOS E DIREITOS AFETOS À CONCESSÃO

Cláusula 9.ª

(Estabelecimento da concessão)

1 - Integram a concessão, mesmo que afetos parcialmente à atividade concessionada:

- a) As infraestruturas relativas à exploração, designadamente os coletores, os emissários, os interceptores, as estações de tratamento de águas residuais, os emissários submarinos e as demais infraestruturas associadas;
- b) Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao controlo da qualidade sanitária do tratamento dos efluentes;
- c) Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios, utilizados para a exploração, para a manutenção e para a gestão do sistema, não referidos nas alíneas anteriores.

2 - As infraestruturas consideram-se integradas na concessão, para todos os efeitos legais, desde a aprovação dos respetivos projetos de construção.

3 - Não integram a concessão as infraestruturas e os bens exclusivamente afetos a outras atividades da concessionária, designadamente atividades complementares ou acessórias.

Cláusula 10.ª

(Bens e outros meios afetos à concessão)

1 - Consideram-se afetos à concessão, além dos bens que integram o seu estabelecimento, todos os imóveis cedidos, adquiridos, construídos, criados ou instalados por via do direito privado ou mediante expropriação, bem como os de

domínio público, para implantação das infraestruturas e dos equipamentos utilizados na atividade concessionada, bem como as servidões constituídas para o efeito.

2 - Consideram-se também afetos à concessão os direitos privados de propriedade intelectual e industrial de que a concessionária seja titular.

3 - Consideram-se ainda afetos à concessão, desde que diretamente relacionados com a atividade objeto do presente contrato:

a) Quaisquer fundos ou reservas consignados à garantia do cumprimento de obrigações da concessionária;

b) A totalidade das relações jurídicas que se encontrem em cada momento necessariamente conexas com a continuidade da exploração da concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação, de prestação de serviços, de aprovisionamento e de fornecimento de materiais necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes.

Cláusula 11.ª

(Bens propriedade da concessionária)

1 - Enquanto durar a concessão, e sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a concessionária detém a propriedade dos bens afetos à concessão que não pertençam ao Estado, aos municípios, a entidades de natureza intermunicipal e a entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais.

2 - Sem prejuízo do previsto na cláusula 30.ª, os bens e direitos afetos à concessão podem ser vendidos, transmitidos por qualquer outro modo ou onerados, desde que, em qualquer um dos casos, se tornem objetivamente desnecessários para a exploração do sistema, não seja previsível a existência de prejuízo na prossecução da atividade concedida e, quando aplicável, não se encontrem funcionalmente aptos ou, estando, tenha decorrido, pelo menos, o respetivo período de vida útil previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril.

3 - No termo da concessão, os bens a que se refere o n.º 1 transferem-se nos termos previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e na cláusula 51.ª.

4 - No termo da concessão, transferem-se para a entidade transmissória dos bens determinada de acordo com o regime previsto no número anterior os direitos e relações

jurídicas referidos nos n.ºs 2 e 3 da cláusula anterior, suscetíveis de se prolongar para além do termo da concessão, de acordo com as seguintes regras:

- a) À exceção das relações jurídicas laborais, a entidade transmissária dos bens terá o direito de recusar, mediante notificação escrita, a continuidade das relações jurídicas afetas à concessão;
- b) A concessionária deve, durante o último ano de vigência do contrato e até 120 (cento e vinte) dias antes do seu termo, notificar a entidade transmissária para que, num prazo de 60 (sessenta) dias, exerça o direito referido na alínea anterior;
- c) No que respeita às relações jurídicas laborais, a entidade transmissária dos bens aceita o pessoal da concessionária, dentro dos limites do quadro de pessoal constante do último projeto tarifário aprovado pela entidade reguladora do setor.

5 - Na situação prevista no n.º 9 da cláusula 1.ª, a concessionária obriga-se a vender aos municípios que deixem de ser utilizadores do sistema os bens que haja construído ou que, nos termos da cláusula seguinte, haja adquirido a esses municípios e que se encontrem afetos ao seu uso exclusivo.

6 - Os contratos de recolha celebrados com os utilizadores municipais nos termos da cláusula 36.ª e, quando seja o caso, os contratos de aquisição dos bens pela concessionária aos municípios devem prever a obrigação de, na situação prevista no n.º 9 da cláusula 1.ª, os municípios comprarem à concessionária os bens referidos no número anterior.

7 - A contrapartida a pagar pelos municípios à concessionária pela aquisição a que se referem os n.ºs 5 e 6 corresponde ao valor previsto na alínea a) do n.º 1 da cláusula 47.ª.

8 - A aquisição dos bens prevista nos n.ºs 5 e 6 apenas se efetiva na data da liquidação dos montantes da compensação a que se refere a cláusula 47.ª.

Cláusula 12.ª

(Infraestruturas municipais)

1 - As infraestruturas municipais e outros bens e direitos dos municípios, de entidades de natureza intermunicipal e de quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, constantes do Anexo I, que não estejam ainda afetos ao sistema, devem, na parte em que sejam necessárias ou úteis à exploração do sistema, ser afetos à concessão e objeto de contrato de cedência ou de aquisição a celebrar com a concessionária, que,

no caso de cedência ou aquisição a título oneroso, fica obrigada ao pagamento de uma contrapartida a calcular nos termos constantes do Anexo I.

2 - Outras infraestruturas e outros bens e direitos que venham a revelar-se indispensáveis para a exploração do sistema, pertencentes a municípios, a entidades de natureza intermunicipal ou entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, devem, nos termos do número anterior, e mediante autorização prévia do concedente, ser cedidos ou alienados à concessionária.

3 - A afetação das infraestruturas e outros bens a que se referem os números anteriores pressupõe, quando aplicável, a continuidade dos fins de interesse público que hajam determinado a respetiva aquisição pelos municípios, pelas entidades de natureza intermunicipal e por quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais.

4 - Compete a uma comissão da avaliação, constituída por 3 (três) peritos, sendo um nomeado pela concessionária, outro pelo proprietário e o terceiro, que presidirá, pelo concedente, a determinação do valor da contrapartida devida pela cedência ou aquisição a título oneroso do património referido nos números anteriores.

5 - Os contratos de cedência do património referido nos números anteriores devem prever que o património que se torne desnecessário para a exploração do sistema seja devolvido aos municípios, às entidades de natureza intermunicipal ou às entidades gestoras dos sistemas municipais que os hajam cedido.

6 - Na situação prevista no n.º 9 da cláusula 1.ª, são unicamente devolvidas ao município em questão as infraestruturas cedidas associadas à reconfiguração do sistema que forem de seu uso exclusivo e apenas na data da liquidação dos montantes e da compensação que se refere a cláusula 4.ª.

7 - A concessionária deve diligenciar junto dos proprietários dos bens a que se referem os números anteriores, no sentido de as referidas cedência ou aquisição se efetivarem nos termos da presente cláusula.

8 - As infraestruturas e outros meios e direitos dos municípios, de entidades de natureza intermunicipal e de quaisquer entidades gestoras dos sistemas municipais, que se encontravam afetas ao sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, ao sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, na vertente de saneamento de águas

residuais, ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, mantêm-se afetas ao sistema pelo prazo da presente concessão, transmitindo-se a posição contratual das concessionárias extintas nos contratos de cedência de infraestruturas para a concessionária, sem prejuízo da possibilidade de substituição pelas partes dos anteriores contratos por novos contratos.

9 - Na celebração de novos contratos nos termos previstos no número anterior, as partes devem ter em consideração os critérios de fixação da contrapartida previstos no Anexo I, bem como os montantes já liquidados por essa cedência, não podendo, contudo, considerar-se um valor de avaliação do bem superior ao que resultou da avaliação que serviu de base ao contrato originário celebrado com a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., ou Águas do Oeste, S.A., (neste último caso, apenas, no respeitante à atividade de saneamento), com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ou àquele que fiscal ou contabilisticamente seja aceite.

10 - Os contratos de cedência de infraestruturas a que se referem os números anteriores podem ter um prazo de duração cujo termo seja coincidente com o da concessão, independentemente da natureza jurídica dos direitos neles transmitidos.

11 - Os trabalhadores que exerçam funções nas infraestruturas municipais e intermunicipais que sejam afetas ao sistema podem, por recurso às figuras jurídicas legalmente admitidas, exercer funções na concessionária, mediante acordo prévio entre todas as partes interessadas.

12 - A posição contratual da concessionária extinta nos contratos de cedência de trabalhadores que exerçam funções nas infraestruturas municipais e intermunicipais afetas aos sistemas extintos são transmitidas para a concessionária, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º [...] /2016, de [...] de [...], sem prejuízo da possibilidade de substituição pelas partes dos anteriores contratos por novos contratos.

13 - Os contratos de cedência de trabalhadores a que se referem os números anteriores cessam a sua vigência na data em que forem devolvidos os bens do património

municipal e intermunicipal afetos ao sistema onde aqueles exerçam funções, sem prejuízo do acordo das partes no sentido da manutenção desses contratos, em razão da substituição das infraestruturas devolvidas por outras afetas ao sistema.

Cláusula 13.ª

(Deveres de informação)

1 - A concessionária deve elaborar e manter atualizado um inventário dos bens afetos à concessão.

2 - O inventário previsto no número anterior comporta os seguintes elementos relativos a cada bem:

- a) A identificação do proprietário, quando diferente da concessionária;
- b) A data de entrada em exploração e de afetação à concessionária, quando aplicável;
- c) A identificação fiscal e contabilística;
- d) O valor contabilístico bruto e líquido e respetiva taxa de amortização, quando aplicável;
- e) A menção dos ónus ou encargos que sobre ele recaem.

3 - Sem prejuízo dos poderes do concedente e da entidade reguladora do setor em sede de supervisão e fiscalização, a concessionária deve enviar o inventário previsto na presente cláusula ao concedente e à entidade reguladora, nos seguintes momentos:

- a) 5 (cinco) anos após a data de outorga do contrato de concessão;
- b) 3 (três) anos antes do termo da concessão.

4 - Para as situações de bens comuns às várias atividades prosseguidas pela concessionária, o inventário deve ainda conter a imputação a cada uma das atividades em função da sua afetação, nos termos do disposto no n.º 9 da cláusula 18.ª.

5 - A concessionária deve enviar ao concedente e à entidade reguladora do setor, com periodicidade quinquenal a contar da data de outorga do contrato de concessão, um relatório técnico referente à aptidão funcional, segurança, estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços, bem como um plano de ações evidenciando as prioridades de reabilitação ou substituição e respetiva calendarização e identificando o estágio de cumprimento do anterior plano de ações.

6 - Para além dos elementos referidos no número anterior, o relatório técnico aí mencionado, para as infraestruturas e equipamentos aí referidos, deve conter as informações descritas nos n.ºs 2 e 4.

7 - Até 30 de junho do último ano da concessão, a concessionária deve entregar ao concedente um relatório técnico relativo ao estado funcional, segurança e conservação das principais infraestruturas e equipamentos do sistema, onde se comprove o cumprimento do plano de ações previsto no último relatório técnico elaborado nos termos dos n.ºs 5 e 6.

8 - Os documentos a enviar ao concedente e à entidade reguladora do setor, nos termos dos n.ºs 3, 5 e 7, são objeto de certificação por auditor independente indicado pela concessionária, o qual não pode certificar, por referência a cada um dos referidos números, mais de 2 (dois) documentos consecutivos.

9 - A concessionária deve enviar ao concedente e à entidade reguladora do setor, com periodicidade anual a contar da data de outorga do contrato de concessão, um documento com informação técnica, operacional, económica e financeira, de acordo com os indicadores de atividade e desempenho considerados relevantes no âmbito do quadro regulatório e com os objetivos definidos nos termos da cláusula 7.ª, incluindo um diagnóstico das razões justificativas do eventual incumprimento das metas fixadas.

10 - A concessionária deve divulgar anualmente os respetivos indicadores de atividade e desempenho, através dos documentos de prestação de contas e/ou dos meios digitais habitualmente utilizados para comunicação com as partes interessadas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua determinação ou o seu conhecimento.

11 - A concessionária está ainda obrigada a reportar informação de natureza económica e financeira prevista nas cláusulas 18.ª a 21.ª, de acordo com os requisitos da cláusula 24.ª, sem prejuízo de outra informação que a entidade reguladora do setor venha a considerar necessária.

Cláusula 14.ª

(Manutenção dos bens e meios afetos à concessão)

A concessionária obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens e meios afetos à concessão durante o prazo da sua vigência, efetuando para tanto a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção,

a adaptação e as melhorias que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, e de acordo com as exigências técnicas e os parâmetros sanitários exigíveis.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Cláusula 15.^a

(Financiamento)

1 - A concessionária adota e executa, tanto na construção das infraestruturas, como na correspondente exploração do serviço concedido, o modelo financeiro constante do EVEF que constitui o Anexo III, o qual se baseia nas seguintes fontes de financiamento:

- a) O capital da concessionária;
- b) As participações financeiras e os subsídios atribuídos à concessionária;
- c) As receitas provenientes das tarifas, das compensações e de outros valores cobrados pela concessionária;
- d) Quaisquer outras fontes de financiamento, designadamente empréstimos.

2 - O EVEF que constitui o Anexo III integra a previsão das condições aplicáveis ao financiamento da concessão a partir da data de produção de efeitos do presente contrato, nos termos da cláusula 53.^a, bem como as condições àquela data já contratadas pela sociedade relativamente à qual a concessionária é transmissária de direitos e obrigações das SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., e Águas do Oeste, S.A., (neste último caso, apenas, no respeitante à atividade de saneamento), com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Cláusula 16.^a

(Períodos tarifários)

A concessão compreende os seguintes períodos tarifários:

- a) O primeiro período, também designado por período de convergência tarifária, o qual termina em 2026, sendo estabelecidas no Anexo III ao contrato de concessão as tarifas e os rendimentos tarifários, caso existam, para esse período;
- b) O segundo período, assim designado, divide-se em subperíodos tarifários de 5 (cinco) anos, e decorre entre o termo do primeiro período, também designado por período de convergência tarifária, e o termo do contrato de concessão.

Cláusula 17.^a

(Critérios para a fixação dos tarifários)

1 – Os tarifários são fixados de forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico e financeiro da concessão, a estabilidade tarifária, a acessibilidade social dos serviços, designadamente no âmbito regional, a recuperação ou repercussão dos desvios de recuperação de gastos e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão.

2 - A fixação das tarifas obedece aos seguintes critérios:

- a) Assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efetivo do investimento inicial a cargo da concessionária, bem como a amortização do imobilizado das concessionárias do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, considerado como investimento inicial, deduzido das comparticipações e dos subsídios a fundo perdido referidos na alínea b) do n.º 1 da cláusula 15.^a;
- b) Assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afetos à concessão;
- c) Assegurar a amortização tecnicamente exigida de eventuais novos investimentos de expansão, modernização ou renovação do sistema especificamente incluídos nos planos

de investimento autorizados, deduzido das comparticipações e subsídios a fundo perdido referidos na alínea b) do n.º 1 da cláusula 15.ª;

d) Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes das tarifas;

e) Permitir a cobertura dos encargos financeiros anuais decorrentes do modelo de financiamento da concessionária por capitais alheios, bem como os decorrentes de garantias e avales a prestar a terceiros;

f) Assegurar a recuperação dos desvios de recuperação de gastos que se gerarem até ao termo do período de convergência tarifária no âmbito da concessão nos termos do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...], e do EVEF que constitui o Anexo III;

g) Assegurar a recuperação dos ajustamentos de encargos que se gerarem partir do primeiro subperíodo do segundo período tarifário no âmbito da concessão nos termos do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...];

h) Assegurar a recuperação dos encargos que legalmente impendam sobre a atividade concessionada, nomeadamente os de natureza tributária, os resultantes do funcionamento da entidade reguladora do setor e da comissão de acompanhamento da concessão;

i) Assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária de acordo com a alínea k) do n.º 8 da cláusula 18.ª.

3 - Não são considerados como custos admissíveis para efeitos de cálculo das tarifas os custos decorrentes da aplicação de multas contratuais previstas na cláusula 42.ª, ou de coimas e sanções pecuniárias compulsórias previstas na legislação aplicável à atividade concessionada.

4 - Sem prejuízo do estabelecido no EVEF que constitui o Anexo III, a concessionária deve aplicar um tarifário comum ao serviço prestado aos utilizadores municipais, bem como um tarifário comum a cada um dos serviços prestados aos utilizadores finais.

5 - A aplicação pela concessionária de tarifas distintas a utilizadores da mesma natureza carece de justificação baseada em razões ponderosas de ordem técnica ou económica ou na aplicação de taxas municipais de ocupação do subsolo, independentemente da sua designação, suportadas pela concessionária e cobradas pelas autarquias locais que integram o âmbito definido no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...].

6 - Para efeitos de apuramento dos custos de cada tipo de serviços prestados aos utilizadores finais, a concessionária deve utilizar como preço de transferência a tarifa aplicável aos utilizadores municipais, acrescida de eventuais encargos adicionais incorridos com a prestação de cada tipo de serviço àqueles utilizadores, em resultado de fatores de ordem técnica ou económica devidamente justificados, com base em disposições constantes do regulamento de exploração aplicável ou nos contratos de recolha, ou de aplicação das taxas previstas no número anterior.

7 - Aos utilizadores finais podem ser cobradas tarifas compostas por parte fixa ou de disponibilidade e por parte variável ou de serviço, acrescidas dos eventuais encargos adicionais previstos no número anterior e ainda tarifas por serviços auxiliares.

8 - A previsão das trajetórias tarifárias, incluindo os rendimentos tarifários, quando aplicável, a adotar pela concessionária ao longo do período da concessão encontra-se definida no Anexo III.

Cláusula 18.ª

(Tarifas)

1 - As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, a aplicar aos utilizadores no primeiro período tarifário são as previstas e definidas no Anexo III ao contrato de concessão, e são atualizados para o ano da sua aplicação de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas, até 31 de julho, pela entidade reguladora do setor com base no índice publicado pela entidade responsável pela sua divulgação.

2 - A concessionária envia até 31 de agosto do ano anterior ao da sua aplicação a proposta de atualização das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, prevista no número anterior para ratificação pela entidade reguladora do setor até 30 de setembro.

3 - As tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, devem ser comunicados aos utilizadores do sistema até 5 de outubro do ano anterior ao da sua aplicação.

4 - As tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a aplicar no segundo período tarifário são aprovados pela entidade reguladora do setor, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, devendo a concessionária apresentar, para o efeito, até 30 de abril do ano anterior ao início do subperíodo em que vão vigorar, um projeto tarifário

devidamente detalhado e justificado quanto aos rendimentos estimados e aos gastos previsionais de exploração, de investimento e financeiros, por atividade, para o período subsequente de 5 (cinco) anos.

5 - A entidade reguladora deve pronunciar-se sobre o projeto tarifário referido no número anterior até 30 de setembro, devendo a concessionária comunicar aos utilizadores as tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, para o subperíodo seguinte, no prazo fixado no n.º 3.

6 - O projeto tarifário previsto no n.º 4 deve proceder à revisão dos pressupostos técnicos e económico-financeiros constantes dos Anexos I, II, III e IV, nos termos do disposto na presente cláusula, e as tarifas propostas devem, nos termos do disposto no número seguinte, permitir a cobertura integral dos gastos da atividade concessionada, em cenário de eficiência produtiva de acordo com os critérios previamente definidos com a entidade reguladora do setor.

7 - No termo da primeira metade do período de convergência, caso se verifique um desvio material dos pressupostos contratuais que não possa ser acomodado na segunda metade do período com a trajetória tarifária ou com os rendimentos tarifários previstos, quando aplicável, pode haver lugar à revisão dos pressupostos técnicos e económico-financeiros constantes dos Anexos I, II, III e IV, nos termos do disposto na presente cláusula.

8 - As tarifas a que se refere o n.º 4 devem permitir apenas a cobertura dos seguintes gastos e encargos:

a) As anuidades de amortização do valor inicial dos investimentos, a cargo da concessionária, deduzido do reconhecimento, no exercício, dos rendimentos referentes aos subsídios a fundo perdido referidos na alínea b) do n.º 1 da cláusula 15.ª;

b) As anuidades de amortização do imobilizado das concessionárias do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, deduzido do reconhecimento dos rendimentos

referentes aos subsídios a fundo perdido referidos na alínea b) do n.º 1 da cláusula 15.ª, considerado como investimento inicial;

c) As anuidades de amortização tecnicamente exigida de eventuais novos investimentos de expansão, modernização ou renovação do sistema a cargo da concessionária, especificamente incluídos nos planos de investimento autorizados, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido referidos na alínea b) do n.º 1 da cláusula 15.ª;

d) As despesas gerais anuais de exploração da concessionária em resultado da gestão eficiente do sistema objeto da concessão, designadamente as despesas de manutenção e reparação de bens e equipamentos afetos à concessão a que se refere a cláusula 14.ª e as despesas com os serviços de administração, gestão e assistência técnica, prestados pelos acionistas;

e) Os encargos financeiros anuais decorrentes do modelo de financiamento da concessionária por capitais alheios, bem como os decorrentes de garantias e avales a prestar a terceiros;

f) Os encargos que legalmente impendam sobre a prestação dos serviços, nomeadamente, os de natureza tributária;

g) Outros encargos anuais correntes, nomeadamente os inerentes às expropriações e servidões, conforme a cláusula 28.ª;

h) Os desvios de recuperação de gastos registados nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. que digam respeito à atividade de saneamento desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela Águas do Oeste, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 311 593, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cujo valor é correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta última sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição até 31 de dezembro de 2016, e os que se gerarem na vigência do presente contrato até ao termo do primeiro período tarifário nos termos previstos na cláusula 19.ª;

i) Os ajustamentos de encargos previstos na cláusula 20.ª;

j) Os encargos anuais resultantes do funcionamento da entidade reguladora do setor, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, bem como da comissão de

acompanhamento da concessão, e de outras taxas que incidam sobre a atividade da concessionária;

k) A remuneração adequada dos capitais próprios da concessionária, a qual corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações da categoria A da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos do ano civil a que corresponde o exercício económico ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a concessionária, acrescida de 3 (três) pontos percentuais, sem prejuízo do disposto no n.º 12.

9 - Os gastos referidos nas alíneas e), f) e g) do número anterior podem incluir a parcela dos gastos comuns às várias atividades prosseguidas pela concessionária, quando aplicável, os quais devem ser objeto de adequada imputação a cada uma das atividades em função da sua afetação, devendo a concessionária submeter à aprovação da entidade reguladora do setor, com os projetos tarifários quinquenais, proposta de critérios a adotar, acompanhada da respetiva definição, justificação e fundamentação.

10 - Até ao termo do primeiro período tarifário, a remuneração dos capitais próprios da concessionária, de acordo com a alínea k) do n.º 8, é garantida à concessionária, sem prejuízo do disposto no n.º 6 da cláusula seguinte.

11 - Até ao termo do primeiro período tarifário e sempre que não possa proceder-se ao pagamento da remuneração devida aos acionistas nos termos do presente contrato, a remuneração que fica em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, com exclusão da reserva legal, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a concessionária.

12 – Caso exista remuneração em dívida à data da constituição da concessionária é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos do ano civil a que corresponde o exercício económico ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a concessionária.

13 - A partir do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, a concessionária é remunerada em função dos resultados gerados.

14 - No projeto tarifário são obrigatoriamente abatidos aos gastos e encargos anuais os rendimentos previsionais não decorrentes da própria cobrança tarifária, nomeadamente rendimentos suplementares provenientes de atividades acessórias ou complementares, eventuais subsídios à exploração e rendimentos financeiros, bem como desvios de recuperação de gastos e os ajustamentos de encargos, de natureza superavitária, nos termos previstos, respetivamente, nas cláusulas 19.^a e 20.^a.

15 - As tarifas propostas no projeto tarifário são calculadas através da divisão dos gastos e encargos anuais a que se refere o n.º 8, líquidos dos rendimentos previstos no número anterior, pelas quantidades previstas de efluentes a faturar ao conjunto dos utilizadores.

16 - No caso de a concessionária aplicar o modelo de volumes desfasados à faturação do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores municipais, as tarifas do ano n são calculadas através da divisão dos gastos e encargos anuais a que se refere o n.º 8, líquidos dos rendimentos previstos no n.º 14, pela média aritmética simples das quantidades de efluentes medidos ou estimados para o conjunto dos utilizadores municipais, no período correspondente, a pelo menos, um dos últimos 6 (seis) semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1.

17 - Para efeitos do disposto no número anterior, no primeiro período tarifário os proveitos a considerar para o cálculo da tarifa implícita do ano n são os definidos no Anexo III para o conjunto dos utilizadores municipais do sistema.

18 - As tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, produzem efeitos a partir do início do subperíodo tarifário a que respeitam, independentemente da data da sua aprovação, e o montante não faturado pela concessionária até à data de notificação da decisão de aprovação, em caso de não coincidência com o início do subperíodo, é considerado como acerto tarifário temporal.

19 - O acerto tarifário referido no número anterior, capitalizado com base na EURIBOR a 6 (seis) meses acrescida de um “*spread*” de curto prazo definido pela entidade reguladora do setor correspondente ao menos oneroso a que a concessionária tenha acesso, deve ser recuperado no ano imediatamente seguinte àquele em que foi gerado,

através do mecanismo previsto no número seguinte, sendo repartido em função do volume de faturação previsto no projeto tarifário para o ano, por atividade.

20 – No segundo período tarifário e sem prejuízo do disposto no número seguinte, as tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, a aplicar anualmente resultam das tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, aprovados para o respetivo subperíodo, atualizados para o ano da sua aplicação e comunicados, nos termos previstos nos números 1 a 3 da presente cláusula.

21 - A atualização das tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, não prejudica a revisão extraordinária do tarifário previsto nos termos previstos no n.º 2 da cláusula 20.ª.

22 - Às tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, a aplicar pela concessionária aos utilizadores municipais acrescerá, nos termos e montantes definidos no Anexo III do Decreto-Lei n.º [...] /2016, de [...] de [...], e no EVEF que constitui o Anexo III ou resultantes da aplicação do disposto na lei, uma componente tarifária acrescida (CTA) que acresce à tarifa ou rendimentos tarifários, quando aplicável, previstos no n.º 1 ou no n.º 4, a ser paga à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), destinada a contribuir para a sustentabilidade do sistema multimunicipal a esta concessionado.

23 – O montante da CTA integra o tarifário do serviço de recolha de efluentes aos utilizadores municipais e o respetivo pagamento não pode ser dissociado do pagamento da tarifa ou rendimento tarifário, quando aplicável.

24 - O valor da CTA cobrado pela concessionária aos utilizadores municipais é contabilizado, na concessionária, numa conta de terceiros, uma vez que este valor é receita da Águas do Vale do Tejo, S.A..

25 – A Águas do Vale do Tejo, S.A., fatura trimestralmente à concessionária o valor por ela cobrado no trimestre anterior relativo à CTA cobrada pela concessionária aos utilizadores municipais, sendo essa faturação enquadrada na alínea c) do n.º 6 do artigo 16.º do CIVA, devendo a concessionária, para o efeito, comunicar àquela o valor cobrado e devendo a respetiva fatura ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

Cláusula 19.ª

(Desvios de recuperação de gastos)

1. - Considera-se desvio de recuperação de gastos:

- a) O valor do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., que diga respeito à atividade de saneamento desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 311 593, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016;
- b) A diferença verificada, anualmente, até ao termo do primeiro período tarifário, entre o resultado líquido obtido pela concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas estipuladas nos termos da cláusula 18.ª, respeitando o previsto no n.º 6 da presente cláusula.

2. - Os desvios de recuperação de gastos podem assumir duas naturezas:

- a) Deficitária, quando se verificar uma insuficiência acumulada de resultados líquidos da concessionária advenientes da exploração e da gestão do sistema em face do valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, respeitando o previsto no n.º 6 da presente cláusula;
- b) Superavitária, quando se verificar um excesso de resultados líquidos da concessionária advenientes da exploração e da gestão do sistema em face do valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, respeitando o previsto no n.º 6 da presente cláusula.

3. - A concessionária deve registar nas suas contas os desvios de recuperação de gastos verificados e os que se verificarem anualmente até ao termo do primeiro período tarifário.

4. - O valor do desvio de recuperação a reconhecer anualmente é apurado e registado pela concessionária, ficando sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor até ao final do mês de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

5. - Para efeitos do disposto no número anterior, a concessionária envia à entidade reguladora do setor, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita o desvio, o cálculo do montante do desvio de recuperação de gastos, devidamente detalhado e acompanhado da respetiva justificação.
6. - O cálculo dos desvios de recuperação de gastos gerados em cada ano não deve incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva de acordo com critérios previamente definidos pela entidade reguladora do setor.
7. - A concessionária tem direito a repercutir nas tarifas, nos termos definidos no Anexo III, os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária previstos no n.º 3, capitalizados com a taxa correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a concessionária, sem prejuízo do disposto no n.º 11 da cláusula 18.ª, os quais devem ser recuperados até ao termo do terceiro subperíodo do segundo período tarifário.
8. - Os desvios de recuperação de gastos de natureza superavitária devem ser integralmente refletidos nas tarifas até ao termo do terceiro subperíodo do segundo período tarifário, capitalizados com a taxa correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a concessionária.
9. - A concessionária pode, como forma de minimizar o impacto dos encargos financeiros nas tarifas e, simultaneamente, potenciar a diversificação das fontes de financiamento disponíveis, ceder, no todo ou em parte, a instituições de crédito ou sociedade financeira, o direito a receber, através de tarifas futuras, o montante correspondente aos desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária, determinados com base no disposto na presente cláusula.

Cláusula 20.ª

(Ajustamentos de encargos)

1. - Sem prejuízo do disposto no n.º 5 da presente cláusula, considera--se ajustamentos de encargos, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º [...] /2016, de [...] de [...], as diferenças que, a partir do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, se

verifiquem anualmente entre os encargos esperados, de acordo com o projeto tarifário em vigor, e os efetivamente incorridos pela concessionária, por motivos que não lhe sejam imputáveis, em resultado de qualquer das seguintes situações:

a) Insuficiência dos subsídios atribuídos a fundo perdido ou indeferimento de candidatura a fundos nacionais ou comunitários, em face dos previstos no projeto tarifário em vigor;

b) Alterações dos pressupostos de financiamento previstos no projeto tarifário em vigor, designadamente, por indeferimento dos financiamentos junto do Banco Europeu de Investimentos ou resultantes de alterações significativas nos mercados financeiros.

2. - A concessionária tem direito à recuperação dos ajustamentos de encargos, capitalizados com base na EURIBOR a 6 (seis) meses acrescida de um “*spread*” de curto prazo definido pela entidade reguladora do setor correspondente ao menos oneroso a que a concessionária tenha acesso, mediante uma revisão extraordinária do tarifário em vigor, a aplicar no subperíodo tarifário em curso ou, excecionalmente, no subperíodo tarifário seguinte.

3. - Para efeitos do disposto no número anterior, a concessionária deve remeter à entidade reguladora do setor, até 30 de junho do ano anterior ao da produção de efeitos do tarifário revisto, os valores relativos aos ajustamentos de encargos, acompanhados dos elementos justificativos do direito da concessionária, bem como o respetivo impacto tarifário, devendo a entidade reguladora do setor pronunciar-se fundamentadamente num prazo de 30 (trinta) dias.

4. - Findo o prazo referido no número anterior, consideram-se aceites os ajustamentos de encargos, devendo a concessionária proceder à revisão extraordinária das tarifas e comunicá-las à entidade reguladora do setor e aos utilizadores nos termos previstos no n.º 3 da cláusula 18.ª.

5. - Considera-se, ainda, ajustamento de encargos a diferença correspondente a insuficiências ou excessos, igual ou superior a 5% (cinco por cento), verificada a partir do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, entre os resultados líquidos obtidos em cada ano e os previstos, no projeto tarifário em vigor, para cada ano do subperíodo tarifário em causa, em resultado da ocorrência de um desvio acumulado igual ou superior a 10% (dez por cento), por motivo não imputável à concessionária, entre, em termos individuais:

- i) Os volumes faturados e os previstos no projeto tarifário em vigor;
- ii) O total dos gastos de exploração incorridos e os previstos no projeto tarifário em vigor que não decorram da verificação das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1.

ou

quando, em conjunto, tenham um impacto económico equivalente, igual ou superior a um desvio de 10% (dez por cento) em termos individuais.

6. - A concessionária tem direito à recuperação dos ajustamentos de encargos de natureza deficitária previstos no número anterior, desde que aprovados pela entidade reguladora do setor, capitalizados com base na EURIBOR a 6 (seis) meses acrescida de um “*spread*” de curto prazo definido pela entidade reguladora do setor correspondente ao menos oneroso a que a concessionária tenha acesso, mediante a respetiva repercussão nas tarifas a aplicar no subperíodo seguinte, devendo, para o efeito, ser considerados no respetivo projeto tarifário quinquenal.

7. - Os ajustamentos de encargos de natureza superavitária previstos no n.º 5 capitalizados com a taxa correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a concessionária devem ser integralmente refletidos nas tarifas no subperíodo tarifário seguinte, nos termos previstos no número anterior.

8. - A consideração dos ajustamentos de encargos previstos no n.º 5 é requerida anualmente pela concessionária à entidade reguladora do setor, devendo ser apresentados os elementos justificativos do direito à sua recuperação.

9. - A entidade reguladora do setor deve pronunciar-se fundamentadamente sobre o pedido da concessionária no prazo de 60 (sessenta) dias, findo o qual aquele se considera aprovado.

10. - A concessionária pode, como forma de minimizar o impacto dos encargos financeiros nas tarifas e, simultaneamente, potenciar a diversificação das fontes de financiamento disponíveis, ceder, no todo ou em parte, a instituições de crédito ou sociedade financeiras, o direito a receber, através de tarifas futuras, o montante correspondente aos ajustamentos de encargos, determinados com base no disposto na presente cláusula.

11. - As regras constantes da presente cláusula deixam de vigorar com a entrada em vigor do regulamento tarifário.

Cláusula 21.ª

(Regulamento tarifário)

1 - O regime disposto nas cláusulas 16.ª a 20.ª deixa de vigorar com a entrada em vigor do regulamento tarifário, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º [...]/2016, de [...] de [...], nos seguintes termos:

a) O apuramento dos desvios de recuperação de gastos passa a ter como referencial as regras do regulamento tarifário, mesmo durante o primeiro período tarifário;

b) As tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, aplicados aos utilizadores passam a ser as que resultam do regulamento tarifário a partir do início do segundo período tarifário, ou antes disso, se o concedente reconhecer, com base em demonstração realizada pela entidade reguladora do setor, que estas são mais favoráveis para os utilizadores e que fica salvaguardada a solidez financeira e a sustentabilidade económica e financeira da concessão.

2 - Para efeitos do número anterior, a concessionária envia à entidade reguladora do setor a informação necessária para a determinação das tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, que resultariam da aplicação do regulamento tarifário nos termos a definir no mesmo.

3 - A entrada em vigor do regulamento tarifário bem como a demonstração financeira a que se refere a alínea b) do n.º 1 determinam a alteração dos pressupostos técnicos e económico-financeiros constantes dos Anexos I, II, III e IV, e operam mediante aditamento ao presente contrato.

4 - No caso em que a alteração dos pressupostos técnicos e económico-financeiros constantes dos Anexos I, II, III e IV decorra apenas da entrada em vigor do regulamento tarifário, deverá constar no novo EVEF um anexo onde serão reproduzidas as tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, constantes do EVEF inicial que serão as aplicáveis durante o primeiro período tarifário.

Cláusula 22.^a

(Obrigação de ligação e direito de exclusivo da concessionária)

1 - Os valores a que se referem os n.ºs 3 e 4 da Base XXVIII aprovada pelo Decreto- Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos- Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, são definidos no Anexo III e na respetiva revisão, apenas sendo devidos à concessionária por cada utilizador municipal nas situações em que o valor resultante de faturação da utilização do serviço, no saneamento de águas residuais urbanas, seja inferior àqueles por motivo que seja exclusivamente imputável ao utilizador, não respeitando a qualquer consumo mínimo anual reportável ao volume recolhido de águas residuais que cada utilizador se proponha entregar à concessionária.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, apenas se considera motivo imputável ao utilizador municipal quando, por razões dependentes da sua vontade, se verificar:

a) O incumprimento da obrigação de ligação ao sistema prevista no n.º 2 da cláusula 8.^a, nos termos do disposto no n.º 3 da cláusula 39.^a;

b) A violação do direito de a concessionária exercer a atividade concessionada em regime de exclusivo previsto no n.º 1 da cláusula 1.^a.

3 - Para efeitos do disposto no n.º 1, a faturação da utilização do serviço é determinada pelo resultado da aplicação das tarifas em vigor em cada ano aos caudais medidos ou estimados, em conformidade com o disposto na cláusula 37.^a.

4 - A faturação relativa ao mês de dezembro deve proceder ao acerto final relativo aos valores referidos no n.º 1, quando se verificar que a faturação da utilização do serviço devida no ano é inferior ao valor definido para o ano em questão, por cada utilizador.

5 - Os valores referidos no n.º 1 são atualizados e revistos em simultâneo com as tarifas e nos mesmos termos que estas, devendo a sua revisão ser precedida de parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

6 - Os valores referidos no n.º 1 a aplicar até ao termo do primeiro período tarifário constam do Anexo III.

7 - A obrigação de pagamento dos valores referidos no n.º 1 vigora durante o período de vigência do contrato de concessão, e a sua não obtenção não constitui fundamento da reposição do equilíbrio económico e financeiro da concessão.

Cláusula 23.ª

(Fundo de reconstituição do capital social)

A concessionária encontra-se dispensada de manter quaisquer fundos de reconstituição do capital social, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados nos fundos constituídos pelas sociedades concessionárias extintas, SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., e Águas do Oeste, S.A., (neste último caso, apenas, no respeitante à atividade de saneamento), com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, os quais, com exceção dos montantes que já tenham sido utilizados para a redução do endividamento das sociedades concessionárias extintas, para o efeito lhe serão transferidos.

Cláusula 24.ª

(Reporte de natureza económica e financeira)

Toda a informação de natureza económica e financeira a apresentar pela concessionária à entidade reguladora do setor e ao concedente, incluindo a prevista nas cláusulas 18.ª a 21.ª, deve permitir uma avaliação dos rendimentos, gastos, ativos, capitais próprios e passivos relativos à gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, de forma desagregada face às demais atividades autorizadas.

CAPÍTULO IV

CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS

Cláusula 25.ª

(Responsabilidade pela conceção, projeto e construção das infraestruturas)

- 1 - Constitui encargo e responsabilidade da concessionária a construção das infraestruturas e instalações para desenvolvimento do projeto global constante do Anexo I e a aquisição dos equipamentos necessários à exploração da concessão.
- 2 - Para efeitos do presente contrato, a construção das infraestruturas compreende também a sua conceção e projeto e a aquisição, por via do direito privado ou de

expropriação, dos terrenos necessários à sua implantação e, bem assim, a constituição das servidões para tanto necessárias.

3 - A concessionária responde perante o concedente por eventuais defeitos de conceção, projeto e construção de infraestruturas e instalações e de fornecimento de equipamentos.

Cláusula 26.^a

(Aprovação dos projetos de construção)

1 - Os projetos de construção das infraestruturas, instalações e de fornecimento de equipamentos constantes do projeto global do sistema, bem como as respetivas alterações, adaptações técnicas e faseamento, devem ser elaborados em observância da regulamentação vigente em Portugal e exigem a aprovação prévia da entidade reguladora do setor e demais entidades competentes.

2 - Sem prejuízo da autorização do concedente, nos termos da alínea c) do n.º 1 da cláusula 30.^a, e das competências das demais entidades públicas, não estão sujeitos a aprovação por parte da entidade reguladora do setor os projetos referidos no número anterior que, cumulativamente, apresentem um valor orçamentado até 500.000,00 EUR (quinhentos mil euros) e não resultem de fracionamento de projetos.

3 - Sem prejuízo de prazos previstos em procedimentos especiais, a aprovação referida no n.º 1 considera-se concedida caso não seja expressamente recusada no prazo de 60 (sessenta) dias, devendo os projetos ser previamente submetidos pela concessionária a parecer não vinculativo da câmara municipal territorialmente competente, a qual se deve pronunciar nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

4 - A solicitação de aprovação prevista no n.º 1 deve ser instruída com o parecer da câmara municipal territorialmente competente referido no número anterior ou as evidências da respetiva solicitação caso aquele não tenha sido emitido até ao decurso do prazo para a respetiva emissão, e, bem assim, com outra documentação legalmente exigida emitida por entidades territorialmente competentes.

Cláusula 27.ª

(Utilização do domínio público)

1 - A concessionária tem o direito de utilizar o domínio público do Estado ou dos municípios utilizadores, neste caso mediante afetação, para efeitos de implantação e exploração das infraestruturas da concessão.

2 - A faculdade de utilização dos bens dominiais referidos no número anterior resulta da aprovação dos respetivos projetos ou de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente, sem prejuízo da formalização da respetiva cedência nos termos da lei e da autorização dos respetivos municípios se se tratar dos seus bens.

3 - No caso de afetação de bens dominiais dos municípios ou de outras pessoas coletivas públicas, e sempre sem prejuízo do disposto na cláusula 12.ª, é aplicável o disposto no Código das Expropriações, correndo por conta da concessionária as compensações devidas por factos ou situações com origem em data posterior à afetação, a que houver lugar.

Cláusula 28.ª

(Servidões e expropriações)

1 - A concessionária pode requerer declarações de utilidade pública para efeito da constituição de servidões e realização de expropriações necessárias à exploração e gestão do sistema multimunicipal.

2 - As servidões e expropriações resultam da aprovação de declarações de utilidade pública, nos termos da lei aplicável, correndo por conta da concessionária as correspondentes indemnizações.

3 - São consideradas de utilidade pública as expropriações dos imóveis e direitos inerentes necessários à implantação e exploração das infraestruturas que constam do Anexo I ao presente contrato, sendo-lhes atribuído carácter de urgência.

Cláusula 29.ª

(Prazos de construção)

1 - A concessionária deve assegurar, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, que os trabalhos e as obras previstas no projeto global constante do Anexo I estejam concluídos nos prazos fixados no projeto tarifário em vigor.

2 - A concessionária é responsável pelo incumprimento dos prazos a que se refere o número anterior, salvo na hipótese de ocorrência de motivos de força maior ou de outras razões que não sejam imputáveis à concessionária, atendidos pelo concedente.

3 - Durante a fase de construção das infraestruturas, a concessionária envia semestralmente, no prazo de 3 (três) meses contados do termo de cada semestre civil, ao concedente e à entidade reguladora do setor, um relatório sobre o estado de avanço das obras.

CAPÍTULO V

RELAÇÕES COM O CONCEDENTE

Cláusula 30.ª

(Poderes do concedente)

1 - Além de outros poderes conferidos pelo presente contrato ou pela lei ao concedente, carecem de autorização do concedente:

- a) A celebração ou a modificação dos contratos de recolha entre a concessionária e os utilizadores;
- b) A transmissão ou oneração de bens da propriedade da concessionária de valor líquido contabilístico superior a 250.000,00 EUR (duzentos e cinquenta mil euros);
- c) A realização de investimentos não previstos no contrato de concessão.

2 - Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, considera-se investimento não previsto no contrato de concessão aquele que não conste do projeto tarifário quinquenal em curso e cujo valor previsional global seja superior a 50.000,00 EUR (cinquenta mil euros).

3 - Os limites previstos no número anterior não se aplicam aos investimentos que decorram da verificação de situações de força maior, para os quais não será necessária a autorização prévia do concedente para a sua realização.

4 - Consideram-se previstos no contrato de concessão os investimentos decorrentes da obrigação de manutenção dos bens e meios afetos à concessão prevista na cláusula 14.^a.

5 - O disposto nos números anteriores não prejudica a obrigatoriedade de comunicação imediata ao concedente da realização do investimento em causa nem a apreciação dos respetivos pressupostos e do valor do investimento realizado em sede de aprovação das tarifas.

6 - O concedente tem, ainda, o poder de apreciar a atividade e os atos de gestão da concessionária, detendo poderes de fiscalização e de direção e podendo suspender os atos da concessionária.

7 - Tendo por base a informação reportada pela concessionária sobre a sua atividade e desempenho, constante da cláusula 13.^a, o concedente pode formular recomendações à concessionária para garantir o cumprimento das metas fixadas nos termos da cláusula 7.^a.

Cláusula 31.^a

(Exercício dos poderes do concedente)

1 - Os poderes do concedente consagrados no presente contrato ou outros relacionados com sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que lhe forem conferidos por lei são exercidos pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente com a faculdade de delegação no presidente de comissão de acompanhamento da concessão, cuja composição, modo de designação e competências são fixados no respetivo regulamento de funcionamento que constitui o Anexo V do presente contrato.

2 - As autorizações ou aprovações do concedente previstas no presente contrato consideram-se concedidas na falta de decisão proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação do pedido de autorização ou aprovação pela concessionária, consoante o caso, salvo se prazo diferente for estabelecido no presente contrato.

Cláusula 32.^a

(Plano de investimentos)

O plano de investimentos constante do projeto tarifário quinquenal, incluindo os indicadores que traduzam os respetivos benefícios sociais e ambientais, é aprovado pelo concedente após parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

Cláusula 33.^a

(Fiscalização)

- 1 - O concedente pode fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem assim, das cláusulas do presente contrato, onde quer que a concessionária exerça a sua atividade, podendo, para tanto, exigir-lhe as informações e os documentos que considerar necessários.
- 2 - O pessoal de fiscalização, devidamente identificado e mandatado, dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções, a todas as infraestruturas e equipamentos da concessão, e a todas as instalações da concessionária.
- 3 - A concessionária enviará todos os anos ao concedente, até ao termo do primeiro semestre do ano seguinte àquele a que respeita o exercício considerado, o relatório de gestão e as contas do exercício auditados nos termos legais.
- 4 - O exercício do poder de fiscalização financeira pelo Concedente é exercido pela Inspeção-Geral de Finanças.

Cláusula 34.^a

(Responsabilidade civil extracontratual)

- 1 - A responsabilidade civil extracontratual da concessionária deve estar coberta por seguro, cujo capital mínimo e condições mínimas são estabelecidos na portaria dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente, prevista na Base XXVI das bases do contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, anexas ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro.
- 2 - Enquanto não for publicada a portaria referida no número anterior, a concessionária deve celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual, que preveja uma cobertura mínima de danos no valor e em condições similares às do contrato de

seguro que, com o mesmo objeto, se encontrava em vigor no âmbito da SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 908 093, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cujos efeitos se produzem desde a data de outorga do contrato de concessão.

Cláusula 35.ª

(Caução referente à exploração)

- 1 - No termo da concessão, a concessionária deve assegurar adequados níveis de operacionalidade e conservação dos bens e meios afetos à concessão.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a concessionária obriga-se ao cumprimento do plano de ações previstas no último relatório técnico quinquenal, elaborado nos termos do n.º 5 da cláusula 13.ª, em matéria de operacionalidade e conservação dos bens afetos à concessão.
- 3 - Para garantia da responsabilidade a que se referem os números anteriores, a concessionária deve, até 2 (dois) anos antes do termo da concessão, prestar ao concedente uma caução de valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social da concessionária.
- 4 - A caução deve ser prestada nos termos e por qualquer dos modos previstos no Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O concedente pode executar a caução, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento da obrigação prevista nos n.ºs 1 e 2.
- 6 - A caução deve ser liberada um ano após o termo da concessão caso não existam, a essa data, responsabilidades da concessionária pelas quais a mesma deva responder.

CAPÍTULO VI

RELAÇÕES COM OS UTILIZADORES

Cláusula 36.ª

(Obrigações de recolha)

1 - A concessionária obriga-se, com ressalva das situações de força maior ou por razões julgadas atendíveis pelo concedente, a recolher de cada um dos utilizadores os efluentes por eles entregues, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja em condições de recolher.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3, as obrigações de recolha a que se refere o número anterior devem constar de contratos de recolha a celebrar entre a concessionária e os utilizadores, devendo contemplar, no que toca aos utilizadores municipais, os valores previstos na cláusula 22.ª do presente contrato.

3 - Os contratos de recolha celebrados entre os utilizadores e a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., e Águas do Oeste, S.A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, mantêm-se em vigor, nos termos previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º [...] /2016, de [...] de [...], até serem substituídos por novos contratos, transmitindo-se a posição contratual daquelas concessionárias para a concessionária, sem prejuízo da aplicação do regime previsto na cláusula 22.ª, e considerando-se as menções feitas nesses contratos ao respetivo contrato de concessão como efetuadas ao presente contrato e prevalecendo os termos e condições deste sobre o clausulado dos mesmos.

4 - Até à substituição dos contratos referidos no número anterior, o cumprimento da obrigação contratual de prestação da caução que recaia sobre os utilizadores municipais não pode ser exigida pela concessionária.

Cláusula 37.^a

(Medição e faturação)

- 1 - Os caudais de efluentes recolhidos são objeto de medição para efeitos de faturação, nos termos do disposto no presente contrato, nos regulamentos de exploração dos serviços públicos e nos contratos de recolha.
- 2 - A medição é efetuada de forma contínua através de instrumentos instalados de acordo com as instruções do fabricante, admitindo-se a utilização de métodos de estimativa, entendendo-se como tal a fixação antecipada de consumos a faturar aos utilizadores, após acordo entre a concessionária e o utilizador, aceite pela entidade reguladora do setor, por motivos justificados do ponto de vista técnico e económico, para infraestruturas que sirvam até 500 (quinhentos) habitantes ou habitantes-equivalentes, devendo a concessionária assegurar que se encontra salvaguardada a equidade de tratamento entre os diferentes utilizadores, ou para infraestruturas que ainda não disponham de medidor de caudal, por um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
- 3 - O regulamento de exploração do serviço público define as regras relativas ao controlo metrológico dos instrumentos de medição.
- 4 - O volume de efluentes recolhidos a faturar em cada mês corresponde aos volumes de efluentes medidos ou estimados, nos termos dos números anteriores.
- 5 - No caso de volumes medidos, a faturação é determinada pela contagem feita mensalmente nos medidores de caudal, colocados nos locais de recolha previamente definidos, não devendo o intervalo entre duas leituras consecutivas ser superior a 2 (dois) meses.
- 6 - O volume de efluente determinado nos termos dos números anteriores inclui caudais pluviais e outras afluências indevidas que deve ser ajustado com base no disposto no Anexo IV ao presente contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 7 - Para efeitos de faturação a concessionária não pode considerar um volume de efluente superior ao valor do efluente efetivamente tratado e descarregado, respeitados os valores limites de emissão constantes da licença de descarga da infraestrutura de tratamento nos termos da legislação em vigor, salvaguardados as condições de descarga previstas no n.º 5 da cláusula 6.^a e o mecanismo previsto nos n.ºs 9 e 10.

8 - No caso de avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do medidor, ou nos restantes casos em que a medição não puder ser realizada por razões técnicas, por impossibilidade de acesso aos medidores de caudal ou nos casos em que tal se justifique, conforme previsto nos regulamentos de exploração de serviço, o volume dos efluentes recolhidos é determinado, pela média dos consumos do último mês homólogo com leituras reais, acrescido da estimativa de crescimento do ano em curso ou, quando esta não exista, pela média dos registos do mês anterior à data em que presumivelmente tenha ocorrido a situação ou por estimativa acordada entre a concessionária e o utilizador.

9 - Nas situações em que as ligações técnicas não disponham de medidor de caudal, aplica-se o disposto no n.º 2 ou, na ausência de acordo, os volumes anuais a considerar para efeitos de faturação são os previstos no EVEF em vigor, estabelecidos com base nas estimativas constantes do modelo técnico associado ao Anexo I.

10 - A concessionária pode aplicar, de maneira uniforme, o modelo de volumes desfasados à faturação do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores municipais, devendo comunicar-lhes o início de vigência com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

11 - Na situação prevista no número anterior, a faturação do serviço, em cada mês e por cada utilizador municipal, corresponde a um duodécimo do produto da tarifa ou rendimento tarifário, quando aplicável, previstos nos n.ºs 16 e 17 da cláusula 18.ª pela média aritmética simples dos volumes acumulados de efluentes medidos ou estimados nos termos do disposto na presente cláusula no período correspondente a, pelo menos, um dos últimos 6 (seis) semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1, desse utilizador, na condição de, no período considerado, as ligações ao sistema de todos os utilizadores estarem estabilizadas.

12 - No período de convergência tarifária, a aplicação do modelo de volumes desfasados determina que o volume de efluentes ou rendimentos tarifários, quando aplicável, a faturar em cada mês aos utilizadores seja o seguinte:

a) Aos utilizadores que, de acordo com a convergência tarifária expressa no Anexo III do presente contrato, atingem a tarifa convergente no final do período de convergência, é faturado o volume de efluentes estabelecidos nesse anexo, atendendo à proporção da utilização efetiva, estimada nos termos do número anterior;

b) Para os restantes casos, é faturado o volume de efluentes medido que é recolhido e tratado.

13 - No caso de estar em vigor o modelo de volumes desfasados e se efetivarem novas ligações de utilizadores municipais ou se ligarem ao sistema novos utilizadores municipais, ou se verificar o incumprimento da obrigação de ligação ao sistema e ou a violação do direito de exclusivo da concessionária, aos volumes a considerar para efeitos de faturação dessas ligações ou desses utilizadores, aplica-se o disposto no n.º 9, até que se obtenha um histórico de medição coerente com o que é utilizado para a faturação dos restantes utilizadores.

14 - A faturação dos serviços objeto da atividade concessionada é efetuada mensalmente, exceto disposição contrária nos contratos de recolha, até ao último dia do mês seguinte àquele a que respeitam esses serviços, sendo o prazo de pagamento de 60 (sessenta) dias.

15 - As faturas referentes a débitos de recolha de efluentes, bem como as relativas a quaisquer outros serviços prestados, são pagas pelo utilizador na sede ou delegações da concessionária ou através de outros meios legalmente admissíveis e disponibilizados pela concessionária.

16 - Às dívidas dos utilizadores em mora é aplicável o regime dos juros de mora comerciais, bem como um prazo de prescrição de 2 (dois) anos após a emissão das respetivas faturas.

17 - Por acordo entre a concessionária e os utilizadores podem ser definidas outras condições de medição, de faturação e de pagamento, devendo a concessionária salvaguardar a equidade de tratamento entre os diferentes utilizadores, estando aquela obrigada a divulgar essas condições pelos utilizadores do mesmo tipo.

Cláusula 38.ª

(Regulamento de exploração do serviço público)

1 - O regulamento de exploração do serviço público é elaborado pela concessionária e submetido a parecer dos municípios utilizadores, bem como da entidade reguladora do setor, a emitir no prazo de 60 (sessenta) dias.

2 - Após o parecer referido no número anterior ou findo o prazo para a sua emissão, aquele regulamento de exploração é sujeito à aprovação do concedente.

3 - O procedimento referido nos números anteriores é igualmente aplicável às modificações posteriores do mesmo regulamento.

4 - O regulamento de exploração que a concessionária emane vincula os utilizadores desde que aprovado pelo concedente, ainda que tacitamente, e publicado na 2.ª série do Diário da República.

5 - A publicação do regulamento referido no número anterior é promovida pela concessionária.

6 - Até à entrada em vigor do regulamento de exploração e serviço elaborado pela concessionária, aprovado pelo concedente e publicado na 2.ª série do Diário da República, a concessionária e os utilizadores devem cumprir, com as adaptações resultantes do disposto na lei e no presente contrato de concessão, o regulamento de exploração do serviço público aplicável, na vertente de saneamento de águas residuais, no sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Cláusula 39.ª

(Ligação técnica dos sistemas)

1 - A concessionária deve assegurar as condições técnicas necessárias à ligação entre o sistema e os sistemas dos utilizadores, sendo responsável pela conservação e reparação dos meios necessários a essa ligação.

2 - Os encargos com a ligação técnica entre os dois sistemas, nos termos definidos no respetivo regulamento de exploração do serviço público, referido na cláusula anterior, são faturados autonomamente pela concessionária a cada um dos utilizadores.

3 - Considera-se incumprimento da obrigação de ligação ao sistema a ausência de ligação efetiva do sistema do utilizador ao ponto de recolha, no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção de comunicação formal por parte da concessionária para o efeito, exceto nas situações de força maior nos termos do disposto na cláusula 50.ª.

4 - São encargos da concessionária os custos relativos ao fornecimento e instalação de medidores de caudais, bem como de dispositivos para registo e transmissão de dados, destinados a aferir os caudais recolhidos dos utilizadores municipais, que se encontrem

previstos nos projetos das diferentes infraestruturas submetidas à aprovação, nos termos do disposto na cláusula 26.^a.

5 - Por acordo entre a concessionária e o utilizador municipal podem ser instalados outros medidores de caudal, decorrentes de adaptações ao projeto global do sistema.

6 - Os encargos com o fornecimento e instalação de medidores de caudal, bem como de dispositivos para registo e transmissão de dados, para outras situações que não se enquadrem nas previstas nos n.ºs 4 e 5, são faturados autonomamente pela concessionária a cada um dos utilizadores municipais.

7 - Os encargos com o fornecimento e instalação de medidores de caudal de utilizadores finais são da concessionária, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

8 - Os encargos com o fornecimento e instalação de medidores de caudal, bem como de dispositivos para registo e transmissão de dados, de efluente industrial, designadamente o proveniente de agroindústrias, de agropecuárias, de processamento ou destino final de resíduos sólidos ou de quaisquer outros processos que originem efluente líquido equiparado, são faturados autonomamente pela concessionária ao respetivo utilizador ou cliente.

Cláusula 40.^a

(Atribuição da gestão do sistema municipal do utilizador)

1 - A concessionária não se pode opor à transmissão da posição contratual de cada um dos municípios utilizadores nos contratos de recolha para entidade a quem seja atribuída a gestão dos sistemas municipais de saneamento de águas residuais urbanas.

2 - Caso ocorra a transmissão da posição contratual referida no número anterior, os municípios utilizadores são solidariamente responsáveis com o cessionário perante a concessionária pelo cumprimento das obrigações assumidas por força de tais contratos.

3 - Para efeitos da transmissão da posição contratual referida nos números anteriores é celebrado um acordo de cessão da posição contratual, entre a concessionária, o município utilizador e o cessionário, onde, entre outros aspetos, devem constar as responsabilidades assumidas por cada uma das partes, apenas podendo a concessionária faturar os serviços à cessionária após a assinatura do referido acordo de cessão da posição contratual.

Cláusula 41.ª

(Suspensão da exploração)

Em caso de mora no pagamento das faturas, a concessionária não pode suspender a prestação dos serviços abrangidos pela concessão, sem prejuízo da aplicação aos utilizadores finais do regime disposto na Lei n.º 23/96, de 26 de julho.

CAPÍTULO VII

SANÇÕES

Cláusula 42.ª

(Multas contratuais)

1 - Pelo incumprimento das obrigações assumidas no âmbito do contrato de concessão e referidas nos números seguintes, a concessionária pode ser punida com multa de 5.000,00 EUR (cinco mil euros) a 250.000,00 EUR (duzentos e cinquenta mil euros), em função da gravidade do incumprimento, a qual é aferida em função dos riscos para a segurança do sistema, para a sanidade pública e dos prejuízos daí resultantes.

2 - Consideram-se violações contratuais não graves, punidas com multa entre 5.000,00 EUR (cinco mil euros) a 10.000,00 EUR (dez mil euros):

- a) Violação dos princípios aplicáveis às relações com os utilizadores, previstos na cláusula 8.ª;
- b) Violação das disposições relativas a medição e faturação, previstas na cláusula 37.ª;
- c) Incumprimento das disposições relativas aos regulamentos de exploração dos serviços públicos, previstos na cláusula 38.ª.

3 - Consideram-se violações graves, punidas com multa entre 10.000,00 EUR (dez mil euros) a 50.000,00 EUR (cinquenta mil euros):

- a) Exercício de outras atividades para além das que constituem o objeto da concessão ou das atividades previstas na cláusula 4.ª, sem autorização do concedente;
- b) Violação das obrigações previstas na cláusula 6.ª;
- c) Incumprimento das metas definidas, nos termos da cláusula 7.ª, para os indicadores de desempenho “Reabilitação de coletores”, “Destino adequado de águas residuais recolhidas” ou “Controlo de descargas de emergência”;

d) Não submissão a autorização do concedente nos casos previstos no n.º 1 da cláusula 30.ª;

e) Suspensão pela concessionária da prestação do serviço público a utilizadores finais, em violação do disposto na cláusula 41.ª;

f) Incumprimento pela concessionária dos prazos estabelecidos no plano de investimentos, por motivos que lhe sejam exclusivamente imputáveis, nos casos não previstos na alínea h) do número seguinte.

4 - Consideram-se violações muito graves, punidas com multa entre 50.000,00 EUR (cinquenta mil euros) a 250.000,00 EUR (duzentos e cinquenta mil euros), as seguintes:

a) Oposição ao exercício dos poderes de fiscalização do concedente, previstos na cláusula 33.ª;

b) Recusa de prestação do serviço público a utilizadores que satisfaçam os requisitos e as disposições exigidas no presente contrato e nos regulamentos de exploração dos serviços públicos, previstos na cláusula 38.ª;

c) Suspensão pela concessionária da prestação do serviço público a utilizadores municipais, em violação da cláusula 41.ª;

d) Aplicação de tarifas diferentes das previstas ou definidas no contrato de concessão ou das aprovadas pela entidade reguladora do setor, violando o disposto na cláusula 18.ª;

e) Não submissão a aprovação da entidade reguladora do setor dos projetos tarifários nos termos previstos na cláusula 18.ª;

f) Trespasse, total ou parcial, não autorizado da concessão;

g) Subconcessão não autorizada, no todo ou em parte, da concessão;

h) Incumprimento pela concessionária dos prazos estabelecidos no plano de investimentos, por motivos que lhe sejam exclusivamente imputáveis, nos casos em que tal incumprimento prejudique a articulação prevista com os sistemas municipais.

5 - É da competência do membro do Governo responsável pela área do ambiente a aplicação das multas previstas na presente cláusula.

6 - A sanção aplicada deve ser comunicada por escrito à concessionária, devidamente fundamentada, respeitado que seja o direito de audiência prévia da concessionária, a exercer em 10 (dez) dias úteis a contar da receção da notificação.

7 - As multas devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias contadas da data em que a concessionária tenha sido notificada da sua aplicação.

8 - Sem prejuízo das regras processuais aplicáveis em matéria cautelar, a execução de um ato de aplicação de multas é suspensa durante a respetiva impugnação administrativa ou judicial, desde que a concessionária preste caução de idêntico valor, que, por decisão fundamentada do membro do Governo responsável pela área do ambiente, pode ser dispensada.

9 - Os limites das multas referidos nos n.ºs 1 a 4 são atualizados anualmente de acordo com o índice harmonizado de preços no consumidor publicado pela entidade responsável pela sua divulgação.

10 - A aplicação de qualquer multa contratual nos termos da presente cláusula não exonera a concessionária da sua eventual responsabilidade para com o concedente ou para com terceiros nem impede a aplicação, pela entidade competente, de outras penalidades nos termos da lei ou regulamentos aplicáveis.

Cláusula 43.^a

(Sequestro)

1 - O concedente pode intervir na exploração da atividade concessionada sempre que se mostre iminente a cessação ou interrupção total ou parcial da exploração do serviço ou se verifiquem graves deficiências na respetiva organização ou funcionamento ou no estado geral das infraestruturas, instalações ou equipamento, suscetíveis, em qualquer dos casos, de comprometer a regularidade da exploração.

2 - A intenção de sequestro é comunicada à concessionária por carta registada com aviso de receção, com indicação expressa das situações e factos justificativos, para exercício do direito de audiência prévia por esta.

3 - A concessionária disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis, após a receção da comunicação referida no número anterior, para responder à notificação e apresentar um plano de recuperação das situações e factos invocadas.

4 - Não sendo aceites as razões aduzidas na resposta ou não sendo aceite o plano de recuperação apresentado, é declarado o sequestro e o concedente assume, por si ou por terceiros, a gestão e exploração do sistema.

5 - Verificado o sequestro, a concessionária suporta não apenas os encargos resultantes da manutenção dos serviços, mas, também, quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade da exploração que não possam ser cobertas pelos resultados da exploração.

6 - O sequestro mantém-se pelo tempo julgado necessário pelo concedente, com o limite máximo de um ano, sendo a concessionária notificada para retomar, na data que lhe for fixada, a normal exploração do serviço.

7 - Se a concessionária não quiser, ou não puder, retomar a exploração ou se, tendo-o feito, continuarem a verificar-se graves deficiências na organização e funcionamento da atividade concessionada, o membro do Governo responsável pela área do ambiente pode declarar a resolução do contrato de concessão.

CAPÍTULO VIII MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 44.^a

(Trespasse da concessão)

1 - A concessionária não pode trespasar a concessão, no todo ou em parte, sem prévia autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente.

2 - No caso de trespasse autorizado, consideram-se transmitidos para a trespassária os direitos e obrigações da trespasante, assumindo ainda a trespassária as obrigações e encargos que eventualmente lhe venham a ser impostos como condição de autorização do trespasse.

Cláusula 45.^a

(Modificação da concessão)

1 - Sem prejuízo da revisão quinquenal dos pressupostos técnicos e económico-financeiros dos Anexos I, II, III e IV prevista no n.º 6 da cláusula 18.^a e do disposto no n.º 2, o contrato de concessão apenas pode ser alterado por acordo escrito celebrado entre o concedente e a concessionária.

2 - O concedente tem o direito de proceder à adequação dos elementos da concessão e das condições da sua exploração às exigências da política ambiental e da regularidade e continuidade do serviço público.

3 - A vontade do concedente, para efeitos do disposto nos números anteriores, é manifestada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do ambiente.

4 - Quando, em consequência do disposto no n.º 2, se alterarem significativamente as condições de exploração, poderá haver lugar à reposição do equilíbrio económico e financeiro do contrato, nos termos previstos na cláusula seguinte.

Cláusula 46.ª

(Reposição do equilíbrio económico e financeiro)

1 - Sem prejuízo da revisão ordinária quinquenal dos pressupostos técnicos e económico-financeiros dos Anexos I, II, III e IV prevista no n.º 6 da cláusula 18.ª, do direito à recuperação dos desvios de recuperação de gastos e dos ajustamentos de encargos, nos termos do disposto nas cláusulas 19.ª e 20.ª, respetivamente, poderá haver lugar por parte do concedente à reposição do equilíbrio económico e financeiro do contrato de concessão nos casos previstos na lei, mediante uma ou várias das seguintes modalidades:

- a) Revisão do tarifário aplicável;
- b) Compensação direta à concessionária;
- c) Alteração do plano de investimentos;
- d) Outra por acordo entre as partes.

2 - A reposição referida no n.º 4 da cláusula anterior apenas pode efetuar-se por compensação direta à concessionária ou por revisão das tarifas com aplicação dos critérios vertidos na cláusula 17.ª, ou pela combinação destas medidas, mediante opção do concedente, ouvida a concessionária.

3 - O pedido de reposição do equilíbrio económico e financeiro previsto na presente cláusula deve ser apresentado ao concedente acompanhado dos elementos justificativos da pretensão, devendo aquele pronunciar-se, fundamentadamente, num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

4 - A reposição do equilíbrio económico e financeiro do contrato nos termos da presente cláusula abrange todos os efeitos produzidos desde a data da ocorrência dos factos que lhe dão origem e de que são consequência, sendo única, completa e final para todo o período de duração da concessão.

5 - No caso previsto na alínea a) do n.º 1, a reposição do equilíbrio económico e financeiro do contrato prevista na presente cláusula consuma-se integralmente na tarifa a praticar no subperíodo tarifário em curso, podendo excecionalmente ser diferida, no todo ou em parte, para o subperíodo tarifário seguinte.

Cláusula 47.ª

(Reposição do equilíbrio económico e financeiro por alteração do âmbito subjetivo ou territorial da concessão)

1 - Na situação prevista no n.º 9 da cláusula 1.ª, o município em causa deve pagar à concessionária os montantes relativos a:

- a) Valor dos investimentos afetos ao seu uso exclusivo, ainda não reintegrado, em infraestruturas afetas à concessão, ainda que da propriedade da concessionária;
- b) Débitos relativos à prestação de serviços ainda não liquidados;
- c) Importâncias que tenham sido pagas pela concessionária, a qualquer título, em seu benefício, acrescidas dos respetivos encargos financeiros associados, na parte em que não tenham sido recuperadas pelas tarifas;
- d) Eventuais indemnizações por rescisão dos contratos de trabalho dos trabalhadores que operavam as infraestruturas devolvidas ou transmitidas aos municípios, nos termos do n.º 5 da cláusula 11.ª e n.º 13 da cláusula 12.ª.

2 - Na situação prevista no número anterior, a reposição ocorre mediante o pagamento de compensação à concessionária pelo Estado ou pelo município em questão, consoante a entidade que tiver a iniciativa, a qual abrange, para além da assunção de todas as responsabilidades financeiras ou outras inerentes à exploração e à gestão dos serviços de saneamento de águas residuais relativos às infraestruturas a transferir para o município em causa, de montante resultante do somatório das seguintes componentes:

- a) O acréscimo de encargos que os restantes utilizadores teriam de suportar provocado pela redução do âmbito do sistema, calculado através da diferença entre (i) a tarifa de equilíbrio resultante da situação existente à data da redução do âmbito do sistema e

antes de esta se efetivar e (ii) a tarifa de equilíbrio apurada após a redução do âmbito do sistema, multiplicada pelos caudais totais da concessão previstos na última revisão quinquenal dos pressupostos técnicos e económico-financeiros entre a data em que se verifica a redução do âmbito do sistema e o termo da concessão, para que os efeitos de tal redução não sejam repercutidos nos restantes utilizadores;

b) Penalizações por rescisão, suspensão, redução ou incumprimento dos contratos em vigor, designadamente de empreitada, de prestação de serviços e de financiamento.

3 - Aos montantes previstos no número anterior são deduzidas eventuais quantias em dívida pela concessionária.

4 - Os montantes da dívida e da compensação previstas nos n.ºs 1 e 2 são calculados pela concessionária e validados por auditor independente, a aprovar pelo concedente sob proposta conjunta da concessionária e do município ou a indicar por aquele em caso de inexistência de consenso.

5 - O pedido de reposição do equilíbrio económico e financeiro previsto na presente cláusula deve ser apresentado ao concedente acompanhado dos elementos justificativos da pretensão, devendo aquele pronunciar-se, fundamentadamente, num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

6 - A reposição do equilíbrio económico e financeiro do contrato nos termos da presente cláusula abrange todos os efeitos produzidos desde a data da ocorrência dos factos que lhe dão origem e de que são consequência, sendo única, completa e final para todo o período de duração da concessão.

Cláusula 48.^a

(Resolução do contrato pelo concedente)

1 - O concedente pode resolver o contrato de concessão designadamente nas seguintes situações:

a) Desvio do objeto da concessão;

b) Interrupção prolongada da exploração do sistema por facto imputável à concessionária;

c) Oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente;

d) Sistemática inobservância injustificada das leis e dos regulamentos de exploração;

- e) Recusa injustificada em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas;
- f) Cobrança indevida de tarifas superiores às tarifas previstas ou definidas no contrato de concessão ou aprovadas pela entidade reguladora do setor ou de valores superiores aos previstos na cláusula 22.^a e ou nos contratos de recolha;
- g) Cessação de pagamentos pela concessionária, decretamento da insolvência ou dissolução;
- h) Trespasse da concessão ou subconcessão não autorizados;
- i) Sequestro na situação descrita no n.º 7 da cláusula 43.^a.

2 - Não constituem causas de resolução os factos ocorridos por motivos de força maior e outros que o concedente aceite como justificados.

3 - A resolução prevista no n.º 1 determina a reversão de todos os bens e meios afetos à concessão para o concedente, a efetivar nos termos dos n.ºs 1 e 2 da cláusula 51.^a e sem direito ao recebimento de qualquer montante pela concessionária.

4 - A intenção de resolução do contrato de concessão é comunicada à concessionária por carta registada com aviso de receção.

5 - A concessionária disporá de um período de 10 (dez) dias úteis, após a receção da comunicação referida no número anterior, para responder e apresentar um plano de recuperação dos factos invocados.

6 - Não sendo aceites as razões aduzidas na resposta ou não sendo aceite o plano de recuperação apresentado, é declarada a resolução, sendo a comunicação efetuada nos termos do n.º 4.

7 - Resolvido o contrato, o concedente assume imediatamente, por si ou por terceiros, a gestão e exploração do sistema, sem prejuízo do direito à indemnização a que houver lugar nos termos da lei.

Cláusula 49.^a

(Resgate da concessão)

1 - O concedente pode resgatar a concessão, retomando a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja, pelo menos, metade do prazo contratual, mediante comunicação à

concessionária, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência.

2 - Na data do resgate, o concedente entra na posse de todos os bens afetos à concessão, sem dependência de qualquer formalidade que não seja uma vistoria "ad perpetuam rei memoriam", para a qual são convocados os representantes da concessionária, e da qual é elaborado um auto nos termos do n.º 2 da cláusula 51.ª.

3 - Em caso de resgate, a concessionária tem direito a receber um montante determinado por entidade terceira independente, escolhida por acordo entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e a concessionária, devendo aquela atender, na fixação do montante, ao valor contabilístico líquido dos bens referidos no número anterior e ponderar, entre outros elementos, o rendimento esperado e a recuperação de eventuais ajustamentos de encargos previstos na cláusula 20.ª que não tenham sido recuperados.

4 - O valor contabilístico do imobilizado corpóreo, líquido de amortizações fiscal ou contabilisticamente aceites e das participações financeiras e subsídios a fundo perdido, deve ter em conta a depreciação monetária, através de reavaliação por coeficientes de correção monetária legalmente consagrados, bem como das existências em armazém e de eventuais penalizações por rescisão, suspensão, redução ou incumprimento dos contratos de financiamento em vigor.

5 - O rendimento esperado mencionado no n.º 3 é avaliado face às circunstâncias concretas da exploração, devendo ser tidos em conta os benefícios resultantes da antecipação dos ganhos previstos.

6 - Não são contabilizados, para efeitos de aplicação da indemnização do resgate, prevista no n.º 3, quaisquer bens ou direitos que se encontrem anormalmente depreciados ou deteriorados.

7 - O crédito previsto no n.º 3 deve compensar-se com as dívidas ao concedente por multas contratuais e a título de indemnizações por prejuízos causados.

Cláusula 50.ª

(Força maior)

1 - Nenhuma das partes incorre em responsabilidade por incumprimento contratual se, em razão da ocorrência de caso de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 - Para efeitos do presente contrato, considera-se caso de força maior qualquer acontecimento anormal, imprevisível e irresistível, exterior à vontade e atividade das partes, que impeça, absoluta ou parcialmente, o cumprimento das obrigações contratuais, tais como cataclismos, guerra, alterações da ordem pública, malfeitorias, atos de vandalismo ou incêndio.

3 - A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 51.ª

(Termo do prazo de concessão)

1 - No termo da concessão e sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e nas cláusulas 11.ª e 12.ª do presente contrato, os bens da concessionária afetos à concessão, sem dependência de qualquer formalidade que não seja uma vistoria "ad perpetuum rei memoriam", para a qual são convocados os representantes da concessionária, transferem-se para o Estado, para os municípios ou para as associações de municípios, conforme aplicável.

2 - Do auto de vistoria consta obrigatoriamente o inventário dos bens e equipamentos afetos à concessão, assim como a descrição do seu estado de conservação e da respetiva aptidão para o desempenho da sua função no sistema.

3 - A concessionária tem direito a um montante correspondente ao valor líquido contabilístico, descontadas as participações financeiras e subsídios a fundo perdido, tendo em conta a depreciação monetária, através de reavaliação por coeficientes de correção monetária legalmente consagrados, dos bens que resultarem de novos investimentos de expansão ou de modernização do sistema não previstos no contrato de concessão feitos a seu cargo, aprovados ou impostos pelo concedente.

4 - O montante previsto no número anterior é calculado pela concessionária e validado por auditor independente, a aprovar pelo concedente sob proposta da concessionária.

5 - A transferência dos bens opera-se na data da liquidação dos montantes previstos na presente cláusula.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 52.ª

(Comunicações, autorizações e aprovações)

1 - As comunicações, autorizações e aprovações previstas no presente contrato, salvo disposição específica em contrário, são efetuadas por escrito e remetidas:

- a) Em mão, desde que comprovada a receção por protocolo;
- b) Por telecópia, desde que comprovada por recibo de transmissão ininterrupta;
- c) Por correio eletrónico, desde que comprovada por recibo de receção do mesmo;
- d) Por correio registado com aviso de receção.

2 - As comunicações à concessionária são efetuadas pelo membro do Governo com responsabilidade pela área do Ambiente ou por entidade ou elemento com competência delegada.

3 - As comunicações ao concedente são efetuadas pelo Conselho de Administração da concessionária e endereçadas ao membro do Governo com responsabilidade pela área do Ambiente ou a entidade com competência delegada.

4 - Consideram-se, para efeitos do presente contrato, como domicílios das partes as seguintes moradas:

a) Concedente:

Ministério do Ambiente
Rua de “O Século”, n.º 51
1200-433 Lisboa

b) Concessionária:

Águas do Tejo Atlântico, S. A.
ETAR de Alcântara
Avenida de Ceuta
1300-254 LISBOA

5 - As partes, por comunicação prévia, podem alterar os seus domicílios indicados no número anterior, alteração que apenas produz efeitos depois de recebida pela contraparte.

6 - As comunicações previstas no presente contrato consideram-se efetuadas:

a) No próprio dia em que foram transmitidas em mão ou por telecópia ou por correio eletrónico, se remetidas até às 18:00 horas, ou, se posteriormente, no primeiro dia útil seguinte;

b) No dia em que forem recebidas, quando a comunicação se efetue por correio registado;

c) Após 3 (três) dias da sua expedição, nos casos de comunicação por correio não registado.

7 - Os prazos fixados no presente contrato contam-se em dias de calendário, salvo indicação de que se contam em dias úteis, caso em que não se contam os sábados, domingos e feriados, sejam nacionais ou municipais.

Cláusula 53.^a

(Produção de efeitos)

1 - O presente contrato produz os seus efeitos desde 1 de janeiro de 2017.

2 - A título transitório, a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., realizará a gestão do sistema por conta da concessionária, por um período máximo de 90 dias a contar da data de produção de efeitos do presente contrato de concessão, podendo cessar antecipadamente esse período transitório na data em que a Administração da concessionária comunicar à EPAL, S.A., estarem reunidas as condições operacionais necessárias para o início da gestão direta por parte da concessionária.

3 - A assunção pela EPAL, S.A., da gestão do sistema dá lugar ao reembolso pela concessionária à EPAL, S.A., dos custos efetivamente incorridos por esta com a gestão do mesmo no período de transição operacional referido no número anterior.

Cláusula 54.^a

(Listagem de anexos)

Fazem parte do presente contrato os seguintes anexos:

a) Anexo I - Projeto Global do Sistema;

- b) Anexo II - Áreas Abrangidas pelo Sistema;
- c) Anexo III - Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF);
- d) Anexo IV - Metodologia para Quantificação dos Volumes de Águas Residuais Afluentes às Infraestruturas do Sistema Multimunicipal;
- e) Anexo V - Regulamento de Funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Concessão do Sistema Multimunicipal.

O presente Contrato de Concessão foi celebrado no dia 3 de janeiro de 2017, em 2 (dois) exemplares, que farão igualmente fé, ficando um em poder de cada uma das partes.

Ministro das Finanças

Ministro do Ambiente

Presidente e vogal do Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

DACM

Prop. n.º 462/2016

Fls.

SEAmb - Of. N.º 3240
Data: 31-10-2016
47.38.03. Aguas LVT

CML

ENT/10785/GPCML/GAP/EQ-FR/16
08-11-2016 10:55:58

Muito urgente.
Ao Gob. do Sr. Ver. JPS
(cópia para o meu email)

9 NOV. 2016

O Chefe do Gabinete
Jorge Damas Rato

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Dr. Fernando Medina
Praça do Município
1149-014 Lisboa

Lisboa, 31 de outubro de 2016

Assunto: Criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo

O Governo vai, através de Decreto-Lei, criar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente designado por «sistema», por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de «sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo»).

O sistema tem o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, apenas na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Pelo mesmo decreto-lei, vai ser constituída a Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por «sociedade», por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de «Águas do Vale do Tejo, S.A.»).



O capital social da sociedade é de (euro) 113.527.680,00, nos termos definidos no projeto de decreto-lei.

O Programa do XXI Governo Constitucional, visando os novos sistemas multimunicipais e as novas entidades gestoras dos mesmos criados em 2015 por agregação de sistemas multimunicipais existentes, preconiza a reversão nas empresas de águas que tenham sido impostas aos municípios.

De facto, e no caso concreto do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foi pelo mesmo operada a extinção do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, e do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, bem como das respetivas entidades gestoras, a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., e a SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., com a oposição generalizada dos respetivos municípios utilizadores e acionistas.

Nestas circunstâncias, propõe-se que a Câmara Municipal aprove, para submissão à Assembleia Municipal, o seguinte:

1. A emissão de parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente designado por «sistema», por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo”), tendo o novo sistema o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, apenas na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.
2. A emissão de parecer favorável à constituição, pelo mesmo decreto-lei, da sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema, e à celebração com esta de um contrato de recolha.
3. A aprovação do Acordo Parassocial a celebrar entre todos os acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., e que visa regular algumas matérias relativas à sociedade.

2



4. Deliberar que, uma vez publicado o decreto-lei acima referido, este Município desistirá do pedido formulado no processo judicial em curso, uma vez que nele não mantém, a partir daí, qualquer interesse.
5. O pedido à Assembleia Municipal que delibere confirmar a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de "Águas do Vale do Tejo, S.A."), com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão, detendo nela o Município a participação acionista que figura no Anexo I ao projeto de decreto-lei.

A deliberação da Assembleia Municipal poderia consistir na aprovação do parecer favorável e na confirmação da manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do pedido de autorização apresentado pela Câmara Municipal.

Face ao exposto, e nos termos e para os efeitos do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, vimos solicitar uma resposta favorável do Município no prazo de 10 dias e aproveitamos para informar que iremos solicitar ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A a convocatória de uma assembleia geral para o próximo dia 9 de dezembro.

Manifestamos desde já a nossa inteira disponibilidade para reunir com os Municípios, para quaisquer esclarecimentos.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário de Estado do Ambiente

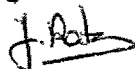
Carlos Martins

Anexos:

- a) Projeto de decreto-lei e respetivos anexos, incluindo o projeto dos estatutos da nova entidade gestora, e a minuta do contrato de concessão, e respetivos anexos, incluindo o respetivo estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF);
- b) Proposta de Acordo Parassocial.

Ass. Gabs. do Sr. VP e do
Sr. Ver. JPS

24 NOV. 2016



O Chefe do Gabinete
Jorge Damas Rato

Exmo. Senhor Presidente
Dr. Fernando Medina
Câmara Municipal de Lisboa
Paços do Concelho - Praça do Município
1100-365 Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

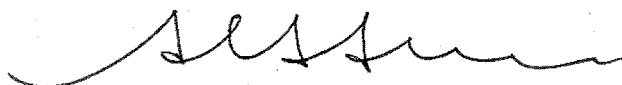
CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoca-se a Assembleia Geral Extraordinária da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., com sede na Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21, r/ch, 6300-906 Guarda, com o número de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 513 606 130, com o capital social de €167.807.560,00, que terá lugar na sede social, no dia 12 de dezembro de 2016, pelas 15:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Deliberar (na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que deu uma nova redação aos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitindo a criação e a concessão de sistemas multimunicipais, bem como a constituição das respetivas entidades gestoras, através de decreto-lei, por cisão dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações, criados pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio, bem como das respetivas entidades gestoras), sobre o acordo da sociedade à cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (o qual, em consequência da cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo), e à cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., (a qual, em consequência da cisão passa a adotar a denominação de Águas do Vale do Tejo, S.A.), com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão.

Guarda, aos 18 de novembro de 2016

Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Álvaro dos Santos Amaro (Dr.)

Ficam à disposição dos Senhores Acionistas na sede social, para consulta, os elementos informativos e documentos, nos termos e prazo do art.º 289.º do Código das Sociedades Comerciais.

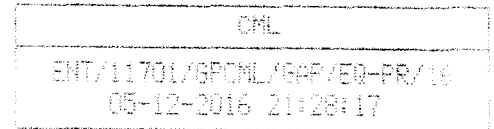
Requisitos para a participação e exercício do direito de voto constantes dos estatutos da sociedade:

Artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade

- 1 – Os acionistas com direito de voto podem participar nas assembleias gerais, desde que as suas ações estejam registadas ou, no caso de ações ao portador não registadas, depositadas numa instituição de crédito ou na sociedade até 10 dias antes daquele em que a assembleia geral deva reunir em primeira convocatória.
- 2 – A representação de acionistas em assembleia geral pode fazer-se em qualquer pessoa, sendo instrumento suficiente de representação uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

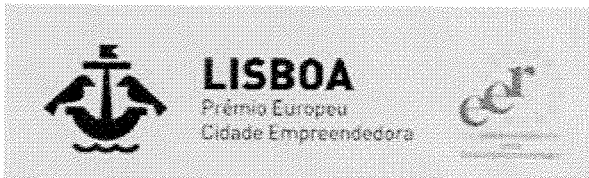
Gabinete de Apoio ao Presidente

De: Gabinete do Presidente da CMLisboa
Enviado: segunda-feira, 5 de dezembro de 2016 19:04
Para: Gabinete de Apoio ao Presidente
Cc: Jorge Damas Rato (GPCML)
Assunto: FW: Assembleia Geral de Acionistas da Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. - Documentação de Suporte
Anexos: Proposta AdP SGPS.PDF



Adriana Constantino

Secretária Presidente
Câmara Municipal de Lisboa
Paços do Concelho – Praça do Município
1149-814 Lisboa
Tel. +351 21 8170021
Telm. 91 424 05 70
www.cm-lisboa.pt
adriana.constantino@cm-lisboa.pt



Ao *Geb. do Sr. Ver. JPS*
07 DEZ. 2016
J. Rato

O Chefe do Gabinete
Jorge Damas Rato

De: Francisca Cunha Nunes [<mailto:frnunes@ADP.PT>]

Enviada: segunda-feira, 5 de dezembro de 2016 18:39

Assunto: Assembleia Geral de Acionistas da Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. - Documentação de Suporte

Exmos. Senhores Acionistas da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.,

Remete-se ao vosso cuidado a proposta de deliberação, e respetivos anexos, a apresentar pela acionista AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A., na Assembleia Geral de Acionistas da Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A, que terá lugar no próximo dia 12 de dezembro de 2016, pelas 15horas, na sede da sociedade.

Solicita-se ainda, caso ainda não o tenham feito, confirmação do vosso representante na Assembleia Geral conforme reunião de Câmara ou reunião de Assembleia Municipal.

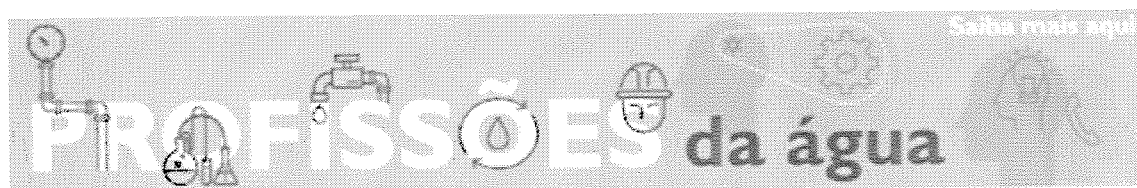
Com os melhores cumprimentos,

José Manuel Sardinha
Presidente do Conselho de Administração da
Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

Francisca Nunes | Secretariado do Conselho de Administração

Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Av.ª. Liberdade, 24-1.º - 1250-144 Lisboa - Portugal
Telf. (351) 213 251 106 | Fax: (351) 218 552 811
E-mail: frnunes@adp.pt



Tenha uma EcoAtitude. Imprima este e-mail apenas se necessário.

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir.

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

Assembleia Geral da
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.
12 de dezembro de 2016

Proposta a apresentar pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

O representante da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. propõe que seja deliberado *(na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que deu uma nova redação aos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitindo a criação e a concessão de sistemas multimunicipais, bem como a constituição das respetivas entidades gestoras, através de decreto-lei, por cisão dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações, criados pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio, bem como das respetivas entidades gestoras)*, manifestar o acordo da sociedade à cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (o qual, em consequência da cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo), e à cisão, por decreto-lei, da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., (a qual, em consequência da cisão passa a adotar a denominação de Águas do Vale do Tejo, S.A.), com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão, com a criação, em consequência da cisão do sistema, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, e com a constituição, em consequência da cisão da sociedade, por decreto-lei, das respetivas entidades gestoras, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., e a SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos.

Decreto-Lei n.º [...] /2016

de [...] de [...]

O Programa do XXI Governo Constitucional preconiza a reversão nas empresas de águas que tenham sido impostas aos municípios, visando os novos sistemas multimunicipais e as novas entidades gestoras dos mesmos criados em 2015 por agregação de sistemas multimunicipais existentes.

Quanto a este objetivo, a estratégia delineada pelo Governo, concretizada na publicação do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, assenta na clarificação do regime vigente no sentido de este ser consentâneo com a criação de sistemas multimunicipais por cisão dos sistemas resultantes de agregações, criados pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, de 29 de maio, 93/2015, de 29 de maio, e 94/2015, de 29 de maio.

De facto, e no caso concreto do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foi pelo mesmo operada a extinção do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, e do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, bem como das respetivas entidades gestoras, a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., e a SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., com a oposição generalizada dos respetivos municípios utilizadores e acionistas.

Igualmente, com a oposição generalizada dos respetivos municípios utilizadores e acionistas, foi, pelo mesmo diploma, operada a extinção do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro, bem como da respetiva entidade gestora, a SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A..

Assim, em cumprimento do Programa do Governo, o presente decreto-lei vem criar o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (sistema este que, após a cisão, passa a adotar

a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo).

O novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste tem como utilizadores os municípios que eram utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril e do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, ambos extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e ainda os municípios utilizadores da vertente de saneamento de águas residuais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e que também foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

O novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal tem como utilizadores os municípios que eram utilizadores do sistema multimunicipal com o mesmo nome, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro e extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

O presente decreto-lei constitui ainda duas novas sociedades - Águas do Tejo Atlântico, S. A. e SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., - e atribui-lhes, respetivamente, a concessão da exploração e da gestão dos novos sistemas multimunicipais agora criados por cisão, sem prejuízo da manutenção da empresa concessionária do ora denominado sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de Águas do Vale do Tejo, S. A.).

A criação destes novos sistemas multimunicipais por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a constituição das novas entidades gestoras, são feitas de molde a garantir a preservação da sustentabilidade económica e financeira do conjunto dos sistemas, nomeadamente do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, sendo, assim, pautada por objetivos estratégicos e de interesse nacional.

Com vista a evitar a oneração das tarifas aplicáveis aos utilizadores dos novos sistemas, a sucessão determinada pelo presente decreto-lei é realizada segundo as regras de neutralidade fiscal atendendo à continuidade da atividade empresarial em causa, subsumindo-se na alínea a) do n.º 2 do artigo 73.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro.

No âmbito da sociedade concessionária do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, considerando a especificidade da solução de reversão

encontrada que envolve um conjunto de municípios utilizadores que, antes da agregação operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, se encontravam distribuídos por três sistemas multimunicipais distintos, fica expresso o direito de os municípios acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S. A., alienarem as suas ações à sociedade.

A necessidade de proceder neste diploma legal a derrogações ao regime constante das bases das concessões dos serviços de abastecimento de água e saneamento fica a dever-se ao facto de este regime ser anterior à publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que clarifica a solução da criação de sistemas por cisão de sistemas existentes, solução que, ao ser materializada, convoca em determinados aspetos a necessidade de estabelecer um regime específico adaptado a esta realidade.

A assembleia geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A, deliberou manifestar o seu acordo à constituição, por cisão, das novas sociedades Águas do Tejo Atlântico, S. A., e SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A..

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Foram ouvidos os municípios abrangidos pelos sistemas multimunicipais ora criados, bem como os demais municípios abrangidos pelo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

PARTE I

Objeto

Artigo 1.º

Objeto e definições

1 - O presente decreto-lei procede:

- a)* Na parte II, (i) à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste; (ii) à constituição da sociedade Águas do Tejo Atlântico, S. A.; e (iii) à atribuição à Águas do Tejo Atlântico, S. A., da concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande

Lisboa e Oeste, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo;

- b)* Na parte III, (i) à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal; (ii) à constituição da sociedade SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A.; e (iii) à atribuição à SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., da concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo;
- c)* Na parte IV, à alteração dos artigos 2.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio;
- d)* Na parte V, à red denominação da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para Águas do Vale do Tejo, S. A., à redução do seu capital social e à definição de mecanismos de compensação tarifária que promovam a sustentabilidade do sistema agregado, em consequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., passando esta entidade red denominada a gerir o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

2 - Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

- a)* “Capital Próprio Oeste”, na parte II, o valor do capital próprio afeto à vertente de saneamento de águas residuais da sociedade Águas do Oeste, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 311 593, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e que se fixa no valor de (euro) 9.347.982,00, cuja remuneração se encontra contemplada na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º;
- b)* “Capital Próprio Sanest”, na parte II, o valor do capital próprio que a sociedade SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 503 455 539, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, apresentava à data da sua extinção, onde se inclui um capital social no valor de (euro) 11.000.000,00, acrescido da remuneração acionista a que, no âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a mesma teria tido direito caso não tivesse sido extinta, desde a data da extinção até 31 de dezembro de 2016, calculada nos termos previstos no n.º 7 do artigo 15.º do Decreto-

Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com recurso à aplicação de uma taxa igual à da previsão da taxa das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos comunicada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., para a estimativa de fecho do ano de 2016, perfazendo um total de (euro) 32.138.758,00;

- c) “Capital Próprio Simtejo”, na parte II, o valor do capital próprio que a sociedade SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 908 093, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, apresentava à data da sua extinção, onde se inclui um capital social no valor de (euro) 38.700.000,00, acrescido da remuneração acionista a que no âmbito do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a que a mesma teria tido direito caso não tivesse sido extinta, desde a data da extinção até 31 de dezembro de 2016, calculada nos termos previstos no n.º 7 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com recurso à aplicação de uma taxa igual à da previsão da taxa das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos comunicada pela ERSAR à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., para a estimativa de fecho do ano de 2016, perfazendo um total de (euro) 72.040.940,00;
- d) “Capital Próprio Total”, na parte II, o valor resultante da soma de Capital Próprio Oeste, Capital Próprio Sanest e Capital Próprio Simtejo;
- e) “Período de convergência tarifária”, na parte II, o primeiro período tarifário, que termina em 2026, sendo as respetivas tarifas estabelecidas no contrato de concessão;
- f) “Sistema”, na parte II, o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e, na parte III, o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, ambos criados pelo presente decreto-lei;
- g) “Sistemas”, na parte V, os sistemas multimunicipais criados pelo presente decreto-lei;
- b) “Sistema agregado”, o sistema multimunicipal resultante da agregação efetivada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio;

- i) “Sociedade”, na parte II, a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S. A., e, na parte III, a sociedade SIMARSUL - Saneamento da Península de Serúbal, S. A., ambas constituídas pelo presente decreto-lei;
- j) “Sociedade agregada”, a Águas do Vale do Tejo, S. A. (antes denominada Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A.);
- k) “Sociedades”, na parte V, as duas sociedades constituídas pelo presente decreto-lei;
- l) “Utilizadores municipais”, na parte II, os municípios servidos pelo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º, ou as entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, quando aplicável, e, na parte III, os municípios servidos pelo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Serúbal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º, ou as entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, quando aplicável.

PARTE II

Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste

CAPÍTULO I

Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste

Artigo 2.º

Criação do sistema

1 - É criado o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente designado por «sistema», que abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

2 - O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

3 - O sistema tem o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, apenas na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

4 - São também utilizadores do sistema quaisquer pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, no caso da recolha direta de efluentes integrada no sistema.

5 - São também utilizadores do sistema quaisquer pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, localizadas no âmbito geográfico do sistema e relativamente às quais, por acordo entre a sociedade, a entidade gestora do correspondente sistema municipal e, se diferente, a entidade titular do mesmo sistema municipal, se reconheça que a sua integração no sistema, para efeitos da recolha direta de efluentes ou da receção de efluentes provenientes da limpeza de fossas sépticas, constitui uma solução compatível com o sistema.

6 - A ligação dos utilizadores ao sistema é obrigatória, bem como a celebração de contrato de recolha com a sociedade e, quando for caso disso, a criação de condições para harmonização com os respetivos sistemas municipais.

7 - O sistema tem a configuração constante do projeto global previsto no contrato de concessão a que se refere o artigo 10.º, e pode ser desenvolvido com as adaptações técnicas que a sua evolução aconselhar e por fases.

Artigo 3.º

Alargamento do sistema

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público justificativo em despacho do membro do Governo

responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

CAPÍTULO II

Águas do Tejo Atlântico, S. A.

Artigo 4.º

Constituição da Águas do Tejo Atlântico, S. A.

1 - É constituída a Águas do Tejo Atlântico, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por «sociedade», por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão.

2 - Por efeito da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., operada nos termos e pelo presente decreto-lei, são transferidos para a sociedade todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, incluindo as posições contratuais de que era titular a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e que para ela tinham sido transferidas mediante a transferência do património global das sociedades SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., e Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

3 - A sociedade sucede ainda em todos os novos direitos e obrigações de que a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., seja titular desde a data da sua constituição, que não resultaram da transferência prevista nos números anteriores, e que digam respeito ao sistema, sendo, de um modo geral, transferidos todos os elementos patrimoniais que correspondem à universalidade de bens, direitos e obrigações relacionados, direta ou indiretamente, com as infraestruturas do sistema e que, à data da cisão, se encontram na esfera da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e que, por efeitos da cisão, são transferidos para a sociedade.

4 - A sociedade sucede em todos os direitos e obrigações referidos nos números anteriores, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares na área territorial abrangida pelo sistema agregado e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, os contratos de

operação e manutenção de infraestruturas, e sem prejuízo do disposto no artigo 15.º, quaisquer contratos de recolha celebrados.

5 – A sociedade assume a posição contratual nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal referentes às empresas mencionadas no n.º 2 que, no âmbito da gestão delegada do sistema da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., a EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., assumiu através do n.º 9 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

6 - A constituição da sociedade, a redução do capital social da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., bem como a sucessão legal determinada nos números anteriores, não carecem de qualquer formalidade e são plenamente eficazes e oponíveis a terceiros, adquirindo a sociedade personalidade jurídica e existindo como tal a partir da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, independentemente do registo.

7 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o registo comercial, bem como todos os demais registos, incluindo os dos bens mencionados no artigo 18.º, são promovidos pela sociedade ou pela Águas do Vale do Tejo, S. A., com base na publicação do presente decreto-lei no Diário da República, sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento e com dispensa de inscrições intermédias.

8 - A identificação dos bens e direitos que constituem o património inicial da sociedade pode constar de uma ou mais listas conjuntas elaboradas pela sociedade e pela Águas do Vale do Tejo, S. A..

9 - Nos casos de registos prediais ou de propriedade automóvel em que não seja manifesto pelo respetivo trato sucessivo que os bens pertenceram anteriormente às sociedades SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., ou Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, os registos dos bens transferidos, são efetuados com base na publicação do presente decreto-lei no Diário da República e mediante a apresentação de uma declaração conjunta subscrita pela sociedade e pela Águas do Vale do Tejo, S. A., confirmando essa transferência para a sociedade.

10 - Dado o relevante interesse público reconhecido à transferência do património para a sociedade, subsumível na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 73.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e na subalínea *i)* da alínea *c)* do n.º 3 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios

Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e considerando-se cumpridos os requisitos previstos no n.º 5 do mesmo artigo, esta é realizada considerando a aplicação do regime de neutralidade fiscal, sem necessidade de observância das formalidades prescritas por lei, nomeadamente, comercial e fiscal, ficando a sociedade autorizada a beneficiar da isenção de impostos e de outros encargos legais, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, relativamente a todos os atos que se mostrem devidos em execução da transferência de património prevista nos números anteriores, incluindo os inseridos no processo de constituição da sociedade, bem como os relativos à transmissão de imóveis, encontrando-se, ainda, isenta de Imposto de Selo sobre as operações financeiras resultantes das transferências de saldos em decorrência da cisão.

11 - Do ponto de vista contabilístico e fiscal, os efeitos da cisão são reportados a 1 de janeiro de 2017.

12 – O balanço inicial da sociedade será subscrito conjuntamente pelos administradores da sociedade e da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e dele constará, designadamente, uma participação dos acionistas das sociedades SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., e Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, igual ao valor do Capital Próprio Total, o qual é constituído por valores que, na sociedade agregada, foram contabilizados em várias rubricas do respetivo balanço inicial.

13 – Todas as referências no presente artigo, bem como no restante articulado, relativas à Águas do Oeste, S. A., respeitam apenas à vertente de saneamento de águas residuais.

14 - A sociedade rege-se pelo disposto no presente decreto-lei, pelos seus estatutos, pelo regime jurídico do Setor Público Empresarial, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos seus regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis e pela lei comercial.

Artigo 5.º

Objeto social da sociedade

1 - A sociedade tem por objeto social a exploração e a gestão em regime de exclusivo do sistema.

2 - A exploração e a gestão referidas no número anterior incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários para o desenvolvimento da atividade prevista no número anterior.

3 – A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios.

4 - A sociedade pode, nos termos previstos na lei, exercer outras atividades para além das previstas nos números anteriores, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas concessionárias extintas SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., e Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

5 - No caso das atividades habilitadas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, a autorização aí prevista é ainda precedida de parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

Artigo 6.º

Capital social

1 - O capital social da sociedade é de (euro) 113.527.680,00, correspondendo ao Capital Próprio Total.

2 - A alienação de ações pela sociedade nos termos do n.º 4 do artigo 286.º do Código das Sociedades Comerciais dispensa a tramitação prevista na parte final do preceito legal mencionado e, se for efetuada a acionistas da sociedade, dispensa, ainda, a sociedade da publicação da perda de ações a favor da mesma, prevista na segunda parte do n.º 5 do artigo 285.º do mesmo diploma legal.

3 - A sociedade pode deliberar aumentos de capital social, sem dependência da completa realização de capital social.

Artigo 7.º

Ações

1 - O capital social inicial da sociedade é representado por 112.127.680 ações da categoria A e 1.400.000 ações da categoria B, no valor nominal de (euro) 1,00 cada uma, repartidas nos termos previstos no Anexo I ao presente decreto-lei.

2 - As ações da categoria A devem representar, sempre e pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto.

3 - As ações da categoria A apenas podem ter como titulares entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, e municípios utilizadores do sistema ou entidades de natureza intermunicipal onde aqueles participem.

4 - A transmissão de ações em violação do disposto nos números anteriores é nula.

5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3, as ações da categoria A podem ser convertidas em ações da categoria B e as ações de categoria B podem ser convertidas em ações da categoria A, a pedido do seu titular e mediante prévia deliberação favorável da assembleia geral da sociedade aprovada por dois terços dos votos emitidos.

Artigo 8.º

Estatutos da sociedade

1 - São aprovados os estatutos da sociedade, que constam do Anexo II ao presente decreto-lei e do qual fazem parte integrante.

2 - As alterações aos estatutos processam-se nos termos da lei comercial.

CAPÍTULO III

Concessão do sistema

Artigo 9.º

Atribuição da concessão

1 - A exploração e a gestão do sistema são atribuídas à sociedade em regime de concessão, consubstanciando um serviço público a exercer em regime de exclusivo, mediante a outorga do contrato de concessão por um prazo de 30 anos contado da data de início da sua produção de efeitos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - O contrato de concessão caduca no último dia do ano civil correspondente ao termo da concessão.

3 - A concessão atribuída à sociedade é exercida em regime de exclusivo, não podendo outras entidades, independentemente da sua natureza, desenvolver qualquer das atividades

concessionadas nas áreas abrangidas pelo sistema, designadamente a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, e a receção, tratamento e rejeição de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, exceto nas situações previstas no contrato de concessão e no número seguinte.

4 - Nas áreas abrangidas pelo sistema, o concedente pode, com fundamento em razões ponderosas de natureza técnica e ou económica, autorizar a manutenção de sistemas alternativos de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, para utilizadores de áreas geográficas delimitadas, de pequena dimensão, estando o utilizador municipal obrigado à imediata desativação dos sistemas alternativos logo que ultrapassadas as razões justificativas da sua manutenção.

5 - A concessão rege-se pelo disposto no presente decreto-lei, na Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 17/2012, de 26 de abril, e 35/2013, de 11 de junho, nas disposições aplicáveis dos Decretos-Leis n.ºs 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, e 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, no respetivo contrato de concessão e, ainda, nas disposições legais e regulamentares respeitantes às atividades compreendidas no seu objeto.

Artigo 10.º

Contrato de concessão

1 - Ficam os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente autorizados, conjuntamente, a outorgar o contrato de concessão do sistema em nome e representação do Estado.

2 - O contrato de concessão produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Artigo 11.º

Tarifas

1 – O primeiro período tarifário, também designado por período de convergência tarifária, inicia-se em 1 de janeiro de 2017 e termina em 31 de dezembro de 2026, sendo estabelecidas no contrato de concessão as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, para esse período.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os tarifários a aplicar aos utilizadores são aprovados nos termos previstos na lei e no contrato de concessão e fixados para períodos quinquenais, devendo a sociedade instruir os respetivos projetos com a revisão dos pressupostos técnicos e económico-financeiros do contrato de concessão.

3 – Os tarifários e rendimentos tarifários, quando aplicável, são atualizados anualmente pela sociedade, de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor publicado pela entidade responsável pela sua divulgação, sem prejuízo de acertos a que seja necessário proceder anualmente, nos termos previstos no contrato de concessão.

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 6 da base XIV aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, o tarifário a aplicar visa também assegurar a estabilidade tarifária, a acessibilidade social dos serviços, designadamente no âmbito regional, bem como a recuperação ou repercussão dos desvios de recuperação de gastos e dos ajustamentos de encargos nos termos previstos no presente decreto-lei e no contrato de concessão.

5 - Para efeitos dos critérios para fixação das tarifas, a margem anual de remuneração dos capitais próprios da sociedade corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações das categorias A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos do ano civil a que corresponde o exercício económico, ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a sociedade, acrescida de três pontos percentuais.

6 - A partir do início do primeiro período quinquenal subsequente ao período de convergência tarifária, a sociedade é remunerada em função dos resultados gerados.

7 - Sem prejuízo das atualizações anuais previstas no n.º 3, as tarifas a praticar na vigência do contrato de concessão podem ser objeto de revisão nos seguintes termos:

- a) Revisões ordinárias quinquenais, nos termos do n.º 2;
- b) Revisões extraordinárias, nos termos previstos no contrato de concessão.

8 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4, as regras constantes dos números anteriores deixam de vigorar com a entrada em vigor do regulamento tarifário.

9 - Às tarifas ou rendimentos tarifários, quando aplicável, a aplicar pela sociedade aos utilizadores municipais acrescerá, nos montantes definidos no Anexo III do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, ou resultantes da aplicação do disposto na lei ou no

contrato de concessão, uma componente tarifária acrescida (CTA) que acresce à tarifa ou rendimento tarifário, quando aplicável, prevista no n.º 1 ou no n.º 2, a ser paga à sociedade agregada, destinada a contribuir para a sustentabilidade do sistema agregado.

10 – O montante da CTA integra o tarifário do serviço de recolha de efluentes aos utilizadores municipais e o respetivo pagamento não pode ser dissociado do pagamento da tarifa.

11 - O valor da CTA cobrado pela sociedade aos utilizadores municipais é contabilizado, na sociedade, numa conta de terceiros, uma vez que este valor é receita da sociedade agregada.

12 – A sociedade agregada fatura trimestralmente à sociedade o valor por ela cobrado no trimestre anterior relativo à CTA cobrada pela sociedade aos utilizadores municipais, sendo essa faturação enquadrada na alínea c) do n.º 6 do artigo 16.º do CIVA, devendo a sociedade, para o efeito, comunicar àquela qual o valor cobrado e devendo a respetiva fatura ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 12.º

Desvios de recuperação de gastos

1 — Para efeitos da Parte II do presente decreto-lei, consideram-se desvios de recuperação de gastos:

- a) O valor do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. que diga respeito à vertente de saneamento de águas residuais desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 311 593, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade, se não tivesse sido extinta, teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016;
- b) A diferença verificada, anualmente, até ao termo do período de convergência tarifária, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas nos termos previstos no artigo 11.º.

2 — Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão.

3 - O cálculo dos desvios de recuperação de gastos gerados em cada ano não deve incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva de acordo com critérios previamente definidos pela entidade reguladora do setor.

4 — A sociedade deve registrar nas suas contas os desvios de recuperação de gastos verificados e os que se verificarem anualmente até ao termo do período de convergência tarifária, ficando os respetivos valores sujeitos a aprovação da entidade reguladora do setor.

5 — Os desvios de recuperação de gastos gerados na vigência da concessão até ao termo do período de convergência tarifária, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do terceiro período quinquenal subsequente ao período de convergência tarifária.

6 - A sociedade pode, como forma de minimizar o impacto dos encargos financeiros nas tarifas e, simultaneamente, potenciar a diversificação das fontes de financiamento disponíveis, ceder, no todo ou em parte, a instituições de crédito ou sociedade financeira, o direito a receber, através de tarifas futuras, o montante correspondente aos desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária, determinados com base no disposto no presente artigo.

Artigo 13.º

Ajustamentos de encargos

1 — São ajustamentos de encargos, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º, as diferenças que, sem prejuízo dos limites estabelecidos no contrato de concessão, se verifiquem anualmente, a partir do primeiro período quinquenal subsequente ao período de convergência tarifária, entre os encargos esperados, de acordo com o projeto tarifário em vigor, e os efetivamente incorridos pela sociedade, por motivos que não lhe sejam imputáveis, resultantes da ocorrência de eventos tipificados no contrato de concessão.

2 — A sociedade tem direito à recuperação dos ajustamentos de encargos, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, mediante uma revisão extraordinária do tarifário em vigor a aplicar no período quinquenal em curso ou no período quinquenal subsequente, nos termos a estabelecer no contrato de concessão.

3 — Os ajustamentos de encargos de natureza superavitária devem ser integralmente refletidos nas tarifas no período quinquenal subsequente.

4 — As regras constantes dos números anteriores deixam de vigorar com a entrada em vigor do regulamento tarifário.

Artigo 14.º

Regulamento tarifário

1 - A sociedade está sujeita a regulação nos termos da lei, devendo o regulamento tarifário assegurar:

- a) A salvaguarda do regime relativo aos desvios de recuperação de gastos constante do artigo 12.º com a garantia de que as alterações de regras regulatórias em matéria de reintegração do investimento determinam o recálculo do valor desses desvios;
- b) A previsão de um período de convergência adicional, com um máximo de cinco anos, entre as tarifas em vigor e as tarifas decorrentes da aplicação do regulamento tarifário, nos casos em que tal se justifique;
- c) A previsão de que a recuperação dos proveitos permitidos cuja repercussão seja diferida em virtude do disposto na alínea anterior deve ser efetuada, mediante ajustamentos aos proveitos permitidos, no período regulatório subsequente, ou excecionalmente, nos dois períodos regulatórios subsequentes, devidamente capitalizados a uma taxa de juro correspondente ao custo médio ponderado dos capitais investidos, que permita o ressarcimento do diferimento temporal da recuperação do volume de proveitos permitidos não recuperados pela tarifa aprovada para o ano a que os mesmos dizem respeito.

2 - As tarifas e as regras previstas no n.º 1 do artigo 11.º aplicam-se na vigência do regulamento tarifário, salvo demonstração realizada pela entidade reguladora e aprovada pelo concedente, de que as tarifas que resultariam da aplicação do regulamento são mais favoráveis para os utilizadores e de que fica salvaguardada a solidez financeira e a sustentabilidade económica e financeira da concessão.

3 - A demonstração a que se refere o número anterior determina a alteração dos pressupostos técnicos e económico-financeiros da concessão e opera mediante aditamento ao respetivo contrato.

Artigo 15.º

Contratos de recolha celebrados com as sociedades concessionárias extintas

1 - Os contratos de recolha celebrados entre os utilizadores e a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., e Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, mantêm-se em vigor, com a garantia de não agravamento dos valores mínimos neles previstos, até serem substituídos por novos contratos que procedam à sua adaptação às condições da nova concessão, considerando-se as menções ao contrato de concessão celebrado com a referida sociedade concessionária extinta como efetuadas ao contrato de concessão celebrado com a sociedade.

2 - Até à substituição dos contratos referidos no número anterior, o cumprimento da obrigação contratual de prestação da caução que recaia sobre os utilizadores municipais não pode ser exigida pela sociedade.

3 - Os valores devidos pelos utilizadores municipais, a que se refere o n.º 1, a aplicar até ao termo do período de convergência tarifária, constam do estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF) em vigor, sem prejuízo do não agravamento dos valores mínimos previsto no n.º 1.

Artigo 16.º

Obrigação de ligação e direito de exclusivo da concessionária

1 - O pagamento dos valores a que se referem os n.ºs 3 e 4 da base XXVIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, apenas é devido pelos utilizadores municipais à sociedade nas situações em que o valor resultante da faturação da utilização dos serviços seja inferior àqueles por motivo que seja exclusivamente imputável aos utilizadores municipais.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, apenas se considera motivo imputável ao utilizador municipal quando, por razões dependentes da sua vontade, se verificar:

- a) O incumprimento da obrigação de ligação ao sistema prevista no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto;
- b) A violação do direito de a sociedade exercer a atividade concessionada em regime de exclusivo previsto no n.º 1 do artigo 9.º do presente decreto-lei e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto.

3 - O dever de pagamento de valores referido no n.º 1 não resulta da existência de, nem respeita a, qualquer consumo mínimo anual reportável ao volume recolhido de águas residuais que cada utilizador se proponha entregar à concessionária.

4 - Os valores referidos no n.º 1 constam do EVEF em vigor, após parecer obrigatório da entidade reguladora do setor, e são atualizados e revistos em simultâneo com as tarifas e nos mesmos termos que estas.

5 - A obrigação de pagamento destes valores vigora durante o período de vigência do contrato de concessão do sistema.

6 - A não obtenção destes valores não constitui fundamento da reposição do equilíbrio económico e financeiro da concessão.

Artigo 17.º

Medição e faturação

1 - Os caudais de efluentes recolhidos são objeto de medição para efeitos de faturação.

2 - A medição é efetuada de forma contínua através de instrumentos adequados, admitindo-se a utilização de métodos de estimativa, mediante acordo entre a sociedade e o utilizador, por motivos justificados do ponto de vista técnico e económico e também para infraestruturas que sirvam pequenos aglomerados populacionais, sem prejuízo da equidade de tratamento entre os diferentes utilizadores, ou que ainda não disponham de medidor de caudal, por prazo a fixar no contrato de concessão.

3 - A sociedade pode aplicar o modelo de volumes desfasados à faturação do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores municipais.

4 - Na situação prevista no número anterior, o volume de efluentes recolhidos a faturar em cada mês corresponde a um duodécimo dos volumes acumulados de efluentes medidos ou estimados, nos termos do contrato de concessão, no período correspondente à média aritmética simples, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1.

5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, para efeitos de faturação, a sociedade não pode considerar um volume de efluente superior ao valor do efluente efetivamente tratado e descarregado, respeitados os valores limites de emissão constantes da licença de descarga da infraestrutura de tratamento, salvaguardado o mecanismo previsto nos n.ºs 3 e 4.

6 – No período de convergência tarifária, a faturação é efetuada, nos termos do contrato de concessão, através de rendimentos tarifários, determinando-se a repartição daqueles rendimentos pelos municípios utilizadores atendendo à proporção da utilização de cada utilizador, aferida nos termos dos números anteriores.

Artigo 18.º

Afetação de infraestruturas

1 - São afetos ao sistema as infraestruturas e outros bens e direitos dos municípios, de entidades de natureza intermunicipal e de quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, que se revelem necessários ou úteis ao bom funcionamento do sistema, passando a integrá-lo, mediante contrapartida, nos termos do contrato de concessão.

2 - As infraestruturas e outros bens e direitos dos municípios, de entidades de natureza intermunicipal e de quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, que se encontravam afetos ao sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, ao sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e, na vertente de saneamento de águas residuais, ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, mantêm-se afetos ao sistema durante o prazo da concessão.

3 - A afetação das infraestruturas e outros bens a que se referem os números anteriores pressupõe, quando aplicável, a continuidade dos fins de interesse público que hajam determinado a respetiva aquisição pelos municípios, pelas entidades de natureza intermunicipal e por quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais.

4 - Os contratos de cedência de infraestruturas, bens e direitos celebrados com a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., e Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, são transferidos para a sociedade, mantêm-se em vigor até serem celebrados novos contratos que procedam à sua adaptação às condições definidas no contrato de concessão do sistema, considerando-se as menções ao contrato de concessão celebrado com a sociedade concessionária extinta como efetuadas ao contrato de concessão celebrado com a sociedade.

5 - Na celebração de novos contratos nos termos previstos no número anterior, as partes devem ter em consideração os critérios de fixação da contrapartida estabelecidos no contrato de concessão, bem como os montantes já liquidados por essa cedência, não podendo, contudo, considerar-se um valor de avaliação do bem superior ao que resultou da avaliação que serviu de base ao contrato originário celebrado com a SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., com a SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., ou com a Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, ou àquele que fiscal ou contabilisticamente seja aceite.

6 - Os contratos de cedência de infraestruturas a que se referem os números anteriores podem ter um prazo de duração correspondente ao da concessão, independentemente da natureza jurídica dos direitos neles transmitidos.

Artigo 19.º

Poderes do concedente

1 - Para efeitos do disposto na subalínea *iv)* da alínea *a)* do n.º 1 da base XXIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, considera-se investimento não previsto no contrato de concessão aquele que não conste do projeto tarifário em curso e cujo valor previsional global seja superior a (euro) 50.000,00.

2 - O limite previsto no número anterior não se aplica aos investimentos que decorram da verificação de situações de força maior, para os quais não é exigível a autorização prévia do concedente para a sua realização, designadamente qualquer acontecimento anormal, imprevisível e irresistível, exterior à vontade e atividade da sociedade, tais como cataclismos, guerra, alterações da ordem pública, mafeitorias, atos de vandalismo ou incêndio.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica a obrigatoriedade de comunicação imediata ao concedente da realização do investimento em causa nem a apreciação dos respetivos pressupostos e do valor do investimento realizado em sede de aprovação das tarifas.

4 - Os orçamentos de exploração, de investimento e financeiros, devidamente certificados por auditor aceite pelo concedente a que se refere a subalínea *ii)* da alínea *b)* do n.º 1 da base XXIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-

Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, são substituídos pelos projetos tarifários a que se refere o artigo 11.º.

5 - Os poderes do concedente consagrados no contrato de concessão ou outros relacionados com sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que lhe forem conferidos por lei são exercidos pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente, com a faculdade de delegação no presidente de comissão de acompanhamento da concessão, cuja composição, modo de designação e competências são fixados no respetivo regulamento de funcionamento integrado no contrato de concessão.

6 - O plano de investimentos constante do projeto tarifário, incluindo os indicadores que traduzam os respetivos benefícios sociais e ambientais, é aprovado pelo concedente, após parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

7 - O parecer a que se refere o número anterior deve ter em conta os efeitos tarifários decorrentes da aprovação dos investimentos, bem como os indicadores que traduzam os respetivos benefícios sociais e ambientais.

Artigo 20.º

Deveres de informação

1 - Sem prejuízo dos poderes do concedente e da entidade reguladora do setor em sede de supervisão e fiscalização, a sociedade deve enviar o inventário previsto na base XI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, ao concedente e à entidade reguladora, nos seguintes momentos:

a) Cinco anos após a data de entrada em vigor do presente decreto-lei;

b) Três anos antes do termo da concessão.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4 da base XI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, até 30 de junho do último ano da concessão, a sociedade deve entregar ao concedente um relatório técnico relativo ao estado funcional, segurança e conservação das principais infraestruturas e equipamentos do sistema, onde se comprove o cumprimento do plano de ações previsto no último relatório técnico quinquenal.

3 - A sociedade deve divulgar os respetivos indicadores de atividade, nos termos e periodicidade estabelecidos no contrato de concessão.

Artigo 21.º

Responsabilidade civil extracontratual

Até à publicação da portaria prevista na base XXVI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, a sociedade deve celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual que preveja uma cobertura mínima de danos no valor e em condições similares às do contrato de seguro que, com o mesmo objeto, se encontrava em vigor no âmbito da SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 505 908 093, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cujos efeitos se produzem desde a data de outorga do contrato de concessão.

Artigo 22.º

Caução referente à exploração

A caução prevista na base XXVII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, deve ser prestada até dois anos antes do termo da concessão.

Artigo 23.º

Sequestro

O concedente pode, nos termos das bases aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, e do contrato de concessão, intervir na exploração do serviço concedido sempre que se dê, ou se afigure iminente uma cessação ou interrupção total ou parcial da exploração do serviço ou se verifiquem graves deficiências na respetiva organização ou funcionamento ou no estado geral das instalações e do equipamento suscetíveis de comprometer a regularidade da exploração.

Artigo 24.º

Resgate da concessão

O concedente pode, nos termos das bases aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, e do contrato de concessão, resgatar a concessão, retomando a gestão direta dos

serviços públicos concedidos, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos metade do prazo contratual.

Artigo 25.º

Termo da concessão

1 - No termo da concessão, os bens afetos à concessão que sejam propriedade da sociedade transferem-se de acordo com o regime previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, e nos termos estabelecidos no contrato de concessão.

2 - No termo da concessão, transferem-se para a entidade transmissária dos bens a que se refere o número anterior os direitos e relações jurídicas referidos nos n.ºs 2 e 3 da base VIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, que sejam suscetíveis de se prolongar para além do termo da concessão, nos termos previstos nos números seguintes.

3 - À exceção das relações jurídicas laborais, a entidade transmissária dos bens a que se refere o número anterior tem o direito de recusar a continuidade das relações jurídicas afetas à concessão.

4 - A sociedade deve, durante o último ano de vigência do contrato e até 120 dias antes do seu termo, notificar a entidade transmissária para que, num prazo de 60 dias, exerça o direito referido no número anterior.

5 - No que respeita às relações jurídicas laborais, a entidade transmissária dos bens aceita o pessoal da sociedade, dentro dos limites do quadro de pessoal constante do último projeto tarifário aprovado.

CAPÍTULO IV

Disposições complementares

Artigo 26.º

Regulamento de exploração e serviço

Até à entrada em vigor do regulamento de exploração e serviço elaborado pela sociedade, aprovado pelo concedente e publicado na 2.ª série do Diário da República, a sociedade e os utilizadores devem cumprir, com as adaptações resultantes do disposto na lei e no contrato de concessão, o regulamento de exploração do serviço público aplicável, na vertente de saneamento de águas residuais, no sistema multimunicipal de abastecimento de água e de

saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Artigo 27.º

Fundo de reconstituição do capital social e opção de venda das ações dos municípios

1 - A sociedade encontra-se dispensada de manter quaisquer fundos de reconstituição do capital social, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados nos fundos constituídos pelas sociedades concessionárias extintas, SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., e Águas do Oeste, S. A., com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, os quais, com exceção dos montantes que já tenham sido utilizados para a redução do endividamento da sociedade concessionária extinta, para o efeito lhe serão transferidos.

2 – É concedido aos municípios o direito de alienação à sociedade da totalidade das ações de que ficam titulares no momento da constituição da sociedade, devendo ser observado, com as devidas adaptações, o regime estabelecido nos artigos 39.º, 40.º e 41.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com respeito pelo limite estabelecido no n.º 2 do artigo 317.º do Código das Sociedades Comerciais.

3 – Nas situações previstas no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, aplicável à sociedade por força do disposto no número anterior, se a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A., ou os restantes acionistas da sociedade, não exercerem o direito de aquisição das participações sociais adquiridas aos municípios exonerantes, ou se, exercendo-o, não se verificar a concretização dessa aquisição, às ações adquiridas pela sociedade aos municípios exonerantes que não forem alienadas pela sociedade nos termos do disposto nesse artigo, é aplicável o regime das ações próprias previsto no artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, não se aplicando quanto às mesmas o limite de tempo de detenção das ações previsto no artigo 323.º do mesmo diploma.

Artigo 28.º

Primeira convocatória da assembleia geral

Considera-se convocada a assembleia geral da sociedade sem necessidade de cumprimento dos requisitos mencionados no artigo 17.º dos estatutos e na lei comercial, para o dia 3 de

janeiro de 2017, pelas 10 horas, na sede da sociedade, com o objetivo de eleger os órgãos sociais da sociedade para o primeiro mandato que termina em 2019, aprovar o respetivo estatuto remuneratório e deliberar sobre as matérias previstas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em conjugação com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

PARTE III

Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal

CAPÍTULO I

Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal

Artigo 29.º

Criação do sistema

- 1 - É criado o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, abreviadamente designado por «sistema», que abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.
- 2 - O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.
- 3 - O sistema tem o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores: municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.
- 4 - São também utilizadores do sistema quaisquer pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, no caso da recolha direta de efluentes integrada no sistema.

5 - São também utilizadores do sistema quaisquer pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, localizadas no âmbito geográfico do sistema e relativamente às quais, por acordo entre a sociedade, a entidade gestora do correspondente sistema municipal e, se diferente, a entidade titular do mesmo sistema municipal, se reconheça que a sua integração no sistema, para efeitos da recolha direta de efluentes ou da receção de efluentes provenientes da limpeza de fossas sépticas, constitui uma solução compatível com o sistema.

6 - A ligação dos utilizadores ao sistema é obrigatória, bem como a celebração de contrato de recolha com a sociedade e, quando for caso disso, a criação de condições para harmonização com os respetivos sistemas municipais.

7 - O sistema tem a configuração constante do projeto global previsto no contrato de concessão a que se refere o artigo 37.º, e pode ser desenvolvido com as adaptações técnicas que a sua evolução aconselhar e por fases.

8 - O sistema integra como utilizador o município de Setúbal, a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município, em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Setúbal ou a partir da data em que, por modificação, rescisão ou resgate do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema, devendo, em qualquer caso, essa integração verificar-se, pelo menos, até 1 de janeiro de 2023.

Artigo 30.º

Alargamento do sistema

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público justificativo em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

CAPÍTULO II

SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A.

Artigo 31.º

Constituição da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A.

1 - É constituída a SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por «sociedade», por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão.

2 - Por efeito da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., operada nos termos e pelo presente decreto-lei, são transferidos para a sociedade todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, incluindo as posições contratuais de que era titular a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e que para ela tinham sido transferidas mediante a transferência do património global da sociedade SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

3 - A sociedade sucede ainda em todos os novos direitos e obrigações de que a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., é titular desde a data da sua constituição, que não resultaram da transferência prevista nos números anteriores, e que digam respeito ao sistema, sendo, de um modo geral, transferidos todos os elementos patrimoniais que correspondem à universalidade de bens, direitos e obrigações relacionados, direta ou indiretamente, com as infraestruturas do sistema e que à data da cisão se encontram na esfera da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e que, por efeitos da cisão, são transferidos para a sociedade.

4 - A sociedade sucede em todos os direitos e obrigações referidos nos números anteriores, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares na área territorial abrangida pelo sistema agregado e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, e, sem prejuízo do disposto no artigo 42.º, quaisquer contratos de recolha celebrados.

5 - A sociedade assume a posição contratual nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal referentes à empresa mencionada no n.º 2 que, no âmbito da gestão delegada do sistema da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., a EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., assumiu através do n.º 9 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

6 - A constituição da sociedade, a redução do capital social da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., bem como a sucessão legal determinada nos números anteriores, não carecem de

qualquer formalidade e são plenamente eficazes e oponíveis a terceiros, adquirindo a sociedade personalidade jurídica e existindo como tal a partir da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, independentemente do registo.

7 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o registo comercial, bem como todos os demais registos, incluindo os dos bens mencionados no artigo 45.º, são promovidos pela sociedade ou pela Águas do Vale do Tejo, S. A., com base na publicação do presente decreto-lei no Diário da República, sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento e com dispensa de inscrições intermédias.

8 - A identificação dos bens e direitos que constituem o património inicial da sociedade podem constar de uma ou mais listas conjuntas elaboradas pela sociedade e pela Águas do Vale do Tejo, S. A..

9 - Nos casos de registos prediais ou de propriedade automóvel em que não seja manifesto pelo respetivo trato sucessivo que os bens pertenceram anteriormente à sociedade SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, os registos dos bens transferidos, são efetuados com base na publicação do presente decreto-lei no Diário da República e mediante a apresentação de uma declaração conjunta subscrita pela sociedade e pela Águas do Vale do Tejo, S. A., confirmando essa transferência para a sociedade.

10 - Dado o relevante interesse público reconhecido à transferência do património para a sociedade, subsumível na alínea a) do n.º 2 do artigo 73.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e na subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e considerando-se cumpridos os requisitos previstos no n.º 5 do mesmo artigo, esta é realizada considerando a aplicação do regime de neutralidade fiscal, sem necessidade de observância das formalidades prescritas por lei, nomeadamente, comercial e fiscal, ficando a sociedade autorizada a beneficiar da isenção de impostos e de outros encargos legais, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, relativamente a todos os atos que se mostrem devidos em execução da transferência de património prevista nos números anteriores, incluindo os inseridos no processo de constituição da sociedade, bem como os relativos à transmissão de imóveis, encontrando-se,

ainda, isenta de Imposto de Selo sobre as operações financeiras resultantes das transferências de saldos em decorrência da cisão.

11 - Do ponto de vista contabilístico e fiscal, os efeitos da cisão são reportados a 1 de janeiro de 2017.

12 – O balanço inicial da sociedade será subscrito conjuntamente pelos administradores da sociedade e da Águas do Vale do Tejo, S. A., e dele constará, designadamente, um capital próprio igual ao que a sociedade SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, tinha à data da sua extinção, acrescido:

a) Do valor do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. que diga respeito à diferença entre os resultados líquidos da SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, advenientes da exploração e gestão do sistema anteriormente concessionado a esta, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, gerados desde o início de produção de efeitos do seu contrato de concessão até 30 de junho de 2015;

b) Do valor do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., no que diga respeito ao sistema explorado pela SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, correspondente à diferença entre os resultados líquidos gerados na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A, advenientes da exploração e gestão do seu sistema e o valor a que a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., teve contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, gerados desde 30 de junho de 2015 e até 31 de dezembro de 2016.

13 - A sociedade rege-se pelo disposto no presente decreto-lei, pelos seus estatutos, pelo regime jurídico do Setor Público Empresarial, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos seus regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis e pela lei comercial.

Objeto social da sociedade

- 1 - A sociedade tem por objeto social a exploração e a gestão em regime de exclusivo do sistema.
- 2 - A exploração e a gestão referidas no número anterior incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários para o desenvolvimento da atividade prevista no número anterior.
- 3 – A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios.
- 4 - A sociedade pode, nos termos previstos na lei, exercer outras atividades para além das previstas nos números anteriores, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pela concessionária extinta SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.
- 5 - No caso das atividades habilitadas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, a autorização aí prevista é ainda precedida de parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

Artigo 33.º

Capital social

- 1 - O capital social da sociedade é de (euro) 25.000.000,00, correspondendo ao capital social da sociedade SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, integralmente subscrito e realizado nos termos indicados no Anexo IV ao presente decreto-lei e do qual faz parte integrante.
- 2 - A alienação de ações pela sociedade nos termos do n.º 4 do artigo 286.º do Código das Sociedades Comerciais dispensa a tramitação prevista na parte final do preceito legal mencionado e, se for efetuada a acionistas da sociedade, dispensa, ainda, a sociedade da publicação da perda de ações a favor da mesma, prevista na segunda parte do n.º 5 do artigo 285.º do mesmo diploma legal.

3 - A sociedade pode deliberar aumentos de capital social, sem dependência da completa realização de capital social.

Artigo 34.º

Ações e dividendos

1 - O capital social inicial da sociedade é representado por 25.000.000 de ações da categoria A, no valor nominal de (euro) 1,00 cada uma, repartidas nos termos previstos no Anexo IV ao presente decreto-lei.

2 - As ações da categoria A devem representar, sempre e pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto.

3 - As ações da categoria A apenas podem ter como titulares entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, e municípios utilizadores do sistema ou entidades de natureza intermunicipal onde aqueles participem.

4 - A transmissão de ações em violação do disposto nos números anteriores é nula.

5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3, as ações da categoria A podem ser convertidas em ações da categoria B e as ações de categoria B podem ser convertidas em ações da categoria A, a pedido do seu titular e mediante prévia deliberação favorável da assembleia geral da sociedade aprovada por dois terços dos votos emitidos.

6 - A distribuição de dividendos aos acionistas da sociedade referentes à remuneração dos capitais próprios da sociedade prevista no contrato de concessão deve ter em conta a data de realização do capital social por parte de cada acionista no âmbito da SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Artigo 35.º

Estatutos da sociedade

1 - São aprovados os estatutos da sociedade, que constam do Anexo V ao presente decreto-lei e do qual fazem parte integrante.

2 - As alterações aos estatutos processam-se nos termos da lei comercial.

CAPÍTULO III

Concessão do sistema

Artigo 36.º

Atribuição da concessão

1 - A exploração e a gestão do sistema são atribuídas à sociedade em regime de concessão, consubstanciando um serviço público a exercer em regime de exclusivo, mediante a outorga do contrato de concessão por um prazo de 30 anos contado da data de início da sua produção de efeitos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - O contrato de concessão caduca no último dia do ano civil correspondente ao termo da concessão.

3 - A concessão atribuída à sociedade é exercida em regime de exclusivo, não podendo outras entidades, independentemente da sua natureza, desenvolver qualquer das atividades concessionadas nas áreas abrangidas pelo sistema, designadamente a recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos e a receção, tratamento e rejeição de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, exceto nas situações previstas no contrato de concessão e no número seguinte.

4 - Nas áreas abrangidas pelo sistema, o concedente pode, com fundamento em razões ponderosas de natureza técnica e ou económica, autorizar a manutenção de sistemas alternativos de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, para utilizadores de áreas geográficas delimitadas, de pequena dimensão, estando o utilizador municipal obrigado à imediata desativação dos sistemas alternativos logo que ultrapassadas as razões justificativas da sua manutenção.

5 - A concessão rege-se pelo disposto no presente decreto-lei, na Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 17/2012, de 26 de abril, e 35/2013, de 11 de junho, nas disposições aplicáveis dos Decretos-Leis n.ºs 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, e 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, no respetivo contrato de concessão e, ainda, nas disposições legais e regulamentares respeitantes às atividades compreendidas no seu objeto.

Artigo 37.º

Contrato de concessão

1 - Ficam os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente autorizados, conjuntamente, a outorgar o contrato de concessão do sistema em nome e representação do Estado.

2 - O contrato de concessão produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

Artigo 38.º

Tarifas

1 – O primeiro período tarifário, assim designado, inicia-se em 1 de janeiro de 2017 e termina em 31 de dezembro de 2026, e inclui um período de convergência tarifária até à integração, como utilizador, do município de Setúbal, nos termos do n.º 8 do artigo 30.º, o qual não pode exceder 7 anos, sendo estabelecidas no contrato de concessão as tarifas ou os rendimentos tarifários, quando aplicável, para esse período.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os tarifários a aplicar aos utilizadores são aprovados nos termos previstos na lei e no contrato de concessão e fixados para períodos quinquenais, devendo a sociedade instruir os respetivos projetos com a revisão dos pressupostos técnicos e económico-financeiros do contrato de concessão.

3 – Os tarifários são atualizados anualmente pela sociedade, de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor publicado pela entidade responsável pela sua divulgação, sem prejuízo de acertos a que seja necessário proceder anualmente, nos termos previstos no contrato de concessão.

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 6 da base XIV aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, o tarifário a aplicar visa também assegurar a estabilidade tarifária, a acessibilidade social dos serviços, designadamente no âmbito regional, bem como a recuperação ou repercussão dos desvios de recuperação de gastos e dos ajustamentos de encargos nos termos previstos no presente decreto-lei e no contrato de concessão.

5 - Para efeitos dos critérios para fixação das tarifas, a margem anual de remuneração dos capitais próprios da sociedade corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações das categorias A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito da SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à

rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos do ano civil a que corresponde o exercício económico, ou outra equivalente que a venha substituir por acordo escrito entre o concedente e a sociedade, acrescida de três pontos percentuais.

6 - A partir do segundo período tarifário, a sociedade é remunerada em função dos resultados gerados.

7 - Sem prejuízo das atualizações anuais previstas no n.º 3, as tarifas a praticar na vigência do contrato de concessão podem ser objeto de revisão nos seguintes termos:

a) Revisões ordinárias quinquenais, nos termos do n.º 2;

b) Revisões extraordinárias, nos termos previstos no contrato de concessão.

8 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4, as regras constantes dos números anteriores deixam de vigorar com a entrada em vigor do regulamento tarifário.

Artigo 39.º

Desvios de recuperação de gastos

1 — Para efeitos da Parte III do presente decreto-lei, consideram-se desvios de recuperação de gastos:

a) O valor do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., que diga respeito à diferença entre os resultados líquidos da SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, advenientes da exploração e gestão do sistema anteriormente concessionado a esta, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, gerados desde o início de produção de efeitos do seu contrato de concessão até 30 de junho de 2015;

b) O valor do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., no que diga respeito ao sistema explorado pela SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, correspondente à diferença entre os resultados líquidos gerados na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., advenientes da exploração e gestão do seu sistema e o valor a que a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., teve

contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, gerados desde 30 de junho de 2015 e até 31 de dezembro de 2016;

c) A diferença verificada, anualmente, até ao termo do primeiro período tarifário da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas nos termos previstos no artigo 38.º.

2 — Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão.

3 - O cálculo dos desvios de recuperação de gastos gerados em cada ano não deve incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva de acordo com critérios previamente definidos pela entidade reguladora do setor.

4 — A sociedade deve registar nas suas contas os desvios de recuperação de gastos verificados e os que se verificarem anualmente até ao termo do primeiro período tarifário, ficando os respetivos valores sujeitos a aprovação da entidade reguladora do setor.

5 — Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção da SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e os gerados na vigência da concessão até ao termo do primeiro período tarifário, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do terceiro período quinquenal do segundo período tarifário.

6 – O montante registado nas contas da concessionária extinta SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a título de desvios de recuperação de gastos, deverá ser transferido para a sociedade.

7 - A sociedade pode, como forma de minimizar o impacto dos encargos financeiros nas tarifas e, simultaneamente, potenciar a diversificação das fontes de financiamento disponíveis, ceder, no todo ou em parte, a instituições de crédito ou sociedade financeira, o direito a receber, através de tarifas futuras, o montante correspondente aos desvios de

recuperação de gastos de natureza deficitária, determinados com base no disposto no presente artigo.

Artigo 40.º

Ajustamentos de encargos

1 — São ajustamentos de encargos, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 38.º, as diferenças que, sem prejuízo dos limites estabelecidos no contrato de concessão, se verifiquem anualmente, a partir do segundo período tarifário, entre os encargos esperados, de acordo com o projeto tarifário em vigor, e os efetivamente incorridos pela sociedade, por motivos que não lhe sejam imputáveis, resultantes da ocorrência de eventos tipificados no contrato de concessão.

2 — A sociedade tem direito à recuperação dos ajustamentos de encargos, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, mediante uma revisão extraordinária do tarifário em vigor a aplicar no período quinquenal em curso ou no período quinquenal subsequente, nos termos a estabelecer no contrato de concessão.

3 — Os ajustamentos de encargos de natureza superavitária devem ser integralmente refletidos nas tarifas no período quinquenal subsequente.

4 — As regras constantes dos números anteriores deixam de vigorar com a entrada em vigor do regulamento tarifário.

Artigo 41.º

Regulamento tarifário

1 - A sociedade está sujeita a regulação nos termos da lei, devendo o regulamento tarifário assegurar:

a) A salvaguarda do regime relativo aos desvios de recuperação de gastos constante do artigo 39.º com a garantia de que as alterações de regras regulatórias em matéria de reintegração do investimento determinam o recálculo do valor desses desvios;

b) A previsão de um período adicional de convergência, com um máximo de cinco anos, entre as tarifas em vigor e as tarifas decorrentes da aplicação do regulamento tarifário, nos casos em que tal se justifique;

c) A previsão de que a recuperação dos proveitos permitidos cuja repercussão seja diferida em virtude do disposto na alínea anterior deve ser efetuada, mediante ajustamentos aos proveitos permitidos, no período regulatório subsequente, ou excecionalmente, nos dois

períodos regulatórios subsequentes, devidamente capitalizados a uma taxa de juro correspondente ao custo médio ponderado dos capitais investidos, que permita o ressarcimento do diferimento temporal da recuperação do volume de proveitos permitidos não recuperados pela tarifa aprovada para o ano a que os mesmos dizem respeito.

2 - As tarifas e as regras previstas no n.º 1 do artigo 38.º aplicam-se na vigência do regulamento tarifário, salvo demonstração realizada pela entidade reguladora e aprovada pelo concedente, de que as tarifas que resultariam da aplicação do regulamento são mais favoráveis para os utilizadores e de que fica salvaguardada a solidez financeira e a sustentabilidade económica e financeira da concessão.

3 - A demonstração a que se refere o número anterior determina a alteração dos pressupostos técnicos e económico-financeiros da concessão e opera mediante aditamento ao respetivo contrato.

Artigo 42.º

Contratos de recolha celebrados com a sociedade concessionária extinta

1 - Os contratos de recolha celebrados entre os utilizadores e a SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, mantêm-se em vigor, com a garantia de não agravamento dos valores mínimos neles previstos, até serem substituídos por novos contratos que procedam à sua adaptação às condições da nova concessão, considerando-se as menções ao contrato de concessão celebrado com a referida sociedade concessionária extinta como efetuadas ao contrato de concessão celebrado com a sociedade.

2 - Até à substituição dos contratos referidos no número anterior, o cumprimento da obrigação contratual de prestação da caução que recaia sobre os utilizadores municipais não pode ser exigida pela sociedade.

3 - Os valores devidos pelos utilizadores municipais, a que se refere o n.º 1, a aplicar até ao termo do primeiro período tarifário, constam do estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF) em vigor, sem prejuízo do não agravamento dos valores mínimos previsto no n.º 1.

Artigo 43.º

Obrigação de ligação e direito de exclusivo da concessionária

1 - O pagamento dos valores a que se referem os n.os 3 e 4 da base XXVIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, apenas é devido pelos utilizadores municipais à sociedade nas situações em que o valor resultante da faturação da utilização dos serviços seja inferior àqueles por motivo que seja exclusivamente imputável aos utilizadores municipais.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, apenas se considera motivo imputável ao utilizador municipal quando, por razões dependentes da sua vontade, se verificar:

a) O incumprimento da obrigação de ligação ao sistema prevista no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto;

b) A violação do direito de a sociedade exercer a atividade concessionada em regime de exclusivo previsto no n.º 1 do artigo 36.º do presente decreto-lei e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto.

3 - O dever de pagamento de valores referido no n.º 1 não resulta da existência de, nem respeita a, qualquer consumo mínimo anual reportável ao volume recolhido de águas residuais que cada utilizador se proponha entregar à concessionária.

4 - Os valores referidos no n.º 1 constam do EVEF em vigor, após parecer obrigatório da entidade reguladora do setor, e são atualizados e revistos em simultâneo com as tarifas e nos mesmos termos que estas.

5 - A obrigação de pagamento destes valores vigora durante o período de vigência do contrato de concessão do sistema.

6 - A não obtenção destes valores não constitui fundamento da reposição do equilíbrio económico e financeiro da concessão.

Artigo 44.º

Medição e faturação

1 - Os caudais de efluentes recolhidos são objeto de medição para efeitos de faturação.

2 - A medição é efetuada de forma contínua através de instrumentos adequados, admitindo-se a utilização de métodos de estimativa, mediante acordo entre a sociedade e o utilizador, por motivos justificados do ponto de vista técnico e económico e também para

infraestruturas que sirvam pequenos aglomerados populacionais, sem prejuízo da equidade de tratamento entre os diferentes utilizadores, ou que ainda não disponham de medidor de caudal, por prazo a fixar no contrato de concessão.

3 - A sociedade pode aplicar o modelo de volumes desfasados à faturação do serviço de saneamento de águas residuais aos utilizadores municipais.

4 - Na situação prevista no número anterior, o volume de efluentes recolhidos a faturar em cada mês corresponde a um duodécimo dos volumes acumulados de efluentes medidos ou estimados, nos termos do contrato de concessão, no período correspondente à média aritmética simples, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1.

5 - Para efeitos de faturação, a sociedade não pode considerar um volume de efluente superior ao valor do efluente efetivamente tratado e descarregado, respeitados os valores limites de emissão constantes da licença de descarga da infraestrutura de tratamento, salvaguardado o mecanismo previsto nos n.ºs 3 e 4.

Artigo 45.º

Afetação de infraestruturas

1 - São afetos ao sistema as infraestruturas e outros bens e direitos dos municípios, de entidades de natureza intermunicipal e de quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, que se revelem necessários ou úteis ao bom funcionamento do sistema, passando a integrá-lo, mediante contrapartida, nos termos do contrato de concessão.

2 - As infraestruturas e outros bens e direitos dos municípios, de entidades de natureza intermunicipal e de quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais, que se encontravam afetos ao sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, mantêm-se afetos ao sistema durante o prazo da concessão.

3 - A afetação das infraestruturas e outros bens a que se referem os números anteriores pressupõe, quando aplicável, a continuidade dos fins de interesse público que hajam determinado a respetiva aquisição pelos municípios, pelas entidades de natureza intermunicipal e por quaisquer entidades gestoras dos respetivos sistemas municipais.

4 - Os contratos de cedência de infraestruturas, bens e direitos celebrados com a SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com

o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º, são transferidos para a sociedade, mantêm-se em vigor até serem celebrados novos contratos que procedam à sua adaptação às condições definidas no contrato de concessão do sistema, considerando-se as menções ao contrato de concessão celebrado com a sociedade concessionária extinta como efetuadas ao contrato de concessão celebrado com a sociedade.

5 - Na celebração de novos contratos nos termos previstos no número anterior, as partes devem ter em consideração os critérios de fixação da contrapartida estabelecidos no contrato de concessão, bem como os montantes já liquidados por essa cedência, não podendo, contudo, considerar-se um valor de avaliação do bem superior ao que resultou da avaliação que serviu de base ao contrato originário celebrado com a SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ou àquele que fiscal ou contabilisticamente seja aceite.

6 - Os contratos de cedência de infraestruturas a que se referem os números anteriores podem ter um prazo de duração correspondente ao da concessão, independentemente da natureza jurídica dos direitos neles transmitidos.

Artigo 46.º

Poderes do concedente

1 - Para efeitos do disposto na subalínea *iv)* da alínea *a)* do n.º 1 da base XXIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, considera-se investimento não previsto no contrato de concessão aquele que não conste do projeto tarifário em curso e cujo valor previsional global seja superior a (euro) 50.000,00.

2 - O limite previsto no número anterior não se aplica aos investimentos que decorram da verificação de situações de força maior, para os quais não é exigível a autorização prévia do concedente para a sua realização, designadamente qualquer acontecimento anormal, imprevisível e irresistível, exterior à vontade e atividade da sociedade, tais como cataclismos, guerra, alterações da ordem pública, malfetorias, atos de vandalismo ou incêndio.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica a obrigatoriedade de comunicação imediata ao concedente da realização do investimento em causa nem a apreciação dos

respetivos pressupostos e do valor do investimento realizado em sede de aprovação das tarifas.

4 - Os orçamentos de exploração, de investimento e financeiros, devidamente certificados por auditor aceite pelo concedente a que se refere a subalínea *ii*) da alínea *b*) do n.º 1 da base XXIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, são substituídos pelos projetos tarifários a que se refere o artigo 38.º

5 - Os poderes do concedente consagrados no contrato de concessão ou outros relacionados com sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que lhe forem conferidos por lei são exercidos pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente, com a faculdade de delegação no presidente de comissão de acompanhamento da concessão, cuja composição, modo de designação e competências são fixados no respetivo regulamento de funcionamento integrado no contrato de concessão.

6 - O plano de investimentos constante do projeto tarifário, incluindo os indicadores que traduzam os respetivos benefícios sociais e ambientais, é aprovado pelo concedente, após parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

7 - O parecer a que se refere o número anterior deve ter em conta os efeitos tarifários decorrentes da aprovação dos investimentos, bem como os indicadores que traduzam os respetivos benefícios sociais e ambientais.

Artigo 47.º

Deveres de informação

1 - Sem prejuízo dos poderes do concedente e da entidade reguladora do setor em sede de supervisão e fiscalização, a sociedade deve enviar o inventário previsto na base XI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, ao concedente e à entidade reguladora, nos seguintes momentos:

a) Cinco anos após a data de entrada em vigor do presente decreto-lei;

b) Três anos antes do termo da concessão.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4 da base XI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, até 30 de junho do último ano da concessão, a sociedade deve entregar ao

concedente um relatório técnico relativo ao estado funcional, segurança e conservação das principais infraestruturas e equipamentos do sistema, onde se comprove o cumprimento do plano de ações previsto no último relatório técnico quinquenal.

3 - A sociedade deve divulgar os respetivos indicadores de atividade, nos termos e periodicidade estabelecidos no contrato de concessão.

Artigo 48.º

Responsabilidade civil extracontratual

Até à publicação da portaria prevista na base XXVI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, a sociedade deve celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual que preveja uma cobertura mínima de danos no valor e em condições similares às mantidas em vigor pela SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cujos efeitos se produzem desde a data de outorga do contrato de concessão.

Artigo 49.º

Caução referente à exploração

A caução prevista na base XXVII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, deve ser prestada até dois anos antes do termo da concessão.

Artigo 50.º

Sequestro

O concedente pode, nos termos das bases aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, e do contrato de concessão, intervir na exploração do serviço concedido sempre que se dê, ou se afigure iminente uma cessação ou interrupção total ou parcial da exploração do serviço ou se verifiquem graves deficiências na respetiva organização ou funcionamento ou no estado geral das instalações e do equipamento suscetíveis de comprometer a regularidade da exploração.

Artigo 51.º

Resgate da concessão

O concedente pode, nos termos das bases aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, e do contrato de concessão, resgatar a concessão, retomando a gestão direta dos serviços públicos concedidos, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos metade do prazo contratual.

Artigo 52.º

Termo da concessão

1 - No termo da concessão, os bens afetos à concessão que sejam propriedade da sociedade transferem-se de acordo com o regime previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, e nos termos estabelecidos no contrato de concessão.

2 - No termo da concessão, transferem-se para a entidade transmissária dos bens a que se refere o número anterior os direitos e relações jurídicas referidos nos n.ºs 2 e 3 da base VIII aprovada pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 222/2003, de 20 de setembro, e 195/2009, de 20 de agosto, que sejam suscetíveis de se prolongar para além do termo da concessão, nos termos previstos nos números seguintes.

3 - À exceção das relações jurídicas laborais, a entidade transmissária dos bens a que se refere o número anterior tem o direito de recusar a continuidade das relações jurídicas afetas à concessão.

4 - A sociedade deve, durante o último ano de vigência do contrato e até 120 dias antes do seu termo, notificar a entidade transmissária para que, num prazo de 60 dias, exerça o direito referido no número anterior.

5 - No que respeita às relações jurídicas laborais, a entidade transmissária dos bens aceita o pessoal da sociedade, dentro dos limites do quadro de pessoal constante do último projeto tarifário aprovado.

CAPÍTULO IV

Disposições complementares

Artigo 53.º

Regulamento de exploração e serviço

Até à entrada em vigor do regulamento de exploração e serviço elaborado pela sociedade, aprovado pelo concedente e publicado na 2.ª série do Diário da República, a sociedade e os

utilizadores devem cumprir, com as adaptações resultantes do disposto na lei e no contrato de concessão, ao regulamento de exploração do serviço público aplicável no sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Artigo 54.º

Fundo de reconstituição do capital social

A sociedade encontra-se dispensada de manter quaisquer fundos de reconstituição do capital social, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados no fundo constituído pela sociedade concessionária extinta, SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 506 635 562, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, os quais, com exceção dos montantes que já tenham sido utilizados para a redução do endividamento da sociedade concessionária extinta, para o efeito lhe serão transferidos.

Artigo 55.º

Primeira convocatória da assembleia geral

Considera-se convocada a assembleia geral da sociedade sem necessidade de cumprimento dos requisitos mencionados no artigo 17.º dos estatutos e na lei comercial, para o dia 3 de janeiro de 2017, pelas 16 horas, na Quinta de São Paulo, Estrada das Machadas, em Setúbal, com o objetivo de eleger os órgãos sociais da sociedade para o primeiro mandato que termina em 2019, aprovar o respetivo estatuto remuneratório e deliberar sobre as matérias previstas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em conjugação com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

PARTE IV

Alterações legislativas

Artigo 56.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio

Os artigos 2.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - O sistema integra como utilizadores:

a) No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertão, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;

b) No abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras;

4 - (*Revogado.*)

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

9 - [...]

10 - [...]

Artigo 16.º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - A sociedade pode, como forma de minimizar o impacto dos encargos financeiros nas tarifas e, simultaneamente, potenciar a diversificação das fontes de financiamento disponíveis, ceder, no todo ou em parte, a instituições de crédito ou sociedade financeira, o direito a receber, através de tarifas futuras, o montante correspondente aos desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária, determinados com base no disposto no presente artigo.

PARTE V

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 57.º

Águas do Vale do Tejo, S. A.

1 – Em consequência da cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e do sistema multimunicipal por ela gerido, operada nos termos do presente decreto-lei:

- a) A sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., passa a adotar a denominação de Águas do Vale do Tejo, S. A.;
- b) É correspondentemente reduzido, em (euro) 84.047.982,00, o capital social da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, agora com a denominação de Águas do Vale do Tejo, S. A., o qual passa a ser no montante de (euro) 83.759.578,00, integralmente subscrito e realizado, nos termos descritos no Anexo VI ao presente decreto-Lei e que dele faz parte integrante;
- c) O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

2 - O novo capital social da Águas do Vale do Tejo, S. A., de (euro) 83.759.578,00, é representado por 80.559.578 ações da categoria A e 3.200.000 ações da categoria B, do valor nominal de (euro) 1,00 cada uma, de acordo com a repartição que consta do Anexo VI ao presente decreto-lei.

3 – O registo da nova denominação e do novo capital social da Águas do Vale do Tejo, S. A., com o número de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 513 606 130, é promovido com base na publicação do presente decreto-lei no Diário da República, sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento.

4 - O valor da CTA cobrado pela Águas do Tejo Atlântico, S. A., aos seus utilizadores municipais, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 11.º do presente decreto-lei, constitui receita da Águas do Vale do Tejo, S. A..

5 - A Águas do Vale do Tejo, S. A., fatura trimestralmente à Águas do Tejo Atlântico, S. A., o valor por esta cobrado no trimestre anterior relativo à CTA cobrada aos utilizadores municipais, sendo essa faturação enquadrada na alínea c) do n.º 6 do artigo 16.º do CIVA, devendo a Águas do Tejo Atlântico, S. A., para o efeito, comunicar à Águas do Vale do Tejo, S. A., qual o valor cobrado e devendo a respetiva fatura ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

6 - Adicionalmente, e nos termos e montantes definidos no Anexo VII do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, são transferidas para a Águas do Vale do Tejo, S. A., até ao dia 31 de março do ano a que respeitam, receitas extraordinárias adicionais sob a forma de apoio do Fundo Ambiental, previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

7 - Mantém-se registado nas contas da Águas do Vale do Tejo, S. A., o valor do desvio de recuperação de gastos que não seja transferido para a Águas do Tejo Atlântico, S. A..

8 - Mantém-se em vigor, com as necessárias adaptações, e até ser revisto, o contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., no dia 30 de junho de 2015.

Artigo 58.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

1 - O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.

2 - As sociedades consideram-se constituídas na data da entrada em vigor do presente diploma.

3 - A cisão do sistema considera-se efetiva na data do início da produção de efeitos dos contratos de concessão previstos nos artigos 9.º e 36.º.

4 - Os contratos de concessão podem prever um período de transição operacional máximo de 90 dias, no decurso do qual, transitoriamente, a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., realiza a gestão dos sistemas por conta das sociedades, assegurando, nomeadamente a manutenção dos serviços aos utilizadores dos sistemas, podendo cessar antecipadamente esse período transitório na data em que as administrações das sociedades

comunicarem à EPAL, S. A., estarem reunidas as condições operacionais necessárias para o início da gestão direta por parte das mesmas.

5 - A assunção pela EPAL, S. A., da gestão dos sistemas dá lugar ao reembolso pelas sociedades à EPAL, S. A., dos custos efetivamente incorridos por esta com a gestão dos sistemas no período de transição operacional referido no número anterior.

6 - Com vista, nomeadamente, à eliminação ou redução de serviços duplicados e à minimização de recursos humanos e materiais, as sociedades podem proceder, na prossecução do respetivo objeto, à partilha desses recursos entre si ou com outras entidades gestoras de sistemas multimunicipais de água e saneamento, mediante faturação recíproca dos custos decorrentes dessa partilha.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de [...] de [...] de 2016. – [Primeiro-Ministro]
– [Ministro das Finanças] – [Ministra da Justiça] – [Ministro do Ambiente].

Promulgado em

Publique-se.

O Presidente da República

Referendado em

O Primeiro-Ministro

ANEXO I

(a que se refere o artigo 7.º-1)

Acionistas, capital subscrito e realizado e categoria das ações**Águas do Tejo Atlântico, S.A.**

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		N.º Total de Ações Subscritas (€ 1,00 cada uma)	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57.538.912	-	57.538.912	57.538.912	50,68 %
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2.921	-	2.921	2.921	0,00 %
Alcobaca	899.856	-	899.856	899.856	0,79 %
Alenquer	384.003	-	384.003	384.003	0,34 %
Amadora	6.108.431	350.000	6.458.431	6.458.431	5,69 %
Arruda dos Vinhos	55.542	-	55.542	55.542	0,05 %
Azambuja	346.735	-	346.735	346.735	0,30 %
Bombarral	107.998	-	107.998	107.998	0,09 %
Cadaval	123.253	-	123.253	123.253	0,11 %
Caldas da Rainha	614.244	-	614.244	614.244	0,54 %
Cascais	3.586.998	350.000	3.936.998	3.936.998	3,47 %
Lisboa	16.929.620	-	16.929.620	16.929.620	14,91 %
Loures	8.284.708	-	8.284.708	8.284.708	7,30 %
Lourinhã	302.165	-	302.165	302.165	0,27 %
Nazaré	273.724	-	273.724	273.724	0,24 %
Óbidos	131.237	-	131.237	131.237	0,12 %
Odivelas	2.521.433	-	2.521.433	2.521.433	2,22 %
Oeiras	3.586.998	350.000	3.936.998	3.936.998	3,47 %
Peniche	386.004	-	386.004	386.004	0,34 %
Rio Maior	183.768	-	183.768	183.768	0,16 %
Sintra	3.586.998	350.000	3.936.998	3.936.998	3,47 %
Sobral de Monte Agraço	57.438	-	57.438	57.438	0,05 %
Torres Vedras	711.623	-	711.623	711.623	0,63 %
Vila Franca de Xira	2.881.638	-	2.881.638	2.881.638	2,54 %
Ações próprias da sociedade	2.521.433	-	2.521.433	2.521.433	2,22 %
<i>Total</i>	112.127.680	1.400.000	113.527.680	113.527.680	100,00 %

ANEXO III

(a que se refere o artigo 11.º, n.º 9)

Componente tarifária acrescida (CTA)

Componente Tarifária Acrescida, €/m³

CTA	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Preços 2015	0,0075	0,0125	0,0175	0,0225	0,0275	0,0300	0,0300	0,0300	0,0300	0,0300

Os municípios utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste que eram utilizadores originários do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de 28 de dezembro, e do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estão obrigados ao pagamento da CTA nos termos da tabela supra.

Os municípios utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste que eram utilizadores originários, na vertente de saneamento, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estão isentos do pagamento de CTA até 2026.

Após 2026, a CTA será determinada pela ERSAR devendo ser considerados os apoios atribuídos pelo Fundo Ambiental, criado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, à Águas do Vale do Tejo, S. A.. A tarifa da Águas do Vale do Tejo, S. A. é calculada tendo em consideração o total das receitas esperadas em sede de CTA, bem como os apoios atribuídos pelo Fundo Ambiental.

ANEXO II

(a que se refere o artigo 8.º-1)

Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, duração e sede

Artigo 1.º

Denominação e duração

A sociedade adota a denominação de Águas do Tejo Atlântico, S. A., e dura por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

Sede

1 - A sede social é em Lisboa, na ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, 1300-254 LISBOA, na freguesia de Campo de Ourique, do concelho de Lisboa.

2 - Por deliberação do conselho de administração pode a sociedade criar, deslocar ou encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, bem como pode ser mudada a sede social para outro local sito no território de qualquer um dos municípios acionistas.

CAPÍTULO II

Objeto

Artigo 3.º

Objeto social

1 - A sociedade tem por objeto social, em regime de exclusivo, a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente designado por «sistema».

2 - A exploração e a gestão referidas no número anterior incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários para o desenvolvimento das atividades previstas no número anterior.

3 - A sociedade pode, nos termos previsto na lei, exercer outras atividades para além das previstas nos números anteriores, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

4 - No caso das atividades habilitadas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, a autorização aí prevista é ainda precedida de parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

Artigo 4.º

Participação em outras sociedades

A sociedade pode participar em quaisquer outras sociedades, ou entidades de natureza não societária, com objeto similar ou complementar do seu, desde que previamente autorizada por escrito pelo concedente.

CAPÍTULO III

Capital social, ações e obrigações

Artigo 5.º

Capital social

O capital social da sociedade é de (euro) 113.527.680,00, integralmente subscrito e realizado.

Artigo 6.º

Ações

1 - O capital social é representado por 112.127.680 ações da categoria A e 1.400.000 ações da categoria B, do valor nominal de (euro) 1,00 cada uma, de acordo com a repartição que consta do anexo I ao decreto-lei que aprovou os presentes estatutos.

2 - Independentemente da percentagem de capital representado por cada uma das categorias de ações, as diferenças entre as categorias de ações, para além das que decorrem do artigo 8.º, são as seguintes:

a) As ações da categoria A devem representar, sempre e pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto;

b) As ações da categoria A apenas podem ter como titulares entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, e municípios utilizadores do sistema ou entidades de natureza intermunicipal onde aqueles participem;

c) Sem prejuízo do disposto na alínea a), as ações da categoria A podem ser convertidas em ações da categoria B e as ações da categoria B podem ser convertidas em ações da categoria A, a pedido do seu titular e mediante prévia deliberação favorável da assembleia geral da sociedade aprovada por dois terços dos votos emitidos.

3 - A transmissão de ações em violação do disposto no número anterior é nula.

4 - As ações da categoria A são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural.

5 - As ações da categoria B são nominativas e assumem a forma escritural podendo, no entanto, ser convertidas em ações ao portador a pedido do acionista e mediante deliberação da assembleia geral.

6 - A alienação de ações pela sociedade nos termos do n.º 4 do artigo 286.º do Código das Sociedades Comerciais dispensa a tramitação prevista na parte final do mesmo preceito legal e, se for efetuada a acionistas da sociedade, dispensa ainda a sociedade da obrigação de publicação da perda de ações a favor da mesma, conforme referida na segunda parte do n.º 5 do artigo 285.º daquele diploma.

Artigo 7.º

Aumento de capital social

1 - Os aumentos de capital social são realizados através da emissão de ações da categoria A, isoladamente ou em conjunto com ações da categoria B, devendo as ações da categoria A representar sempre e pelo menos 51 % do capital social com direito a voto.

2 - A subscrição de ações da categoria A é reservada aos acionistas titulares de ações do mesmo tipo, nos termos do artigo anterior.

3 - Os acionistas titulares de ações da categoria A têm direito a subscrever um número de ações dessa categoria proporcional ao número de ações da mesma categoria de que já sejam titulares.

4 - Caso as ações da categoria A possam, pela ocorrência de qualquer facto, designadamente qualquer das situações referidas no n.º 1 do artigo 9.º, passar a representar uma percentagem do capital social com direito a voto inferior à referida no n.º 1 do presente artigo, a sociedade deve proceder imediatamente a um aumento de capital social por emissão de ações da categoria A, de forma a garantir o cumprimento daquela percentagem.

5 - As deliberações de aumento de capital devem prever para os acionistas preferentes um prazo de realização das entradas não inferior a 60 dias.

6 - Se algum dos acionistas da categoria A não exercer o direito previsto no n.º 3, podem as ações ser subscritas por qualquer um dos outros acionistas da mesma categoria de ações.

7 - No caso previsto no número anterior, se mais do que um acionista quiser subscrever as ações, estas são rateadas na proporção das ações que possuírem.

8 - A sociedade pode deliberar aumentos de capital social, sem dependência da completa realização de capital social.

Artigo 8.º

Transmissão de ações

- 1 - As ações da categoria A apenas podem ser transmitidas a favor dos demais acionistas da mesma categoria de ações, e a favor das entidades referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º, e, sempre sem prejuízo do aí disposto no caso de cisão ou fusão de uma sociedade detentora desta categoria de ações, para as sociedades que resultem dessa fusão ou cisão.
- 2 - A transmissão de ações em violação do disposto no número anterior é nula.
- 3 - A transmissão das ações da categoria A, bem como de ações nominativas da categoria B, fica subordinada ao consentimento da sociedade.
- 4 - A oneração de ações da categoria A fica sujeita ao consentimento da sociedade.
- 5 - Existe direito de preferência na transmissão de ações da categoria A a favor dos acionistas titulares da mesma categoria de ações, exceto se a transmissão for realizada a favor de algum município.
- 6 - Os acionistas titulares de ações da categoria A têm direito de preferência na alienação de ações nominativas da categoria B.
- 7 - Querendo o acionista transmitir ações, deve pedir o consentimento, por escrito, à sociedade, mediante carta registada com aviso de receção, identificando o previsto adquirente, indicando as contrapartidas oferecidas e a respetiva valoração, bem como as demais condições da projetada transmissão.
- 8 - A sociedade deve pronunciar-se sobre o pedido de consentimento no prazo de 60 dias contados da data de receção da carta mencionada no número anterior.
- 9 - Se a sociedade não se pronunciar dentro do prazo referido no número anterior, e sempre sem prejuízo do disposto no n.º 1, bem como do direito de preferência dos outros acionistas regulado neste artigo, é livre a transmissão das ações.
- 10 - É lícito recusar o pedido de consentimento com fundamento em qualquer interesse relevante da sociedade, devendo indicar-se sempre na deliberação o motivo da recusa.
- 11 - No caso de recusar licitamente o consentimento, e sempre sem prejuízo do disposto no n.º 1, a sociedade fica obrigada a fazer adquirir as ações por outra pessoa nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento.

12 - No caso previsto no número anterior, tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos previstos no n.º 2 do artigo 105.º do Código das Sociedades Comerciais.

13 - A sociedade, caso aceite o pedido de consentimento ou caso não se pronuncie sobre o mesmo dentro do prazo referido no n.º 8, comunica a todos os acionistas titulares do direito de preferência na transmissão das ações em causa, a informação recebida, tendo estes um prazo de 30 dias a contar da sua receção para declararem se exercem o direito de preferência na aquisição das ações.

14 - Querendo vários acionistas preferir, as ações alienadas são distribuídas a cada um, incluindo ao primitivo adquirente, se já for acionista, na proporção das respetivas participações sociais.

15 - Não existe a necessidade de consentimento da sociedade nem o direito de preferência previsto neste artigo, no caso da transmissão de ações das categorias A e B pelos Municípios para entidades de cariz intermunicipal, empresas municipais ou intermunicipais, compostas ou detidas exclusivamente por municípios utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

Artigo 9.º

Amortização de ações

1 - Mediante deliberação dos sócios, a sociedade pode amortizar quaisquer ações que forem penhoradas, arrestadas, arroladas, incluídas em massa insolvente, que forem apreendidas no âmbito de qualquer ação judicial ou que estiverem em condições de ser transmitidas judicialmente.

2 - No caso de amortização de ações nos termos deste artigo, o montante da contrapartida da amortização é o que resultar da deliberação dos acionistas relativa à amortização, que toma em consideração a situação líquida da sociedade resultante do último balanço aprovado.

Artigo 10.º

Emissão de obrigações

1 - Podem ser emitidas obrigações em qualquer das modalidades admitidas por lei.

2 - Os títulos das obrigações emitidas pela sociedade são assinados por dois administradores, podendo as assinaturas ser de chancela por eles autorizada.

Artigo 11.º

Acordos parassociais

Os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos trinta dias posteriores à sua celebração, ser comunicados, na íntegra, ao conselho de administração, pelos acionistas que os tenham subscrito.

CAPÍTULO IV

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 12.º

Órgãos sociais e eleição dos seus membros

1 - São órgãos sociais da Águas do Tejo Atlântico, S. A.:

- a) A assembleia geral;
- b) O conselho de administração;
- c) O conselho fiscal e o revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas.

2 - O conselho de administração designa o secretário da sociedade e o suplente deste.

3 - As eleições dos membros de cada corpo social são efetuadas com base em listas, incidindo o voto exclusivamente sobre estas.

Artigo 13.º

Regras especiais de eleição

1 - Uma minoria de acionistas que tenha votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores tem direito a designar um administrador, contanto que essa minoria represente pelo menos 10 % do capital social.

2 - No caso de o conselho de administração ser composto por, pelo menos, cinco administradores, se a minoria prevista no número anterior representar, pelo menos, 49 % do capital social, tem direito a designar mais um administrador, além do administrador eleito ao abrigo do número anterior.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 14.º

Participação e representação na assembleia geral

- 1 - Os acionistas com direito de voto podem participar nas assembleias gerais, desde que as suas ações estejam registadas ou, no caso de ações ao portador não registadas, depositadas numa instituição de crédito ou na sociedade até 10 dias antes daquele em que a assembleia geral deva reunir em primeira convocatória.
- 2 - A representação de acionistas em assembleia geral pode fazer-se em qualquer pessoa, sendo instrumento suficiente de representação uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

Artigo 15.º

Mesa da assembleia geral

- 1 - A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
- 2 - Compete ao presidente convocar assembleias gerais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos presentes estatutos ou em deliberação dos acionistas.
- 3 - O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente.

Artigo 16.º

Reuniões da assembleia geral

- 1 - A assembleia geral é composta por todos os acionistas com direito de voto.
- 2 - A assembleia geral reúne no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 3 - A assembleia geral reúne ainda sempre que o requeiram o conselho de administração, o conselho fiscal, ou ainda os acionistas que representem pelo menos 5 % do capital social.
- 4 - O requerimento referido no número anterior deve ser feito por escrito e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem do dia e justificando a necessidade da reunião da assembleia.

Artigo 17.º

Convocação da assembleia geral

1 - As reuniões da assembleia geral são convocadas com a antecedência e nos termos previstos na lei, podendo a convocação ser efetuada por carta registada em substituição da publicação da convocatória, enquanto forem nominativas todas as ações da sociedade.

2 - A assembleia geral pode deliberar em primeira convocação desde que estejam presentes ou representados acionistas que detenham mais de metade do capital social.

3 - No aviso convocatório pode fixar-se uma data alternativa para a reunião da assembleia geral, caso a mesma não possa reunir na data inicialmente marcada por falta de quórum constitutivo, devendo entre as duas datas indicadas mediar mais de 15 dias.

Artigo 18.º

Competência da assembleia geral

1 - A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e estes estatutos lhe atribuem competência e sobre todos os assuntos que não sejam da competência exclusiva de outros órgãos sociais.

2 - Compete, nomeadamente, à assembleia geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de exercício apresentados pelo conselho de administração;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Apreciar a gestão e a fiscalização da sociedade;
- d) Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento e suas eventuais alterações, nos termos legais e contratuais previstos;
- e) Eleger os membros dos órgãos sociais;
- f) Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- g) Deliberar sobre o aumento e redução de capital;
- h) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos;
- i) Fixar as remunerações dos órgãos sociais da sociedade, ou nomear uma comissão de vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais;
- j) Deliberar sobre a conversão das ações da categoria A em ações da categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A;
- k) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

Artigo 19.º

Deliberações da assembleia geral

- 1 - As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição em contrário prevista na lei ou nos presentes estatutos.
- 2 - A cada ação corresponde um voto.
- 3 - A alteração dos estatutos da sociedade, quer por modificação, quer por supressão de algum dos seus artigos só é válida quando aprovada por acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a mais de metade do capital social, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- 4 - As deliberações sobre fusão, cisão e transformação da sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- 5 - As deliberações sobre conversão das ações da categoria A em ações da categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.
- 6 - Deve ser lavrada uma ata de cada reunião da assembleia geral, a qual deve ser redigida e assinada pelo presidente e pelo secretário.
- 7 - A lista de acionistas presentes em cada assembleia é organizada pelo presidente da mesa e deve ser rubricada pelos acionistas ou representantes destes, sendo depois arquivada na sede social com referência à ata a que respeita.

SECÇÃO III

Administração da sociedade

Artigo 20.º

Conselho de administração

- 1 - A administração da sociedade é exercida por um conselho de administração, composto por um número de membros fixado pela assembleia geral que os eleger, que deverá situar-se entre um mínimo de cinco e um máximo de nove membros.
- 2 - Compete à assembleia geral eleger de entre os membros do conselho de administração o respetivo presidente, que disporá de voto de qualidade.

3 - O presidente do conselho de administração poderá designar um vice-presidente, o qual o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 21.º

Competência do conselho de administração

O conselho de administração tem os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Artigo 22.º

Delegação de poderes de gestão

1 - O conselho de administração pode delegar em um ou dois administradores delegados, ou numa comissão executiva composta por três a cinco administradores, a gestão corrente da sociedade.

2 - No caso de o conselho de administração delegar a gestão da sociedade numa comissão executiva, deve eleger, igualmente, de entre os seus membros, o respetivo presidente, que disporá de voto de qualidade.

3 - Nas situações previstas no número anterior, compete ao conselho de administração fixar os limites da mesma delegação.

Artigo 23.º

Vinculação da sociedade

1 - A sociedade obriga-se perante terceiros:

- a) Pela assinatura conjunta de dois administradores, um dos quais deve pertencer à comissão executiva, quando esta exista;
- b) Pela assinatura do administrador delegado ou em conjunto pelos administradores-delegados, quando existam, dentro dos limites da delegação;
- c) Pela assinatura de um ou mais procuradores quanto aos atos ou categorias de atos definidos nas correspondentes procurações.

2 - Nos documentos de mero expediente e quando se trate de endosso de letras, recibos, cheques ou quaisquer outros documentos, cujo produto de desconto ou de cobrança se destine a ser creditado em conta da sociedade aberta em qualquer instituição financeira, basta a assinatura de um administrador ou de quem para tanto for mandatado, até ao limite que for fixado pelo conselho de administração.

3 - O conselho de administração pode deliberar que certos documentos da sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou por chancela.

Artigo 24.º

Reuniões do conselho de administração

1 - O conselho de administração reúne sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores.

2 - Independentemente do disposto no número anterior, o conselho de administração reúne pelo menos uma vez por mês, independentemente de existir ou não comissão executiva.

3 - Os membros do conselho de administração são convocados por escrito com a antecedência mínima de cinco dias, salvo se a totalidade dos administradores estiver presente ou representada ou se tratar de reuniões com periodicidade fixa, do conhecimento de todos os administradores, caso em que é dispensada a convocatória.

Artigo 25.º

Deliberações do conselho de administração

1 - O conselho de administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros e as suas deliberações são tomadas por maioria dos respetivos votos.

2 - Qualquer administrador pode fazer-se representar em cada sessão por outro administrador, sendo que os poderes de representação conferidos devem constar de carta dirigida ao presidente, a qual pode ser enviada por via postal, telecópia ou eletrónica, válida apenas para uma reunião.

3 - Qualquer administrador pode votar por correspondência, podendo a respetiva carta ser enviada por via postal, telecópia ou eletrónica, dirigida ao presidente.

4 - As reuniões do conselho de administração podem realizar-se através de meios telemáticos, nos termos previstos na lei.

5 - Os membros do conselho de administração que não possam estar presentes na reunião podem, em caso de deliberação considerada urgente pelo presidente, expressar o seu voto por via postal, telecópia ou eletrónica, dirigida a este.

6 - As faltas seguidas ou interpoladas de qualquer administrador a mais de metade das reuniões ordinárias do conselho de administração realizadas durante um ano civil, sem a apresentação de qualquer justificação ou sem que as respetivas justificações sejam aceites por este órgão, conduzem a uma falta definitiva do respetivo administrador.

7 - A falta definitiva, tal como estabelecida no número anterior, deve ser declarada pelo conselho de administração, procedendo-se, em consequência, à substituição do administrador em causa nos termos da lei.

SECÇÃO IV

Fiscalização da sociedade

Artigo 26.º

Órgão de fiscalização

1 - A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas, que não sejam membros daquele órgão.

2 - O conselho fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em assembleia geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

3 - O revisor oficial de contas, ou a sociedade de revisores oficiais de contas, é nomeado pela assembleia geral, sob proposta do conselho fiscal.

SECÇÃO V

Secretário da sociedade

Artigo 27.º

Secretário da sociedade

1 - A sociedade tem um secretário e um suplente deste, designados pelo conselho de administração, com as competências estabelecidas na lei para o secretário da sociedade.

2 - Sem prejuízo de poder ser redesignado, as funções do secretário cessam com o termo das funções do conselho de administração que o designou.

SECÇÃO VI

Comissão de vencimentos da sociedade

Artigo 28.º

Comissão de vencimentos

Sem prejuízo das competências da assembleia geral, as remunerações dos membros dos órgãos sociais podem ser fixadas por uma comissão eleita pelos acionistas em assembleia geral.

SECÇÃO VII

Mandato dos órgãos sociais da sociedade

Artigo 29.º

Mandato dos órgãos sociais

- 1 - Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.
- 2 - Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 30.º

Ano social e resultados

- 1 - O ano social coincide com o ano civil.
- 2 - Os lucros da sociedade, anualmente apurados, têm a seguinte aplicação:
 - a) Cobertura de prejuízos de exercícios anteriores;
 - b) Constituição ou reintegração da reserva legal;
 - c) Distribuição de dividendos aos acionistas, nos termos deliberados pela assembleia geral.

Artigo 31.º

Dissolução e liquidação

- 1 - A sociedade dissolve-se apenas nos casos e termos previstos na lei.
- 2 - Dissolvida a sociedade, proceder-se-á extrajudicialmente à respetiva liquidação e, salvo deliberação em contrário, são liquidatários os membros do conselho de administração em funções.

ANEXO IV

(a que se referem os artigos 33.º-1 e 34.º-1)

**Acionistas, capital subscrito e realizado e
categorias das ações****SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S. A.**

Acionistas	N.º de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	12.750.000	12.750.000,00	51,00 %
Alcochete	375.455	375.455,00	1,50 %
Barreiro	2.274.305	2.274.305,00	9,10 %
Moita	893.590	893.590,00	3,57 %
Montijo	1.127.290	1.127.290,00	4,51 %
Palmela	1.156.040	1.156.040,00	4,62 %
Seixal	2.819.950	2.819.950,00	11,28 %
Sesimbra	529.585	529.585,00	2,12 %
Setúbal	3.073.785	3.073.785,00	12,30 %
Total	25.000.000	25.000.000,00	100,00 %

ANEXO V

(a que se refere o artigo 35.º)

Estatutos da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, duração e sede

Artigo 1.º

Denominação e duração

A sociedade adota a denominação de SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., e dura por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

Sede

1 - A sede social é em Setúbal, na Avenida Luísa Todi, n.º 300, 3º, 2900-452 Setúbal, na União das Freguesias de Setúbal, do concelho de Setúbal.

2 - Por deliberação do conselho de administração pode a sociedade criar, deslocar ou encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, bem como pode ser mudada a sede social para outro local sito no território de qualquer um dos municípios acionistas.

CAPÍTULO II

Objeto

Artigo 3.º

Objeto social

1 - A sociedade tem por objeto social, em regime de exclusivo, a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, abreviadamente designado por «sistema».

2 - A exploração e a gestão referidas no número anterior incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários para o desenvolvimento das atividades previstas no número anterior.

3 - A sociedade pode, nos termos previsto na lei, exercer outras atividades para além das previstas nos números anteriores, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

4 - No caso das atividades habilitadas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, a autorização aí prevista é ainda precedida de parecer obrigatório da entidade reguladora do setor.

Artigo 4.º

Participação em outras sociedades

A sociedade pode participar em quaisquer outras sociedades, ou entidades de natureza não societária, com objeto similar ou complementar do seu, desde que previamente autorizada por escrito pelo concedente.

CAPÍTULO III

Capital social, ações e obrigações

Artigo 5.º

Capital social

O capital social da sociedade é de (euro) 25.000.000,00, integralmente subscrito e realizado.

Artigo 6.º

Ações

1 - O capital social é representado por 25.000.000 ações da categoria A, do valor nominal de (euro) 1,00 cada uma, de acordo com a repartição que consta do anexo IV ao decreto-lei que aprovou os presentes estatutos.

2 - Independentemente da percentagem de capital representado por cada uma das categorias de ações, as diferenças entre as categorias de ações, para além das que decorrem do artigo 8.º, são as seguintes:

a) As ações da categoria A devem representar, sempre e pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto;

b) As ações da categoria A apenas podem ter como titulares entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, e municípios utilizadores do sistema ou entidades de natureza intermunicipal onde aqueles participem;

c) Sem prejuízo do disposto na alínea a), as ações da categoria A podem ser convertidas em ações da categoria B e as ações da categoria B podem ser convertidas em ações da categoria A, a pedido do seu titular e mediante prévia deliberação favorável da assembleia geral da sociedade aprovada por dois terços dos votos emitidos.

3 - A transmissão de ações em violação do disposto no número anterior é nula.

4 - As ações da categoria A são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural.

5 - As ações da categoria B são nominativas e assumem a forma escritural podendo, no entanto, ser convertidas em ações ao portador a pedido do acionista e mediante deliberação da assembleia geral.

6 - A alienação de ações pela sociedade nos termos do n.º 4 do artigo 286.º do Código das Sociedades Comerciais dispensa a tramitação prevista na parte final do mesmo preceito legal e, se for efetuada a acionistas da sociedade, dispensa ainda a sociedade da obrigação de publicação da perda de ações a favor da mesma, conforme referida na segunda parte do n.º 5 do artigo 285.º daquele diploma.

Artigo 7.º

Aumento de capital social

1 - Os aumentos de capital social são realizados através da emissão de ações da categoria A, isoladamente ou em conjunto com ações da categoria B, devendo as ações da categoria A representar sempre e pelo menos 51 % do capital social com direito a voto.

2 - A subscrição de ações da categoria A é reservada aos acionistas titulares de ações do mesmo tipo, nos termos do artigo anterior.

3 - Os acionistas titulares de ações da categoria A têm direito a subscrever um número de ações dessa categoria proporcional ao número de ações da mesma categoria de que já sejam titulares.

4 - Caso as ações da categoria A possam, pela ocorrência de qualquer facto, designadamente qualquer das situações referidas no n.º 1 do artigo 9.º, passar a representar uma percentagem do capital social com direito a voto inferior à referida no n.º 1 do presente artigo, a sociedade deve proceder imediatamente a um aumento de capital social por emissão de ações da categoria A, de forma a garantir o cumprimento daquela percentagem.

5 - As deliberações de aumento de capital devem prever para os acionistas preferentes um prazo de realização das entradas não inferior a 60 dias.

6 - Se algum dos acionistas da categoria A não exercer o direito previsto no n.º 3, podem as ações ser subscritas por qualquer um dos outros acionistas da mesma categoria de ações.

7 - No caso previsto no número anterior, se mais do que um acionista quiser subscrever as ações, estas são rateadas na proporção das ações que possuem.

8 - A sociedade pode deliberar aumentos de capital social, sem dependência da completa realização de capital social.

Artigo 8.º

Transmissão de ações

- 1 - As ações da categoria A apenas podem ser transmitidas a favor dos demais acionistas da mesma categoria de ações, e a favor das entidades referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º, e, sempre sem prejuízo do aí disposto no caso de cisão ou fusão de uma sociedade detentora desta categoria de ações, para as sociedades que resultem dessa fusão ou cisão.
- 2 - A transmissão de ações em violação do disposto no número anterior é nula.
- 3 - A transmissão das ações da categoria A, bem como de ações nominativas da categoria B, fica subordinada ao consentimento da sociedade.
- 4 - A oneração de ações da categoria A fica sujeita ao consentimento da sociedade.
- 5 - Existe direito de preferência na transmissão de ações da categoria A a favor dos acionistas titulares da mesma categoria de ações, exceto se a transmissão for realizada a favor de algum município.
- 6 - Os acionistas titulares de ações da categoria A têm direito de preferência na alienação de ações nominativas da categoria B.
- 7 - Querendo o acionista transmitir ações, deve pedir o consentimento, por escrito, à sociedade, mediante carta registada com aviso de receção, identificando o previsto adquirente, indicando as contrapartidas oferecidas e a respetiva valoração, bem como as demais condições da projetada transmissão.
- 8 - A sociedade deve pronunciar-se sobre o pedido de consentimento no prazo de 60 dias contados da data de receção da carta mencionada no número anterior.
- 9 - Se a sociedade não se pronunciar dentro do prazo referido no número anterior, e sempre sem prejuízo do disposto no n.º 1, bem como do direito de preferência dos outros acionistas regulado neste artigo, é livre a transmissão das ações.
- 10 - É lícito recusar o pedido de consentimento com fundamento em qualquer interesse relevante da sociedade, devendo indicar-se sempre na deliberação o motivo da recusa.
- 11 - No caso de recusar licitamente o consentimento, e sempre sem prejuízo do disposto no n.º 1, a sociedade fica obrigada a fazer adquirir as ações por outra pessoa nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento.

12 - No caso previsto no número anterior, tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos previstos no n.º 2 do artigo 105.º do Código das Sociedades Comerciais.

13 - A sociedade, caso aceite o pedido de consentimento ou caso não se pronuncie sobre o mesmo dentro do prazo referido no n.º 8, comunica a todos os acionistas titulares do direito de preferência na transmissão das ações em causa, a informação recebida, tendo estes um prazo de 30 dias a contar da sua receção para declararem se exercem o direito de preferência na aquisição das ações.

14 - Querendo vários acionistas preferir, as ações alienadas são distribuídas a cada um, incluindo ao primitivo adquirente, se já for acionista, na proporção das respetivas participações sociais.

15 - Não existe a necessidade de consentimento da sociedade nem o direito de preferência previsto neste artigo, no caso da transmissão de ações das categorias A e B pelos Municípios para entidades de cariz intermunicipal, empresas municipais ou intermunicipais, compostas ou detidas exclusivamente por municípios utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal.

Artigo 9.º

Amortização de ações

1 - Mediante deliberação dos sócios, a sociedade pode amortizar quaisquer ações que forem penhoradas, arrestadas, arroladas, incluídas em massa insolvente, que forem apreendidas no âmbito de qualquer ação judicial ou que estiverem em condições de ser transmitidas judicialmente.

2 - No caso de amortização de ações nos termos deste artigo, o montante da contrapartida da amortização é o que resultar da deliberação dos acionistas relativa à amortização, que toma em consideração a situação líquida da sociedade resultante do último balanço aprovado.

Artigo 10.º

Emissão de obrigações

1 - Podem ser emitidas obrigações em qualquer das modalidades admitidas por lei.

2 - Os títulos das obrigações emitidas pela sociedade são assinados por dois administradores, podendo as assinaturas ser de chancela por eles autorizada.

Artigo 11.º

Acordos parassociais

Os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos trinta dias posteriores à sua celebração, ser comunicados, na íntegra, ao conselho de administração, pelos acionistas que os tenham subscrito.

CAPÍTULO IV

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 12.º

Órgãos sociais e eleição dos seus membros

- 1 - São órgãos sociais da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A.:
 - a) A assembleia geral;
 - b) O conselho de administração;
 - c) O conselho fiscal e o revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas.
- 2 - O conselho de administração designa o secretário da sociedade e o suplente deste.
- 3 - As eleições dos membros de cada corpo social são efetuadas com base em listas, incidindo o voto exclusivamente sobre estas.

Artigo 13.º

Regras especiais de eleição

- 1 - Uma minoria de acionistas que tenha votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores tem direito a designar um administrador, contanto que essa minoria represente pelo menos 10 % do capital social.
- 2 - No caso de o conselho de administração ser composto por, pelo menos, cinco administradores, se a minoria prevista no número anterior representar, pelo menos, 49 % do capital social, tem direito a designar mais um administrador, além do administrador eleito ao abrigo do número anterior.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 14.º

Participação e representação na assembleia geral

- 1 - Os acionistas com direito de voto podem participar nas assembleias gerais, desde que as suas ações estejam registadas ou, no caso de ações ao portador não registadas, depositadas numa instituição de crédito ou na sociedade até 10 dias antes daquele em que a assembleia geral deva reunir em primeira convocatória.
- 2 - A representação de acionistas em assembleia geral pode fazer-se em qualquer pessoa, sendo instrumento suficiente de representação uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

Artigo 15.º

Mesa da assembleia geral

- 1 - A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
- 2 - Compete ao presidente convocar assembleias gerais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos presentes estatutos ou em deliberação dos acionistas.
- 3 - O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente.

Artigo 16.º

Reuniões da assembleia geral

- 1 - A assembleia geral é composta por todos os acionistas com direito de voto.
- 2 - A assembleia geral reúne no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 3 - A assembleia geral reúne ainda sempre que o requeiram o conselho de administração, o conselho fiscal, ou ainda os acionistas que representem pelo menos 5 % do capital social.
- 4 - O requerimento referido no número anterior deve ser feito por escrito e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem do dia e justificando a necessidade da reunião da assembleia.

Artigo 17.º

Convocação da assembleia geral

1 - As reuniões da assembleia geral são convocadas com a antecedência e nos termos previstos na lei, podendo a convocação ser efetuada por carta registada em substituição da publicação da convocatória, enquanto forem nominativas todas as ações da sociedade.

2 - A assembleia geral pode deliberar em primeira convocação desde que estejam presentes ou representados acionistas que detenham mais de metade do capital social.

3 - No aviso convocatório pode fixar-se uma data alternativa para a reunião da assembleia geral, caso a mesma não possa reunir na data inicialmente marcada por falta de quórum constitutivo, devendo entre as duas datas indicadas mediar mais de 15 dias.

Artigo 18.º

Competência da assembleia geral

1 - A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e estes estatutos lhe atribuam competência e sobre todos os assuntos que não sejam da competência exclusiva de outros órgãos sociais.

2 - Compete, nomeadamente, à assembleia geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de exercício apresentados pelo conselho de administração;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Apreciar a gestão e a fiscalização da sociedade;
- d) Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento e suas eventuais alterações, nos termos legais e contratuais previstos;
- e) Eleger os membros dos órgãos sociais;
- f) Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- g) Deliberar sobre o aumento e redução de capital;
- h) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos;
- i) Fixar as remunerações dos órgãos sociais da sociedade, ou nomear uma comissão de vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais;
- j) Deliberar sobre a conversão das ações da categoria A em ações da categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A;
- k) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

Artigo 19.º

Deliberações da assembleia geral

- 1 - As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição em contrário prevista na lei ou nos presentes estatutos.
- 2 - A cada ação corresponde um voto.
- 3 - A alteração dos estatutos da sociedade, quer por modificação, quer por supressão de algum dos seus artigos só é válida quando aprovada por acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a mais de metade do capital social, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- 4 - As deliberações sobre fusão, cisão e transformação da sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- 5 - As deliberações sobre conversão das ações da categoria A em ações da categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.
- 6 - Deve ser lavrada uma ata de cada reunião da assembleia geral, a qual deve ser redigida e assinada pelo presidente e pelo secretário.
- 7 - A lista de acionistas presentes em cada assembleia é organizada pelo presidente da mesa e deve ser rubricada pelos acionistas ou representantes destes, sendo depois arquivada na sede social com referência à ata a que respeita.

SECÇÃO III

Administração da sociedade

Artigo 20.º

Conselho de administração

- 1 - A administração da sociedade é exercida por um conselho de administração, composto por um número de membros fixado pela assembleia geral que os eleger, que deverá situar-se entre um mínimo de cinco e um máximo de nove membros.
- 2 - Compete à assembleia geral eleger de entre os membros do conselho de administração o respetivo presidente, que disporá de voto de qualidade.

3 - O presidente do conselho de administração poderá designar um vice-presidente, o qual o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 21.º

Competência do conselho de administração

O conselho de administração tem os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Artigo 22.º

Delegação de poderes de gestão

1 - O conselho de administração pode delegar em um ou dois administradores delegados, ou numa comissão executiva composta por três a cinco administradores, a gestão corrente da sociedade.

2 - No caso de o conselho de administração delegar a gestão da sociedade numa comissão executiva, deve eleger, igualmente, de entre os seus membros, o respetivo presidente, que disporá de voto de qualidade.

3 - Nas situações previstas no número anterior, compete ao conselho de administração fixar os limites da mesma delegação.

Artigo 23.º

Vinculação da sociedade

1 - A sociedade obriga-se perante terceiros:

- a) Pela assinatura conjunta de dois administradores, um dos quais deve pertencer à comissão executiva, quando esta exista;
- b) Pela assinatura do administrador delegado ou em conjunto pelos administradores-delegados, quando existam, dentro dos limites da delegação;
- c) Pela assinatura de um ou mais procuradores quanto aos atos ou categorias de atos definidos nas correspondentes procurações.

2 - Nos documentos de mero expediente e quando se trate de endosso de letras, recibos, cheques ou quaisquer outros documentos, cujo produto de desconto ou de cobrança se destine a ser creditado em conta da sociedade aberta em qualquer instituição financeira, basta a assinatura de um administrador ou de quem para tanto for mandatado, até ao limite que for fixado pelo conselho de administração.

3 - O conselho de administração pode deliberar que certos documentos da sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou por chancela.

Artigo 24.º

Reuniões do conselho de administração

- 1 - O conselho de administração reúne sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores.
- 2 - Independentemente do disposto no número anterior, o conselho de administração reúne pelo menos uma vez por mês, independentemente de existir ou não comissão executiva.
- 3 - Os membros do conselho de administração são convocados por escrito com a antecedência mínima de cinco dias, salvo se a totalidade dos administradores estiver presente ou representada ou se tratar de reuniões com periodicidade fixa, do conhecimento de todos os administradores, caso em que é dispensada a convocatória.

Artigo 25.º

Deliberações do conselho de administração

- 1 - O conselho de administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros e as suas deliberações são tomadas por maioria dos respetivos votos.
- 2 - Qualquer administrador pode fazer-se representar em cada sessão por outro administrador, sendo que os poderes de representação conferidos devem constar de carta dirigida ao presidente, a qual pode ser enviada por via postal, telecópia ou eletrónica, válida apenas para uma reunião.
- 3 - Qualquer administrador pode votar por correspondência, podendo a respetiva carta ser enviada por via postal, telecópia ou eletrónica, dirigida ao presidente.
- 4 - As reuniões do conselho de administração podem realizar-se através de meios telemáticos, nos termos previstos na lei.
- 5 - Os membros do conselho de administração que não possam estar presentes na reunião podem, em caso de deliberação considerada urgente pelo presidente, expressar o seu voto por via postal, telecópia ou eletrónica, dirigida a este.
- 6 - As faltas seguidas ou interpoladas de qualquer administrador a mais de metade das reuniões ordinárias do conselho de administração realizadas durante um ano civil, sem a apresentação de qualquer justificação ou sem que as respetivas justificações sejam aceites por este órgão, conduzem a uma falta definitiva do respetivo administrador.

7 - A falta definitiva, tal como estabelecida no número anterior, deve ser declarada pelo conselho de administração, procedendo-se, em consequência, à substituição do administrador em causa nos termos da lei.

SECÇÃO IV

Fiscalização da sociedade

Artigo 26.º

Órgão de fiscalização

1 - A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas, que não sejam membros daquele órgão.

2 - O conselho fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em assembleia geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

3 - O revisor oficial de contas, ou a sociedade de revisores oficiais de contas, é nomeado pela assembleia geral, sob proposta do conselho fiscal.

SECÇÃO V

Secretário da sociedade

Artigo 27.º

Secretário da sociedade

1 - A sociedade tem um secretário e um suplente deste, designados pelo conselho de administração, com as competências estabelecidas na lei para o secretário da sociedade.

2 - Sem prejuízo de poder ser redesignado, as funções do secretário cessam com o termo das funções do conselho de administração que o designou.

SECÇÃO VI

Comissão de vencimentos da sociedade

Artigo 28.º

Comissão de vencimentos

Sem prejuízo das competências da assembleia geral, as remunerações dos membros dos órgãos sociais podem ser fixadas por uma comissão eleita pelos acionistas em assembleia geral.

SECÇÃO VII

Mandato dos órgãos sociais da sociedade

Artigo 29.º

Mandato dos órgãos sociais

- 1 - Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.
- 2 - Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 30.º

Ano social e resultados

- 1 - O ano social coincide com o ano civil.
- 2 - Os lucros da sociedade, anualmente apurados, têm a seguinte aplicação:
 - a) Cobertura de prejuízos de exercícios anteriores;
 - b) Constituição ou reintegração da reserva legal;
 - c) Distribuição de dividendos aos acionistas, nos termos deliberados pela assembleia geral e de acordo com o previsto no artigo 34.º do decreto-lei que aprova os presentes estatutos.

Artigo 31.º

Dissolução e liquidação

- 1 - A sociedade dissolve-se apenas nos casos e termos previstos na lei.
- 2 - Dissolvida a sociedade, proceder-se-á extrajudicialmente à respetiva liquidação e, salvo deliberação em contrário, são liquidatários os membros do conselho de administração em funções.

ANEXO VI

(a que se refere o artigo 57.º-1 e 2)

Acionistas, capital subscrito e realizado e categorias das ações

Águas do Vale do Tejo, S. A.
(Com a denominação, antes da cisão, de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A.)

Acionistas	N.º de ações subscritas por categoria		N.º total de ações subscritas (€1,00 cada)	Total de capital social subscrito	Capital social realizado	% Total de capital social subscrito (*)
	Categoria A	Categoria B				
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA . . .	54.373.639	3.200.000	57.573.639	57.573.639	57.573.639	68,74%
Comunidade Intermunicipal do Oeste . . .	2.079	-	2.079	2.079	2.079	0,00%
Aguar da Beira	108.235	-	108.235	108.235	108.235	0,13%
Alandroal	150.625	-	150.625	150.625	150.625	0,18%
Alcobaça	640.334	-	640.334	640.334	640.334	0,76%
Alenquer	1.318.667	-	1.318.667	1.318.667	1.318.667	1,57%
Almeida	124.835	-	124.835	124.835	124.835	0,15%
Alter do Chão	118.300	-	118.300	118.300	118.300	0,14%
Alvaiázere	280.370	-	280.370	280.370	280.370	0,33%
Arronches	98.060	-	98.060	98.060	98.060	0,12%
Arruda dos Vinhos	384.123	-	384.123	384.123	384.123	0,46%
Avis	155.355	-	155.355	155.355	155.355	0,19%
Azambuja	1.438.150	-	1.438.150	1.438.150	1.438.150	1,72%
Belmonte	68.790	-	68.790	68.790	68.790	0,08%
Bombarral	354.202	-	354.202	354.202	354.202	0,42%
Cadaval	341.977	-	341.977	341.977	341.977	0,41%
Caldas da Rainha	437.096	-	437.096	437.096	437.096	0,52%
Campo Maior	248.000	-	248.000	248.000	248.000	0,30%
Castanheira de Pera	118.085	-	118.085	118.085	118.085	0,14%
Castelo Branco	3.294.000	-	3.294.000	3.294.000	3.294.000	3,93%
Castelo de Vide	115.735	-	115.735	115.735	115.735	0,14%
Crato	132.840	-	132.840	132.840	132.840	0,16%
EDIA — Empresa de Desenvolvimento						
Infra-Estruturas Alqueva	250.000	-	250.000	250.000	250.000	0,30%
Elvas	703.245	-	703.245	703.245	703.245	0,84%
Évora	1.342.215	-	1.342.215	1.342.215	1.342.215	1,60%
Ferreira do Zêzere	312.035	-	312.035	312.035	312.035	0,37%
Figueira de Castelo Rodrigo	91.960	-	91.960	91.960	91.960	0,11%
Figueiró dos Vinhos	150.145	-	150.145	150.145	150.145	0,18%
Fornos de Algodres	116.550	-	116.550	116.550	116.550	0,14%
Fronteira	108.610	-	108.610	108.610	108.610	0,13%
Fundão	280.410	-	280.410	280.410	280.410	0,33%
Gavião	150.795	-	150.795	150.795	150.795	0,18%
Gouveia	328.010	-	328.010	328.010	328.010	0,39%
Guarda	431.100	-	431.100	431.100	431.100	0,51%
Idanha-a-Nova	412.915	-	412.915	412.915	412.915	0,49%
Lourinhã	904.750	-	904.750	904.750	904.750	1,08%
Manteigas	104.640	-	104.640	104.640	104.640	0,12%

Accionistas	N.º de ações subscritas por categoria		N.º total de ações subscritas (€1,00 cada)	Total de capital social subscrito	Capital social realizado	% Total de capital social subscrito (*)
	Categoria A	Categoria B				
Marvão	111.460	-	111.460	111.460	111.460	0,13%
Mêda	86.220	-	86.220	86.220	86.220	0,10%
Monforte	97.775	-	97.775	97.775	97.775	0,12%
Mourão	59.765	-	59.765	59.765	59.765	0,07%
Nazaré	194.781	-	194.781	194.781	194.781	0,23%
Nisa	256.555	-	256.555	256.555	256.555	0,31%
Obidos	370.193	-	370.193	370.193	370.193	0,44%
Oleiros	115.610	-	115.610	115.610	115.610	0,14%
Oliveira do Hospital	459.315	-	459.315	459.315	459.315	0,55%
Pampilhosa da Serra	125.455	-	125.455	125.455	125.455	0,15%
Pedrogão Grande	240.185	-	240.185	240.185	240.185	0,29%
Penamacor	94.155	-	94.155	94.155	94.155	0,11%
Peniche	274.681	-	274.681	274.681	274.681	0,33%
Pínhel	164.505	-	164.505	164.505	164.505	0,20%
Ponte de Sor	494.010	-	494.010	494.010	494.010	0,59%
Portalegre	726.050	-	726.050	726.050	726.050	0,87%
Proença-a-Nova	328.455	-	328.455	328.455	328.455	0,39%
Redondo	152.405	-	152.405	152.405	152.405	0,18%
Rio Maior	606.052	-	606.052	606.052	606.052	0,72%
Sabugal	153.385	-	153.385	153.385	153.385	0,18%
Seia	624.330	-	624.330	624.330	624.330	0,76%
Sertã	304.175	-	304.175	304.175	304.175	0,36%
Sobral de Monte Agraço	267.472	-	267.472	267.472	267.472	0,32%
Sousel	158.210	-	158.210	158.210	158.210	0,19%
Tomar	1.396.570	-	1.396.570	1.396.570	1.396.570	1,67%
Torres Vedras	2.584.932	-	2.584.932	2.584.932	2.584.932	3,09%
Vila Velha de Ródão	122.000	-	122.000	122.000	122.000	0,15%
<i>Total</i>	80.559.578	3.200.000	83.759.578	83.759.578	83.759.578	100%

(*) Percentagem de capital social arredondado à centésima.

ANEXO VII

(a que se refere o artigo 57.º, n.º 6)

Receitas extraordinárias adicionais sob a forma de apoio do Fundo Ambiental a transferir para a Águas do Vale do Tejo, S. A. (antes denominada Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A.)

Fundo Ambiental	2017	2018	2019	2020	De 2021 a 2026 - Em cada ano
Preços de 2015	€2.500.000	€5.000.000	€7.500.000	€10.000.000	€10.000.000



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2016, as atas a moção e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 133 e 134 das reuniões de Câmara de 26 e 27 de outubro de 2016

(Aprovadas por unanimidade)

Moção n.º 38/2016

(Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar a Moção “40 anos das Primeiras Eleições Autárquicas”, nos termos da moção;

Aprovada por pontos:

Ponto 1- Aprovado por unanimidade;

Ponto 2-

Aprovado por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12 (8PS, 2Ind. e 2PCP)	---	3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP)

Proposta n.º 717/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a alteração à minuta de Contrato de Urbanização celebrado no âmbito do Loteamento do Braço de Prata, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 718/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o início do procedimento de delimitação da Unidade de Execução da Avenida Gomes Pereira, para efeitos de abertura do respetivo período de discussão pública, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 702/2016

(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste por cisão do sistema multimunicipal de saneamento de águas de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a criação da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão e designar o representante do município de Lisboa na Assembleia Geral Extraordinária da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., para votar favoravelmente e submeter à Assembleia Municipal a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12 (7PS, 3Ind. e 2PCP)	---	3 (PPD/PSD)

O Senhor Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão e na votação da proposta

Proposta n.º 733/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Autorizar a escolha do procedimento por ajuste direto, no âmbito da contratação excluída, para “Aquisição de Serviços Postais para o Município de Lisboa” aos CTT, bem como aprovar as peças do procedimento, autorizar a despesa inerente, submetendo à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos e autorização de futuros compromissos plurianuais, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 734/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar todas as propostas contidas no relatório final do júri do procedimento para aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza para Edifícios, Instalações e eventos do Município de Lisboa, ao abrigo do Acordo Quadro AQ-HL-2015 celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), e adjudicar, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Aprovar a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Música Educação E Cultura – O Sentido dos Sons, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 750/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Carlos Manuel Castro)

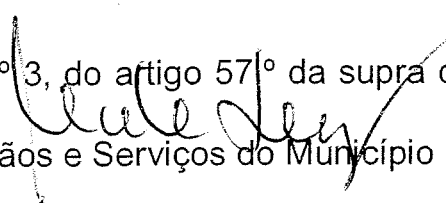
Aprovar a atribuição de um apoio financeiro aos Serviços Sociais do Regimento de Sapadores Bombeiros (SSRSB), no âmbito da concessão de benefícios sociais, bem como a respetiva transferência de verba, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 751/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar retificar as Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016 e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a celebração dos Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesia de Alcântara, de Santa Clara e de Arroios, nos termos da proposta;

	A favor	Contra	Abstenções
Aprovada por maioria com a seguinte votação:	15 (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD, e 2PCP)	1 (CDS/PP)	----

Nos termos do n.º 3, do artigo 57º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 15 de dezembro de 2016

O Presidente em Exercício

Manuel Salgado

PROPOSTA 702/2016 - EMITIR PARECER FAVORÁVEL À CRIAÇÃO, POR DECRETO-LEI, DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE POR CISÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, BEM COMO A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA RESPETIVA EXPLORAÇÃO E GESTÃO E DESIGNAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A., PARA VOTAR FAVORAVELMENTE E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO NA SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE, A ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Pontos 18, Proposta, 702/2016; “emitir parecer favorável à criação por Dec. Lei do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais de grande Lisboa e Oeste”. Sr. Vereador João Paulo Saraiva, não sei se quer fazer a apresentação. Então tem a palavra. Sr. Vereador João Paulo Saraiva. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. É só para comunicar que não participarem na discussão nem na votação desta mesma proposta por isso é que pedir a palavra antes da apresentação.

O Sr. Presidente em exercício: - O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participa nem na discussão nem na votação da proposta.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Muito bom dia a todos.

A proposta que está aqui em causa, visa retificar. Bem, em 1º lugar há um considerando que era importante eu fazer, que esta proposta à última reunião e digamos que, no meio do adiamento e de alguma algumas informações que que vieram aqui à reunião e alguma informação, digamos, adiantada por alguns dos Vereadores. Esta proposta foi adiada sendo que, pelo menos no espírito do Sr. Presidente, apesar das minhas tentativas infrutíferas, não foi claro que a assembleia geral decorria, ia decorrer entre as duas reuniões e, portanto, que não nos restava a hipótese de alguém ir representar a Câmara, exercer a

digamos, aquilo que quer a opinião da maioria e depois trazer aqui a ratificação. E é o que está aqui em causa, é o que está aqui a ser apresentado. Eu penso que todos sabem o que é que estamos a falar, no fundo, o Governo anterior juntou todo um conjunto de sistemas multimunicipais de saneamento, e saneamento de águas residuais. E o que se tratou agora foi o que veio se revelar com ter dificuldades enormes de operacionalização e, portanto, o Governo através da ADP, das águas de Portugal, vieram propor à Assembleia Geral das águas de Lisboa e Vale do Tejo, a cisão do sistema, não retomando, digamos, a configuração antes da fusão, em 3 grandes áreas a fazendo, digamos, Lisboa e os municípios a Norte, nomeadamente o Oeste no seu sistema de saneamento constituírem um grupo, digamos, e um sistema de saneamento. E depois, a península de Setúbal outro e as a região, digamos, todos os municípios restantes que são, digamos, basicamente, a faixa interior a Norte do Tejo até ao Douro, ficaram num outro sistema.

Foi muito consensual a votação que decorreu naquela assembleia geral, havendo também a salientar que a faixa Norte a faixa interior Norte, de uma forma geral de forma muito vincada absteve-se em face de que algumas questões que foram suscitadas por esses mesmos municípios, que tinham essencialmente a ver com as questões de convergência tarifária no fundo, assegurando que os municípios do interior por terem sistemas com, em que os efeitos de escala não são a tão pronunciados pela própria dimensão das infraestruturas e dos subsistemas, não têm, portanto, têm tarifas mais, tarifas reais mais altas. Mas, no fundo, o sistema que foi aqui consagrado ou que está a ser proposto que seja colocado em decreto-lei, e portanto foi dado parecer favorável dos municípios presentes, como eu disse de uma forma esmagadora. Acaba por criar sistemas de compensação para que esses mesmos municípios, esses mesmos municípios desses municípios não tenham tarifas tão agravadas e, portanto, se mantenha esse princípio de que as tarifas devem ser as mais planas a nível nacional possível. A da nossa, digamos, daquilo que resulta da cisão, a área de que nós fazemos parte, teve a abstenção apenas de um município que foi o município de Sintra, todos os outros votaram favoravelmente esta proposta ADP.

Assim, uma forma, ah como também sabem, nós fazíamos parte de um grupo de 4 municípios que tinha colocado ações em tribunal, a propósito desta mesma fusão e, portanto, também estes 4 municípios que é Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, se comprometeram, no fundo, com esse voto a desistir destes processos. No fundo, era isto que eu queria apresentar aqui e

estou disponível como é evidente para todas as questões que queira levantar.
Muito obrigado

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado Sr. Vereador. Tem, a palavra, o Senhor Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício.

Bom, nós consideramos que esta proposta que agora está em cima da mesa e que e nos é pedida para votar, não reverte efetivamente todo o processo que tinha sido iniciado com o Governo anterior e, portanto, que dizer enferma logo daí de alguns problemas.

Contudo consideramos também que é desde já um passo importante para reverter algumas das situações mais gravosas, que a anterior decisão havia criado. Nomeadamente aquilo que diz respeito à manutenção das tarifas de águas residuais abaixo daquilo que tinha sido imposto anteriormente através da criação de um fundo ambiental; o fim da gestão delegada na EPAL que passa agora a ser da responsabilidade duma comissão com elementos de Águas de Portugal e dos municípios; a diminuição do número de acionistas e território, o que é muito importante, tendo em conta precisamente o papel dos municípios na gestão da questão do saneamento e das águas residuais e haver uma abertura do Governo para discutir de uma forma global no preço das águas cobradas aos municípios.

Por estas razões e apenas por estas razões, tendo em conta que nós ainda assim não consideramos ser esta a solução ideal para o problema que foi criado, nos leva a não nos colocarmos contra à proposta que está agora em apreciação, e desta apresentaremos obviamente uma declaração de voto. Obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado, Senhor Vereador.

Eu julgo que o vereador João Gonçalves Pereira sinalizou que queria falar há pouco ou não. Ah não participava, desculpe, desculpe, desculpe. Foi engano meu. Portanto, não tenho mais ninguém escrito, vou pôr a proposta 702/2016 à votação na qual não participou na discussão nem na votação, o Vereador João Gonçalves Pereira. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com a abstenção do PSD, e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 702/2016 a qual foi aprovada por maioria com 12 votos a favor (7PS, 3Ind. e 2PCP) e 3 abstenções (PPD/PSD).

Não participou na discussão e na votação da proposta o Senhor Vereador João Gonçalves Pereira.